

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO**

**DENISE PEREIRA DE ARAÚJO CAMPOS**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMT:  
TRAJETÓRIA E DESAFIOS**

**CUIABÁ/MT  
2012**

DENISE PEREIRA DE ARAÚJO CAMPOS

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMT:  
TRAJETÓRIA E DESAFIOS

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Política Social, à Universidade Federal de Mato Grosso, no Programa de Pós-Graduação em Política Social, na Linha de Pesquisa Política Social, Estado e Cidadania.

Orientação: Profa. Dra. Tânia Maria Santana dos Santos

Cuiabá/MT  
2012

---

C198a e Campos, Denise Pereira de Araújo

Assistência estudantil na UFMT: trajetória e desafios/Denise Pereira de Araújo Campos.  
Cuiabá: (s.n.), 2012.

116 p.:il.: 30 cm.

Orientadora: Dra. Tânia Maria Santana dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Política Social.

1. Assistência estudantil 2. Assistência estudantil – Universidade Federal de Mato Grosso 3. Estudante socioeconomicamente vulnerável I. Título.

378.3(817.2)

---

Ficha catalogafica elaborada pela bibliotecária Nilva Pereira Silva, CRB1 860/DF – Universidade Federal de Mato Grosso/CUA/Pontal do Araguaia.

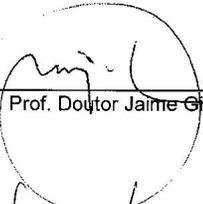
**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMT: trajetória e desafios**

Denise Pereira de Araújo Campos

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Banca Examinadora:

  
Prof<sup>a</sup> Doutora Tânia Maria Santana dos Santos – UFMT (Orientadora)

  
Prof. Doutor Jaime Golo – UFMS

  
Prof<sup>a</sup> Doutora Leana Oliveira Freitas – UFMT

Prof<sup>a</sup> Doutora Erivã Garcia Velasco – UFMT (Suplente)

Cuiabá – MT  
Junho/2012

## **Dedicatória**

Aos partícipes da construção e consolidação da UFMT;  
aos estudantes assistidos, de ontem e de hoje;  
aos que sempre lutaram no nosso Estado em favor  
da educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

## Agradecimentos

Cabe-me agradecer às muitas pessoas que contribuíram no processo de minha formação acadêmica. Cada uma à sua maneira e desempenhando atribuições diferenciadas auxiliaram-me no caminho percorrido até aqui.

Começo por agradecer meu pai e minha mãe, *Wilson e Cleunice*, que me iniciaram na vida escolar e hoje vivenciam comigo a conquista deste trabalho e do título de Mestre, o primeiro da família! Aos meus irmãos, *Gustavo e Juliana*, aos cunhados, *Kalinca e Bruno*, e às minhas sobrinhas, *Brisa e Bruna*, pelo apoio e carinho de sempre.

Ao *Pedro*, meu marido, e à nossa filha, *Linda*, sou grata pelo companheirismo, afeto e pela alegria que compartilhamos dia-a-dia nesse desafiante período de “dois mestrandos em casa”. Registro também meus agradecimentos, nas pessoas de *Francisco e Isabel*, a todos os familiares que nos proporcionaram momentos de descontração.

Sou muito grata às amigas e aos amigos que me deram grande incentivo para cursar o Mestrado, em especial à *Gláucia Lélis, Tânia Mara Resende, Greyce Kelle Neves, Rafaella Pereira e Karina Roque*. Além da *Luciana Trugillo e Tatiane Ropck* com quem cotidianamente divido a felicidade e as angústias da vida acadêmica.

Às professoras e aos professores que iluminaram meu aprendizado, com vocês continuarei a aprender. Em especial, à *profa. Dra. Tânia Maria Santana dos Santos* que aceitou orientar o presente estudo, pela valorização de meu trabalho, pelo incentivo, pelos exemplos constantes de dedicação e compromisso com o seu trabalho, pela exigência e por ter me concedido o privilégio de partilhar de seu saber.

A todas as professoras do Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS, em nome das que estiveram na Coordenação nesses anos em que estive cursando o Mestrado: *Dra. Liliane Capilé e Dra. Erivã Velasco*.

Às meninas da CARE/PROCEV, *Cynthia Nascimento, Adélia Netta, Keyla Cristina Leôncio* e às estagiárias pelo apoio, pela colaboração e pela amizade.

Aos participantes da pesquisa e aos técnicos da Hemeroteca, NDHIR e Memória/SECOMM por me ajudarem, de modos diversos, a contar a história da assistência estudantil na UFMT.

À banca examinadora, *profa. Dra. Leana Oliveira Freitas e prof. Dr. Jaime Giolo*, por suas avaliações e sugestões fundamentais para me orientar no processo de construção e conclusão da pesquisa ora proposta.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudo necessária para dedicação exclusiva ao Curso.

Enfim, agradeço por todos os gestos de carinho e apoio que colaboraram para o fim desta jornada.

## RESUMO

O presente estudo se propõe a reconstruir a trajetória da assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso, no período de 1970 a 2010. Com uma estrutura técnico-administrativa específica para o fim, a UFMT assiste com programas de bolsas, alimentação e moradia aos universitários, em especial os vulneráveis socioeconomicamente. A assistência estudantil visa prover condições necessárias para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante a formação acadêmica, no intuito de prevenir a repetência, retenção e evasão. Apesar de permear toda a vida da instituição, a assistência ao estudante é um campo de estudo pouco explorado, por isso a importância de reconstruir sua trajetória. Para o desenvolvimento do estudo, recorreu-se às fontes documentais e orais. Os relatórios de gestão, normativas, resoluções, matérias de jornais e informativos coletados nos acervos da instituição constituíram-se em fontes documentais. As entrevistas realizadas com pessoas que estiveram à frente do setor responsável pelas ações e programas de apoio ao estudante nas diferentes gestões da Administração Superior compõem as fontes orais. As entrevistas tiveram por finalidade complementar as informações coletadas por meio da documentação analisada. Através dos documentos, pôde-se constatar que programas de bolsas e estágios são implementados na instituição desde 1972. A princípio, as ações de assistência se limitavam às bolsas remuneradas e isenções de taxas intrainstitucionais. Posteriormente, foram criados o Restaurante Universitário, a Casa do Estudante Universitário, os programas de auxílio à alimentação, à participação em eventos, dentre outros, para dar suporte à vivência acadêmica e à conclusão do curso universitário. Com a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2008, foram ampliadas as possibilidades de execução dos programas em decorrência da disponibilização de recursos do Ministério da Educação para este fim dentro das Instituições Federais de Educação Superior.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Estudante vulnerável socioeconomicamente. Permanência. Universidade.

## ABSTRACT

The present study aims to reconstruct the trajectory of student assistance at the Universidade Federal de Mato Grosso, in the period of 1970 to 2010. With a technical-specific administration for this purpose, the UFMT assists the college students, especially those socioeconomically vulnerable, with scholarship programs. The student assistance aims to provide necessary conditions to minimize the difficulties faced by students during the academic formation, in order to prevent repetition, retention and dropout. Although permeate the entire life of the institution, the student assistance is a little explored field of study, so the importance of rebuilding its trajectory. To develop the study were consulted documental and oral sources. The management reports, regulations, resolutions, newspaper reports and newsletters collected in the collections of the institution have formed the documental sources. The interviews with managers responsible for the actions and programs of student assistance in the different administrations of the Rectorate compose the oral sources. The interviews were intended to complement the information gathered in the examined documentation. Through the documents, could be seen that scholarships and trainee programs are implemented in the institution since 1972. At first, the assistance actions were limited to paid scholarships and intra-institutional taxes exemptions. Subsequently, were created the Restaurante Universitário, the Casa do Estudante Universitário, the aid programs for food, events, among others, to support the academic experience and completion of university course. With the implementation of the Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) in 2008, were extended the possibilities of the programs due the availability of funds from the Ministry of Education for this purpose within Federal Institutions of Superior Education.

**Keywords:** Student assistance. Socioeconomically vulnerable student. Sojourn. University.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Situação de moradia dos estudantes das universidades federais – Brasil – 1996/7, 2003/4 e 2010.....	37
<b>Figura 2</b> – Participação dos estudantes universitários em atividades extraclasse – Brasil – 1996/7, 2003/4, 2010.....	38

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Número de benefícios concedidos e recursos investidos nas Instituições Federais de Ensino Superior – Brasil – 2008-2010.....	32
<b>Tabela 2</b> – Classes Econômicas dos estudantes das Universidades Federais – Brasil – nos anos de 1996/7, 2003/4 e 2010 .....	34
<b>Tabela 3</b> – Comparação entre a distribuição da sociedade brasileira por classes econômicas e dos estudantes nas Universidades Federais – Brasil – 2009/2010 .....	34
<b>Tabela 4</b> – Número de estudantes por raça/cor/etnia nas IFES – Brasil – 2003/4 e 2010 ...	36
<b>Tabela 5</b> – Distribuição percentual dos estudantes das Universidades Federais por sexo e classe econômica – Brasil – 2010.....	36
<b>Tabela 6</b> – Tipo de escola do ensino médio cursado majoritariamente pelo estudante das Universidades Federais – Brasil – 1996/7, 2003/4 e 2010 .....	37
<b>Tabela 7</b> – Trajetória da estrutura administrativa de assistência estudantil na UFMT.....	52
<b>Tabela 8</b> – Número de Bolsa de Trabalho concedida por total de alunos dos cursos de graduação – UFMT – campus Cuiabá – 1972-1976.....	57
<b>Tabela 9</b> – Demonstrativo do total de bolsas concedidas anualmente pelo programa Bolsa de Trabalho – UFMT – 1977-1978.....	58
<b>Tabela 10</b> – Preço por categoria de usuários nas refeições do Restaurante Universitário...	66
<b>Tabela 11</b> – Número de alunos beneficiados com Auxílio Evento por alunos da graduação e pós-graduação – UFMT – 2007-2010 .....	81

## LISTA DE SIGLAS

**ABEP** – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa  
**ANDIFES** – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
**ASCOM** – Assessoria de Comunicação  
**CA** – Centro Acadêmico  
**CABES** – Coordenação de Assistência e Benefícios ao Servidor  
**CAPEU** – Casa Provisória do Estudante Universitário  
**CARE** – Coordenação de Articulação com Estudantes  
**CCA** – Centro de Ciências Agrárias  
**CD** – Conselho Diretor  
**CEAC** – Coordenação do Espaço de Alimentação e Vivência  
**CEU** – Casa do Estudante Universitário  
**CEUF** – Casa do Estudante Universitário Feminino  
**CEUP** – Casa do Estudante Universitário Provisória  
**CIEE** – Centro de Integração Empresa-Escola  
**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
**CODAE** – Coordenação de Assistência ao Estudante  
**CODAPE** – Coordenação de Apoio à Pesquisa e Extensão  
**CODEAC** – Coordenação de Assuntos Comunitários  
**CODEX** – Coordenação de Extensão  
**CONSEPE** – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
**CONSUNI** – Conselho Universitário  
**COPERTIDE** – Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva  
**CREDOC** – Programa de Crédito Educativo  
**CSE** – Centro de Saúde-Escola  
**DAE** – Departamento de Assistência aos Estudantes  
**DCE** – Diretório Central dos Estudantes  
**EAD** – Educação à Distância  
**ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio  
**FD** – Faculdade de Direito  
**FIES** - Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior  
**FIES** – Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior  
**FMI** – Fundo Monetário Internacional  
**FONAPRACE** – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis  
**GACE** – Gerência de Assuntos Comunitários e Estudantis  
**GBM** – Gerência de Bolsas e Monitoria  
**HGU** – Hospital Geral Universitário  
**HUJM** – Hospital Universitário Júlio Müller  
**IC** – Iniciação Científica  
**ICET** – Instituto de Ciências Exatas e da Terra  
**ICLC** – Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá  
**IEL** – Instituto Evaldo Lodi  
**IES** – Instituição de Ensino Superior  
**IFES** – Instituição Federal de Educação Superior  
**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
**LOAS** – Lei Orgânica de Assistência Social  
**MEC** – Ministério da Educação  
**NDIHR** – Núcleo de Documentação e Informação História Regional  
**PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional  
**PIBIC** – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
**PM** – Polícia Militar  
**PNAES** – Programa Nacional de Assistência Estudantil  
**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PROACE** – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis  
**PROAD** – Pró-Reitoria Administrativa  
**PROCEV** – Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência  
**PROEG** – Pró-Reitoria de Graduação  
**PROPEq** – Pró-Reitoria de Pesquisa  
**PROPLAN** – Pró-Reitoria de Planejamento  
**PROUNI** – Programa Universidade para Todos  
**PROVIVAS** – Pró-Reitoria de Vivência Acadêmica e Social  
**REUNI** – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades  
**RU** – Restaurante Universitário  
**SAP** – Setor de Apoio Pedagógico  
**SECAD** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade  
**SECOMM** – Secretaria de Comunicação e Mídias  
**SENCE** – Secretaria Nacional de Casas Estudantis  
**SES** – Setor de Serviço Social  
**SESu** – Secretaria de Educação Superior  
**SUS** – Sistema Único de Saúde  
**UFMT** – Universidade Federal de Mato Grosso  
**UNE** – União Nacional dos Estudantes  
**UNIC** – Universidade de Cuiabá  
**VRAc** – Vice-Reitoria Acadêmica

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
O estudo proposto .....	13
As fontes e a coleta de dados.....	14
As Seções .....	16
<b>1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: DAS AÇÕES À POLÍTICA PARA A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE</b> .....	<b>17</b>
1.1 DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE.....	18
1.2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E BASES LEGAIS .....	22
1.3 PERFIL DOS ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS .....	33
<b>2 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMT</b> .....	<b>40</b>
2.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.....	41
2.2 PROGRAMAS DE BOLSAS .....	52
<b>2.2.1 Bolsa Complementação Educacional</b> .....	<b>52</b>
<b>2.2.2 Créditos educativos</b> .....	<b>53</b>
<b>2.2.3 Ajuda de custo e isenções</b> .....	<b>54</b>
<b>2.2.4 Bolsa de Trabalho</b> .....	<b>56</b>
<b>2.2.5 Bolsa Monitoria</b> .....	<b>58</b>
<b>2.2.6 Bolsa de Apoio Mútuo</b> .....	<b>59</b>
<b>2.2.7 Bolsa Atividade</b> .....	<b>60</b>
<b>2.2.8 Bolsa Permanência</b> .....	<b>62</b>
2.3 ALIMENTAÇÃO .....	64
<b>2.3.1 Restaurante Universitário</b> .....	<b>64</b>
<b>2.3.2 Auxílio Alimentação</b> .....	<b>67</b>
2.4 MORADIA ESTUDANTIL.....	69
<b>2.4.1 A luta por moradia</b> .....	<b>69</b>
<b>2.4.2 CEU</b> .....	<b>74</b>
<b>2.4.3 Auxílio Moradia</b> .....	<b>76</b>
2.5 ATENÇÃO À SAÚDE .....	77
2.6 TRANSPORTE .....	78
2.7 PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL.....	80
<b>2.7.1 Participação em eventos</b> .....	<b>80</b>
2.7.1.1 Realização de eventos.....	81
<b>2.7.2 Cursos de idiomas</b> .....	<b>82</b>
<b>2.7.3 Inclusão digital</b> .....	<b>82</b>
2.8 POLÍTICA DE BOLSAS ESTUDANTIS .....	82
2.9 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL .....	83
<b>3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMT NA PERSPECTIVA DE GESTORES</b> .....	<b>86</b>
3.1 A CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL .....	86
3.2 RELAÇÃO COM A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.....	89
3.3 NORMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE .....	92
3.4 AVALIAÇÃO DA GESTÃO .....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>105</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

As ações de assistência ao estudante no Brasil datam de 1930 com a fundação da primeira Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, que servia de apoio aos estudantes mais “carentes”. No que se refere à legislação, a primeira tentativa de regulamentação deu-se através do Decreto nº 19.851/1931, na reforma do ministro da educação Francisco Campos, que dispôs medidas destinadas a amparar universitários comprovadamente pobres por meio da concessão de bolsas de estudos.

Posteriormente, na Constituição de 1946 a assistência estudantil se tornou obrigatória a todos os níveis de ensino. No início dos anos de 1960, os estudantes se reuniam para discutir a reforma universitária e nesse contexto é aprovada, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 4.024/61). Nesta a assistência estudantil foi considerada direito à educação, ficando estabelecida a assistência social, médica e odontológica aos discentes.

Conforme Costa (2010), esse período demarca uma primeira fase da assistência estudantil, marcada pela informalidade, pelo caráter pontual, descontínuo e pela escassez dos recursos, não se constituindo em uma política pública de apoio ao estudante. Para a autora, o final dos anos de 1970 marcado pela crise econômica e política do regime militar e pelo início do processo de redemocratização, começa uma segunda fase da assistência estudantil. Na segunda fase a preocupação maior é com a formulação de uma política pública de assistência ao estudante que ganha fundamentação com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que inaugura o direito à educação voltado para o desenvolvimento da pessoa, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania, tendo como um de seus princípios: a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

A Constituição estabeleceu parâmetros para a elaboração de uma nova LDB (Lei nº 9.394/1996) que veio reforçar o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na educação escolar.

Vale ressaltar que em 1987 foi criado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitário e Estudantis (FONAPRACE) com objetivo de consolidar uma política pública de assistência estudantil em âmbito nacional. A concretização dessa política foi possível com a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado desde 1997, através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e ganha maior força e impacto com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispôs o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A Universidade Federal de Mato Grosso foi fundada no ano de 1970 desde então a assistência estudantil se faz presente na instituição, através de ações e programas voltados para o apoio aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação.

Logo no início do funcionamento da Universidade foi criado o Órgão Suplementar de Assistência aos Estudantes, vinculado à Vice-Reitoria Acadêmica, na primeira gestão do reitor Gabriel Novis Neves (1971-1982), desenvolvia programas e ações para apoiar a permanência dos estudantes na Universidade, situada em Cuiabá (capital do estado de Mato Grosso). Em 1976, deixou de ser Órgão Suplementar e passou a ser o Departamento de Assistência aos Estudantes (DAE).

Nas gestões dos reitores Benedito Pedro Dorileo (1982-1984), Eduardo De Lamônica Freire (1984-1988), Augusto Frederico Müller Junior (1988-1992), Luzia Guimarães (1992-1996) e Fernando Nogueira (1996-2000), o setor responsável pela administração das bolsas e dos demais programas estudantis era a Coordenação de Assistência ao Estudante, estando esta submetida à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), a partir de 1992, quando se deu a sua criação.

Nos anos 2000, a Coordenação de Articulação com Estudantes suprimiu a CODAE nas gestões dos reitores Paulo Speller (2000-2008) e Maria Lúcia Cavalli Neder (2008-...), submetida em cada gestão à Pró-Reitoria de Vivência Acadêmica e Social (PROVIVAS) e à Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV), respectivamente.

Nos quarenta anos da UFMT a implementação da assistência estudantil esteve em consonância com os recursos disponíveis, as legislações e as demandas estudantis. Em linhas gerais, existiram, e ainda existem, programas de bolsas remuneradas para dar suporte financeiro aos estudantes com a contrapartida do desenvolvimento de atividades; ajuda de custo na alimentação oferecida pelo Restaurante Universitário; apoio para participação em eventos acadêmicos, estudantis e esportivos; e moradia estudantil. Tais programas são voltados, sobretudo, para estudantes socioeconomicamente vulneráveis.

## **O estudo proposto**

O presente estudo tem como objetivo reconstruir a trajetória da assistência estudantil na UFMT.

A proposta de reconstruir a história da assistência estudantil desenvolvida na UFMT, desde sua fundação, decorre da necessidade vivenciada durante o estágio curricular do curso de Serviço Social na Coordenação de Articulação com Estudantes (CARE) quando constatamos a não existência de documentação das ações e dos programas implementados nas diferentes gestões, o que dificultava o acesso às informações.

A assistência ao estudante é uma temática presente no nosso percurso na academia, pois desenvolvemos dois Planos de Trabalho no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) abordando os bolsistas e a Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFMT, o estágio curricular na CARE e, por fim, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a atuação da assistente social na assistência ao estudante da UFMT.

A partir dessa experiência acumulada a escolha da assistência ao estudante como objeto de estudo do mestrado não foi aleatória, mas decorrente da necessidade de realizarmos uma pesquisa de forma mais sistemática e fundamentada sobre a temática. O mestrado representou, então, a oportunidade de desenvolver este estudo e de deixar registrada a trajetória da assistência estudantil na UFMT, o que consideramos ser a nossa contribuição para a memória da Universidade.

### **As fontes e a coleta de dados**

Para refazer a trajetória da assistência estudantil na UFMT utilizamos duas fontes principais: documentos e entrevistas. Vale salientar que, pela proximidade e pelos registros documentais encontrados, obtivemos dados qualitativos referentes ao campus de Cuiabá. Os dados quantitativos, em sua maioria, trazem o panorama de todos os campi, conforme o período.

Os documentos, diz Lüdke & André (1986, p. 39), são uma fonte natural de informação, pois fazem parte de um determinado contexto e, portanto, trazem referência dele e, ainda, são “uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador”. Complementam que “Outra vantagem dos documentos é que eles são uma fonte não-reativa, permitindo a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável”.

A pesquisa documental foi composta por documentos institucionais: resoluções dos Conselhos Superiores (Conselho Diretor; Conselho Universitário; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), relatórios anuais e finais de gestão, prestação de contas, Plano de Desenvolvimento Institucional, matérias de jornais, noticiários e informativos de circulação interna. Também utilizamos documentos oficiais de âmbito nacional como legislações sobre a educação superior, legislação específica sobre assistência estudantil e relatórios de pesquisas.

Para as fontes orais fizemos a opção pela amostra intencional composta, conforme indica Thiollent (1992, p. 62), por “um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto”. O autor complementa que é preciso ter clareza de que “a informação

obtida não é generalizável ao nível do conjunto da população, mas há substância necessária à percepção da dinâmica do movimento” (THIOLLENT, 1992, p. 63).

Nesse sentido fizemos o levantamento das pessoas que já estiveram nos cargos de chefe, coordenador ou pró-reitor do setor responsável pela assistência estudantil, desde a fundação da UFMT até 2010. Não foi possível localizar todas as pessoas, algumas já não residem no estado e não conseguimos outros meios para contato. Das pessoas localizadas com as quais mantivemos contato, duas não puderam nos conceder a entrevista em decorrência de problemas de saúde. Ao todo foram realizadas oito entrevistas<sup>1</sup>, as quais foram gravadas em fitas e se iniciavam após o consentimento do entrevistado.

Utilizamos dois roteiros para as entrevistas constituídos por questões abertas<sup>2</sup> que possibilitaram aos entrevistados o livre curso ao raciocínio, além de permitir maior interação entre pesquisadora e entrevistados (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 36). Os partícipes da entrevista foram:

- Thânia Monteiro de Arruda – Coordenadora de Assistência ao Estudante dentre os anos de 1988 a 1992, durante a gestão do reitor Frederico Müller;
- Edgar Francisco de Oliveira – Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis dentre os anos de 1992 a 1996, durante a gestão da reitora Luzia Guimarães;
- Eliane Maria de Miranda - Coordenadora de Assistência ao Estudante dentre os anos de 1992 a 1996, durante a gestão da reitora Luzia Guimarães;
- Kenji Kido – Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis dentre os anos de 1996 a 2000, durante a gestão do reitor Fernando Nogueira;
- Marilda Calhaó Esteves Matsubara – Pró-Reitora de Vivência Acadêmica e Social dentre os anos de 2000 a 2008, durante a gestão do reitor Paulo Speller;
- Nina Rosa Ferreira Soares – Coordenadora de Articulação com Estudantes dentre os anos de 2000 a 2008, durante a gestão do reitor Paulo Speller;
- Luís Fabrício Cirilo de Carvalho – Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Vivência dentre os anos de 2008 a 2010, durante a gestão da reitora Maria Lúcia Cavalli Neder;
- Adriana Lucinda de Oliveira<sup>3</sup> – Coordenadora de Articulação com Estudantes dentre os anos de 2009 a 2010, durante a gestão da reitora Maria Lúcia Cavalli Neder.

---

<sup>1</sup> As pessoas entrevistadas ocuparam os cargos no período de 1988 a 2010. No entanto, acreditamos que o período de 1970 a 1987 foi contemplado pela pesquisa documental.

<sup>2</sup> Ver apêndices, p. 116 e 117.

<sup>3</sup> Por não residir em Cuiabá, a época do presente estudo, todos os contatos com a ex-Coordenadora de Articulação com Estudantes Adriana Lucinda de Oliveira foram feitos via e-mail, inclusive a resposta ao roteiro de entrevista enviado.

Utilizamos os nomes das pessoas entrevistadas, com o devido consentimento, porque ocuparam os respectivos cargos datados e registrados historicamente, estando explícitos em vários documentos e materiais publicados no decorrer do período. Não havendo neste estudo matéria que os prejudicasse tampouco os constrangesse publicamente foi possível essa transparência.

Buscamos, assim, relacionar as informações obtidas através das fontes documentais com as falas dos entrevistados, principalmente no que se refere ao entendimento da assistência estudantil, à relação estabelecida entre os setores administrativos, à relação com a representação estudantil, à priorização de atendimento, e, por fim, pedimos que avaliassem a gestão da qual fizeram parte como coordenador e como pró-reitor. Dessa forma, abrangemos questões do cotidiano em contextos diferenciados da assistência ao estudante.

### **As Seções**

Esta Dissertação é composta pela Introdução, por três Seções e as Considerações Finais.

Na Seção 1 discorremos sobre a trajetória da assistência estudantil no Brasil, iniciada nos anos de 1930; as concepções da “ajuda aos carentes” ao direito de permanecer na Universidade; a democratização da Universidade; e o perfil dos universitários nas últimas décadas.

Na Seção 2 nos detivemos na Universidade Federal de Mato Grosso. De modo mais específico na sua estrutura e na história da assistência estudantil a partir da documentação que coletamos nos acervos da Instituição.

Na Seção 3 traçamos a trajetória da assistência estudantil a partir da perspectiva dos gestores entrevistados, participantes da operacionalização da assistência ao estudante na UFMT, do período de 1988 a 2010.

## **1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: DAS AÇÕES À POLÍTICA PARA A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE**

A trajetória da assistência estudantil no Brasil é datada nos anos de 1930, quando aparecem as primeiras tentativas de regulamentação demonstrando a necessidade de amparar os estudantes “carentes”, como eram denominados (e, por vezes, ainda são). A princípio a assistência aos estudantes da educação superior foi normatizada e operacionalizada com características marcadamente de ajuda proveniente da benemerência do Estado, e com o passar dos anos ela foi adquirindo status de direito, como parte integrante do direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Pouco a pouco o Estado reconheceu a importância de desenvolver ações e programas assistenciais que garantissem condições de atendimento às necessidades dos estudantes – tais como: alimentação, saúde, moradia, material pedagógico – sobretudo, os socioeconomicamente vulneráveis.

Conforme define o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, a assistência estudantil se constitui em:

[...] um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES [Instituições Federais de Ensino Superior], na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2007).

Ressaltamos que a assistência ao estudante está voltada para suprir as necessidades fundamentais que perpassam a vida universitária, desde a sobrevivência humana à vivência acadêmica: alimentação, moradia, transporte, renda, material didático, apoio psicossocial e formação/capacitação (participação em eventos, curso de idioma e de informática).

O FONAPRACE, órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), foi criado, em 1987, para possibilitar a integração de gestores das instituições, em geral pró-reitores de assuntos estudantis, com a finalidade de discutir as ações assistenciais desenvolvidas e formular uma política, regional e nacional, que direcionasse tais ações.

Desde então, o Fórum tem se preocupado e se posicionado em relação à questão do acesso, permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes de graduação. Não obstante se possa destacar que a atuação do FONAPRACE é restrita às IFES, majoritariamente as universidades, e não tem poder deliberativo. Apenas sugere ações, debate e elabora propostas em torno da questão, levando ao conhecimento da ANDIFES, que, por sua vez, faz a mediação com o Ministério da Educação (MEC).

A discussão entre representantes das gestões das diversas IFES é pois, como nos alerta Lima (2003, p. 31):

A falta de uma política de assistência estudantil desencadeia posturas acrílicas da realidade, deixando nas mãos dos Reitores a tarefa de desenvolver ações de assistência, o que provoca muitas vezes, com base nas boas intenções dos que querem e buscam 'assistir', a perpetuação das desigualdades sociais.

Nesse sentido, com vistas a consolidar no âmbito nacional uma política pública de assistência aos estudantes, o FONAPRACE elaborou o Plano Nacional de Assistência ao Estudante de Graduação das Instituições Federais (FONAPRACE, 2001; 2007) como resposta aos desafios apontados nas pesquisas intituladas *Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras*, realizadas em 1996-1997 e 2003-2004 – e, posteriormente, no ano de 2010. De acordo com o FONAPRACE (2007, p. 5): “a assistência deve ser entendida como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento, e considerada no plano institucional-orçamentário das IFES uma questão de investimento garantindo recursos para a sua execução”.

A luta via FONAPRACE, União Nacional dos Estudantes (UNE), Secretaria Nacional de Casas Estudantis (SENCE), movimento estudantil em geral e outros movimentos sociais, pelo reconhecimento da política de assistência estudantil como obrigatoriedade do governo federal teve seu reconhecimento em 2007 quando houve a publicação da Portaria Normativa nº 39 que dispôs sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Este documento possibilitou a garantia da assistência como direito do estudante, além de orientar as atividades desenvolvidas nas IFES brasileiras e, principalmente, passou a destinar recursos específicos para a operacionalização das mesmas.

A especificação de verbas definidas para o desenvolvimento das ações e dos programas de assistência nas universidades é essencial para superar o imediatismo e as limitações impostas ao atendimento aos estudantes. A propósito Lima (2003, p. 31) afirma que “a democratização da permanência implica na manutenção e expansão dos programas de assistência [...] que só pode ser garantido caso haja a alocação de uma verba específica, garantida em lei, para área de assistência nas universidades”.

## 1.1 DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A assistência estudantil nas universidades públicas se faz necessária diante do reflexo dentro das instituições da desigualdade social, econômica e cultural do Brasil. Considerando que “[...] a universidade é uma *instituição social*. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade

separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35). Nesse sentido, os fatos sociais, econômicos, culturais e políticos perpassam o âmbito da universidade porque ela é parte da realidade social, logo não tem como separá-la dos fatores “externos”, inclusive das desigualdades oriundas da divisão de classe social.

Então, não bastam ações que promovam a inserção da população sobrevivente nos níveis mais baixos da pirâmide social na educação superior, mesmo gratuita, se não houver mecanismos e estratégias que corroborem para sua permanência dentro da instituição de ensino para concluir o curso.

Esta preocupação é nítida no trecho do documento da ANDIFES (s/d):

O processo de democratização no sistema educacional brasileiro, particularmente nas universidades públicas, passa necessariamente pela incorporação de estudantes oriundos de famílias de baixa renda. Não basta, entretanto, assegurar-lhes o acesso: é preciso considerar que o compromisso efetivo do Estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência de todos os estudantes na universidade, até a conclusão do curso escolhido através da formulação de programas que busquem atenuar os efeitos das desigualdades existentes provocadas pelas condições da estrutura social e econômica.

A *democratização* da educação superior, então, requer políticas que viabilizem a expansão e o acesso dos estudantes a esse nível de ensino, especialmente os que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica<sup>4</sup>. E, ainda, políticas que sejam voltadas para a garantia da permanência desses estudantes no curso superior até sua conclusão (ZAGO, 2006).

A entrada de estudantes provenientes de famílias de baixa renda na universidade demandou reformas na educação superior, realizadas de tempos em tempos num processo de revisão e avaliação da política educacional do país. A reforma universitária realizada no ano de 1968 (Lei nº 5.540/68), por exemplo, teve como pano de fundo a pressão popular por mais vagas na educação superior, apesar de ter resultado na ampliação de vagas no setor privado. Segundo Chauí (2001, p. 51),

[...] se a reforma pretendeu atender às demandas sociais por educação pública, abrindo as portas da universidade, e se com a entrada das ‘massas’ na universidade não houve crescimento proporcional da infra-estrutura de atendimento (biblioteca, laboratórios) nem do corpo docente, é porque está implícita a ideia de que para a ‘massa’ qualquer saber é suficiente, não

---

<sup>4</sup> Entendemos como estudante em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou estudante socioeconomicamente vulnerável, aquele que é oriundo de família que vive na faixa da pobreza, e se encontra em estado de privação, falta ou ausência de um ou mais de um fator fundamental para o êxito acadêmico, caracterizando a necessidade de apoio institucional para conseguir concluir seu curso de graduação no período regular.

sendo necessário ampliar a universidade de modo a fazer que o aumento da quantidade não implicasse diminuição de qualidade.

Esse fato provocou a massificação da universidade, conforme as palavras de Finatti (2007, pp. 59-60):

A massificação da universidade é fruto de movimentos sociais, de democratização social, de reformas universitárias, questionamentos da formação de elites intelectuais, mas principalmente pelas ingerências do mercado na expectativa da profissionalização, formas que vislumbram a conquista do poder.

Há uma confusão entre democratização e massificação. Em linhas gerais, a massificação é a expansão do ensino superior pela ampliação do número de vagas nos cursos, aumentando cursos e vagas no período noturno, cursos de graduação na modalidade à distância – Ensino à Distância (EAD), enfim está mais voltada à inclusão e ao acesso dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES). Enquanto a democratização está incluída no conceito universal de educação pública, que se volta para qualidade do ensino em todos os quesitos: acesso, estruturação, manutenção, conclusão.

A democratização esclarece Chauí (2003, pp. 13-14) depende da concretização de três medidas:

a) Articular o ensino superior público e outros níveis de ensino público. Sem uma reforma radical do ensino fundamental e do ensino médio públicos, a pretensão republicana e democrática da universidade será inócua. A universidade pública tem que se comprometer com a mudança no ensino fundamental e no ensino médio públicos. [...] *A universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus do ensino público;* b) Reformar as grades curriculares atuais e o sistema de créditos, uma vez que ambos produzem a escolarização da universidade, com a multiplicação de horas/aula, retirando dos estudantes as condições para leitura e pesquisa, isto é, para sua verdadeira formação e reflexão, além de provocarem a fragmentação e dispersão dos cursos, e estimular a superficialidade. [...] É preciso também não somente assegurar espaço para a implantação de novas disciplinas exigidas por mudanças filosóficas, científicas e sociais, como também organizar os cursos de maneira a assegurar que os estudantes possam circular pela universidade e construir livremente um currículo de disciplinas optativas que se articulem às disciplinas obrigatórias da área central de seus estudos; c) Assegurar, simultaneamente, a universalidade dos conhecimentos [...] e a especificidade regional [...]. *Para isso são necessárias condições de trabalho: bibliotecas dignas do nome, laboratórios equipados, informatização, bolsas de estudo para estudantes de graduação, alojamentos estudantis, alimentação e atendimento à saúde, assim como convênios de intercâmbio de estudantes entre as várias universidades do país e com universidades estrangeiras.* (Grifo nosso)

Dessa maneira, não se deve falar em democratização da universidade sem pensar na universalização do acesso e na qualidade da educação pública em todos os aspectos nos diferentes níveis educacionais.

Conforme a autora mencionada, a universidade brasileira vem sendo modificada de acordo com a mudança geral da sociedade ocasionada pelos efeitos do capitalismo. Nos anos de 1970, a universidade do tipo funcional correspondeu ao “milagre econômico”, possibilitando o prestígio e a ascensão social via formação para o mercado de trabalho. Na década seguinte, o processo conservador de abertura política revelou a universidade dos resultados, que colaborou para a expansão da rede privada de ensino e a parceria com as empresas. Já na década de noventa, o neoliberalismo moldou a universidade operacional, voltada para si própria, avaliada pela sua produtividade e estruturada pelas estratégias de eficácia organizacional, como as empresas particulares (CHAUÍ, 2001).

A exploração mercadológica colocou os direitos sociais, conquistados e garantidos na Constituição Federal de 1988, na perspectiva de “serviços” (DAHMER, 2008), com isso houve a expansão das IES privadas em detrimento das universidades públicas<sup>5</sup>. De acordo com Dahmer (2008, p. 42):

A década de 1990 e o início do século XXI registraram um franco processo de expansão e mercantilização do ensino superior, validado e incentivado pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, pautados no pressuposto de que a educação é um ‘bem público’, sendo, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem seus serviços educacionais à população.

Dessa maneira, o governo federal cria estratégias para aumentar o acesso à educação superior seja pública ou privada. No segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), por exemplo, foi estabelecido o *Programa Brasil Universitário* cujo objetivo era “ampliar, com qualidade, o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento” (MEC, 2011, p. 51). Para atingir tal objetivo foram desenvolvidas iniciativas e ações que possibilitassem a oferta de vagas, por meio da expansão das universidades federais e de programas de financiamento, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES).

Nas universidades públicas foi implantado dentro do *Brasil Universitário* o Sistema de Seleção Unificada (SISU) que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no processo seletivo, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI). Conforme Castro (2008, p. 91), o PROUNI e o REUNI são projetos governamentais “no bojo de processos mais amplos das reformas da universidade e do Estado brasileiros”.

Alerta-nos Barreto (2008, pp. 65-66):

---

<sup>5</sup> Sobre a privatização da educação superior ver: Oliveira, J. F. et. al., 2006; Bittar, M., Oliveira, J. F., Morosini, M. (orgs.), 2008.

A expansão é necessária, mas com um mínimo de planejamento; a equidade – um grande desafio, pois as desigualdades são enormes; qualidade – principal objetivo e adequação – imperativo para que o sistema responda às aspirações, necessidades e anseios da sociedade brasileira, representada pelos milhares de alunos que batem às portas da Universidade procurando formação e informação.

A expansão da educação superior pelas vias que vem ocorrendo no Brasil – desacompanhada do investimento e da qualidade na educação básica pública; incentivo ao setor educacional privado; falta de manutenção do patrimônio público como um todo; precarização do trabalho docente e técnico, somente para ilustrar – voltada para o aumento dos números, seja das instituições, seja das vagas, seja dos concluintes, sem primar pela qualidade do trabalho docente, da formação do discente, da pesquisa, enfim, leva à certificação dos formandos, independente se o universitário obteve conhecimento suficiente para desenvolver as habilidades e competências necessárias para o exercício profissional. Nesse sentido, concordamos que

[...] em nome de uma pseudo-democratização do acesso à educação (a todos os níveis), vem transformando a certificação (atribuição de certificados de conclusão de curso) em mercadoria de oferta elevada, mas de pouco valor real em termos de qualificação no mercado; ao mesmo tempo, o discurso do bloco do poder, que encontra ampla sintonia entre vários segmentos na sociedade, faz da educação a pedra angular da salvação nacional ('o mais poderoso instrumento para inserção no mercado de trabalho, para acabar com a pobreza, para reduzir desigualdades, etc., etc., etc.'). Não se trata, evidentemente, de negar o valor da educação, mas não podemos confundi-la com instrução, muito menos com certificação e, sobretudo, não podemos esquecer que *a escola (em qualquer nível) não dispõe de mecanismos que possam anular o efeito de trajetórias anteriores de desigualdade social* (JAMUR, 2000, p. 41 apud LEWGOY; MACIEL, 2008, p. 77) (grifo nosso).

Por essas razões é importante pensarmos a assistência estudantil como fundamental para permanência dos estudantes vulneráveis socioeconomicamente, sem esquecer que seu objetivo é minimizar as dificuldades encontradas, não de suprimir as condições de desigualdade socioeconômica, uma vez que numa sociedade capitalista não há espaço para igualdade, sobretudo, a econômica.

## 1.2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E BASES LEGAIS

A primeira tentativa de regulamentação da assistência estudantil foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, a Lei Orgânica do Ensino Superior, proveniente da reforma Francisco Campos (LIMA, 2002). O Artigo 100 do Decreto dispôs as medidas de previdência e beneficência destinadas a amparar os universitários comprovadamente pobres, por meio das bolsas de estudos.

“Os decretos de Francisco Campos imprimem uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda o benefício da comunidade” (ARANHA, 1996, p. 201). Explica Costa (2010, p. 55):

Como naquele momento o ensino superior estava se organizando, a assistência estudantil ocorria principalmente através de investimentos nas instituições, na tentativa de integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de forma satisfatória.

Em seu estudo, Costa (2010) apresenta importantes ações de assistência aos estudantes na década de 1930, como a primeira Casa do Estudante do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro, que servia de apoio aos estudantes mais “carentes”. A Casa do Estudante era composta por um casarão de três andares e incluía um restaurante popular, freqüentado pelos estudantes pobres e pela comunidade que fingia ser estudante para usufruir do benefício.

No governo de Getúlio Vargas a Casa passou a receber grandes doações do governo federal, no intuito de conseguir o apoio político dos jovens universitários. Em 1937, o Ministério da Educação apoiou a criação da União Nacional dos Estudantes, cuja sede administrativa era a Casa do Estudante do Brasil. Nesta ficou organizada a biblioteca, o serviço de saúde, de assistência jurídica, a concessão de bolsas e de cargos empregatícios (Araújo, 2007 apud Costa, 2010, p. 57).

Nessa mesma década, foram promulgadas as Constituições de 1934 e de 1937. A primeira firmou a educação superior como direito público e legislou sobre a assistência ao estudante, conforme o Artigo 157: “Parte dos mesmos fundos [da educação] se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas”. A segunda confirmou o ensino primário obrigatório e gratuito (Artigo 130) e colocou como primeiro dever do Estado, em matéria de educação, o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas (Artigo 129).

“Foi durante a década de 30 do séc. XX, que a Educação passa a ser reconhecida como um direito público regulamentada pelo Estado. Entretanto, nas respectivas Constituições, tais direitos ainda não estavam assegurados integralmente” (VASCONCELOS, 2010, p. 401).

Anos mais tarde, através da Constituição de 1946, a assistência estudantil se tornou obrigatória a todos os níveis de ensino: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (Artigo 172). Na entrada dos anos de 1960 o movimento estudantil se reunia para discutir a Reforma Universitária e os direitos dos estudantes, visto que até então

a universidade era (ainda mais) elitista. É nessa década que a universidade começa a crescer aceleradamente, caracteriza Groppo (2008, p. 93), “crescimento que atingiria o auge nas décadas seguintes, demonstrando que a ‘democratização’ das universidades nos anos 1960 era apenas o início de um processo de multiplicação das vagas e proliferação dos cursos superiores”.

Nesse período a UNE organizou encontros e seminários debatendo a Reforma Universitária, temática que vinha sendo discutida em toda América Latina. Assim, em 1960 a UNE realizou o 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado na Bahia (FORACCHI, 1972 apud GROppo, 2008).

Porém, comenta Groppo (2008, p. 95), “enquanto a UNE e as entidades estudantis ingressavam na Campanha da Reforma Universitária, o Congresso Nacional discutia e aprovava em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)”, a qual foi amplamente condenada pela UNE através dos documentos *Carta da Bahia* (1961) e *Carta do Paraná* (1962) resultantes dos Seminários Nacionais realizados pela entidade.

No que se refere à assistência estudantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024/61), de 20 de dezembro de 1961, considerou-a direito à educação, estabelecendo assistência social, médica, odontológica e de enfermagem aos alunos (ARAÚJO, 2003; COSTA, 2010).

“Dado o golpe civil-militar de 1964, a ditadura passou a exercer todo seu poder contra as universidades, os professores, os intelectuais e os estudantes que tentaram resistir, não de forma armada, mas com as ideias, com as críticas e manifestações de descontentamento e não aprovação [ao regime]” (SANFELICE, 2008, p. 73). A partir de então, a assistência ao estudante se manteve na esfera normativa, porém na prática estava reduzida, devido à perseguição aos estudantes (SENA, 1994 apud LIMA, 2002). Outro fator a ser elencado nesse contexto foi a “redução de verbas e no abandono de investimentos públicos na universidade, justificados pela estratégia de contenção de gastos em setores não diretamente produtivos” (VALLE, 2008, p. 81).

Precisamos, ainda que sucintamente, mencionar o ano de 1968: marco histórico do movimento estudantil e da Reforma Universitária, já que ambos têm e fazem referência à assistência estudantil. Sintetiza Bittar (2001, p 25 apud BITTAR et. al., 2008, p. 94):

O ano de 1968 foi um marco, tanto no campo da política, quanto no campo da educação. Antes mesmo da promulgação do AI-5, diversos setores da sociedade civil organizaram-se numa tentativa desesperada de resguardar o mínimo de dignidade e democracia no país. Foi assim que a categoria dos estudantes universitários mobilizou-se exigindo reformas em todos os níveis, mas, sobretudo, uma reforma universitária.

Descreve Valle (2008, p. 82):

O final de janeiro assiste aos protestos dos estudantes do restaurante Calabouço [restaurante universitário] que se manifestam através de uma pequena passeata, reivindicando melhorias de condições de higiene e funcionamento do mesmo, sendo reprimidos a tiros pela polícia no centro do Rio de Janeiro. No dia 28 de março morre Edson Luís durante o choque da Polícia Militar (PM) com os integrantes da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) que organizam uma manifestação contrária ao aumento do preço da refeição, considerado abusivo, e pela conclusão das obras do restaurante.

O assassinato do estudante secundarista Edson Luís provocado pela PM virou motivo para que vários setores da sociedade repudiassem a ação violenta da polícia. Mas o discurso governamental inverteu a situação justificando que os estudantes não tinham autorização da segurança pública e, por isso, a PM teria reagido ao ataque dos estudantes e, mais, que esse tipo de manifesto ameaçava a ordem e trazia subversivos e infiltradores comunistas, conforme Valle (2008).

A morte de Edson Luís desencadeou uma série de protestos e manifestações de estudantes nas ruas do país, inclusive com o apoio e participação popular no primeiro semestre, o que contrariava as determinações impostas pelo regime ditatorial, servindo de pretexto, então, para ações repressivas e violentas. Culminando com a prisão dos principais líderes do Movimento Estudantil e a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), conhecido pelo conteúdo altamente repressor.

Explica Valle (2008, p. 89) que, em meio à efervescência do movimento estudantil, “O Governo acelera as medidas para aprovar a reforma universitária através do Congresso e de seus Grupos de Trabalhos, buscando ressaltar a sua disposição em atender aos anseios dos ‘verdadeiros’ estudantes”. Assim, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, da Reforma Universitária, instituiu mudanças estruturais para as universidades que perduram até hoje: implantação do regime de créditos e das matrículas por disciplina; instituição do departamento como unidade mínima de ensino; criação dos institutos básicos; alteração do exame vestibular e estímulo à expansão do setor privado, dentre outras.

Dessa maneira, a Reforma Universitária buscou dispersar e desarticular os estudantes que passavam a frequentar “classes” diferenciadas no decorrer do curso. “Consolidou-se a ‘democracia excludente’, com o objetivo de desmobilizar a sociedade, instituindo a censura, a proibição de movimentos sociais, cassações e vários outros tipos de repressão política” (BITTAR et. al., 2008, p. 95).

Em 1969, a emenda constitucional estabeleceu no Artigo 176 que o ensino seria livre para iniciativa privada com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive com concessão de bolsas de estudo, mediante restituição posterior. E ainda que o ensino médio e superior fosse gratuito para os alunos que demonstrassem aproveitamento e não tivesse recursos suficientes para supri-los (COSTA, 2010).

No dia 27 de julho de 1970, através do Decreto nº 66.967, ficou criada a Diretoria de Assistência Estudantil, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, um setor de âmbito ministerial com o intuito de desenvolver uma política de assistência estudantil em nível nacional voltada a programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. Setor este que foi extinto nos governos subsequentes.

Costa (2010) demarca até aqui uma primeira fase da assistência estudantil, marcada pela informalidade, pelo caráter pontual, descontínuo e pela escassez dos recursos. Afirma: “Havia uma preocupação em sanar os problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como a moradia e a alimentação. [...] não se vislumbrou uma política pública voltada para apoiar os estudantes” (COSTA, 2010, p. 60).

No final da década de 1970, com a crise econômica e política estabelecida no regime militar, quando começa o período de redemocratização no país a assistência estudantil entra, como explicita Costa (2010), numa segunda fase, na qual a preocupação maior é com o processo de formulação de uma política pública. É o momento em que

[...] a sociedade passa por um momento crítico, nesse caso os altos índices de desigualdade na educação superior decorrentes das dificuldades de acesso e permanência na educação superior, esses fluxos convergem, de modo a provocar uma mudança na agenda, que, em geral, culmina na criação de uma política pública (COSTA, 2010, p. 60).

Podemos afirmar que a nova conjuntura que vai se configurando no início dos anos 1980, caracterizada por uma série de debates sobre os direitos sociais dos brasileiros e organização dos movimentos sociais em prol de assegurar tais direitos, inaugura a segunda fase da assistência estudantil, conforme classificação de Costa (2010).

Destacamos como principais atores no âmbito da assistência ao estudante da educação superior o movimento estudantil (em específico, a UNE, o Movimento de Casas de Estudantes) e os pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis. Os pró-reitores, ou decanos, reuniam e discutiam ações e estratégias assistenciais desde 1984 culminando na institucionalização, em 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis pela ANDIFES.

O então ministro da Educação, Marco Maciel, constituiu a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira que propunha uma nova política para as universidades. A “nova política” recomendava a realocação de recursos para a recuperação e conservação de refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em IES públicas que ainda não os possuísem (LIMA, 2002).

Finalmente na Constituição Federal promulgada em 1988 foi assegurado o direito à educação voltada para o desenvolvimento da pessoa, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania (Artigo 205). O ensino segue os princípios de igualdade de

condições de acesso e permanência; de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; de gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; de gestão democrática do ensino público; de garantia de padrão de qualidade, dentre outros (Artigo 206).

Às universidades compete obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Elas gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (Artigo 207).

No Artigo 208 consta que é dever do Estado garantir: ensino fundamental obrigatório e gratuito, progressiva universalização do ensino médio gratuito; acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. O Artigo 212, Parágrafo 4º, descreve que esses programas suplementares serão financiados com recursos advindos de contribuições sociais e outros recursos orçamentários e não da receita fixa proveniente de impostos (18% da União).

Apesar de a assistência estudantil estar assegurada pela Carta Magna apenas para o ensino fundamental, ela precisa ser defendida para todos os níveis de ensino, pois a gratuidade do ensino não é suficiente para assegurar a permanência de estudantes vulneráveis socioeconomicamente. A assistência viabiliza a esses sujeitos o direito de frequentarem e satisfazerem suas necessidades pessoais e estudantis/acadêmicas (FINATTI, 2007, p. 82).

Na defesa pela garantia de assistência aos universitários Araújo (2003, p. 69) alerta que:

[...] no aspecto jurídico-político, vemos que, na Carta Magna, a realização das finalidades dessas áreas [ensino, pesquisa e extensão] pelas universidades públicas, encontra-se atrelada com a promoção da cidadania, do bem comum, com a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e, principalmente, com a redução das desigualdades (Art. 3º). [...] a assistência ao estudante pobre encontra-se implícita nessa interseção.

A Constituição deu orientações gerais à educação e estabeleceu parâmetros para elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 1996, após anos de debate, foi aprovada, então, a LDB (Lei nº 9.394/1996), revogando a LDB de 1961 e a Lei nº 5.540/68 da Reforma Universitária.

A LDB/1996 reforçou o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na educação escolar. Nas palavras de Cury (2008, p. 29): “Se o princípio da instauração da educação pública repousa no direito de todo aluno em ter uma aprendizagem qualificada, então a educação pública tem suas matrizes no princípio da igualdade, do

ensino comum e da busca de uma qualidade contemporânea às urgências do conhecimento”.

Contudo, o princípio da igualdade de acesso, por exemplo, esbarra no processo seletivo para a entrada na educação superior que coloca todos os candidatos para concorrerem às vagas sendo que nem todos estão nas mesmas condições, a começar pelas diferenças sociais e culturais.

No texto da LDB/1996 é possível perceber a preocupação em assistir aos socioeconomicamente vulneráveis, mas apenas durante o ensino fundamental, *in verbis*:

Título III – Do Direito a Educação e Do Dever de Educar

Artigo 4º – O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VIII – Atendimento ao educando, *no ensino fundamental público*, por meio de programas suplementares e de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim, cabe às universidades o desafio de assumir a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana. Avalia Finatti (2007, p. 86):

A preocupação é que além dos recursos escassos no interior das IES, o assunto é submetido ao entendimento de cada gestão administrativa, que pode ou não assimilar a assistência estudantil como parte da proposta da política de educação e como direito do cidadão. Há, inclusive, dirigentes que consideram a assistência degradante, e mais, que este assunto não diz respeito a uma instituição de ensino e nem mesmo faz parte de uma política de educação (FINATTI, 2007, p. 86).

A fragmentação e a desestruturação da política de assistência estudantil desenvolvida pelas instituições de ensino foi um obstáculo para a democratização da educação superior, pois com a falta de recursos específicos e de planejamento, a assistência se volta para o emergencial e aparente.

Apesar de ficar a mercê dos gestores das universidades, e da cobrança do movimento estudantil local e nacional, a assistência ao estudante universitário foi, pouco a pouco, tornando-se uma demanda dos universitários que necessitavam do apoio do Estado, já que a família não poderia garantir o seu sustento no período de estudo. E, ainda, a dificuldade em encontrar um emprego flexível e compatível com as exigências acadêmicas.

O crescimento dessa demanda junto às transformações conjunturais incitou mudanças nas legislações no decorrer do tempo. As reformas universitárias são respostas às novas exigências apresentadas pela comunidade acadêmica. Araújo (2003, p. 72) expõe que:

[...] as reformas no campo educacional, a partir dos anos 80, não só fazem parte do conjunto de reformas voltadas para a garantia do ‘ajuste econômico’ na América Latina, bem como derivam de uma articulação de

interesses entre as elites políticas e econômicas locais e os seus dois principais expoentes, o FMI [Fundo Monetário Internacional] e o Banco Mundial. Estes, por sua vez, entendem a crise da educação, não como uma crise de democratização do ensino, mas sim, como uma crise de gerenciamento, pela sua incapacidade de produzir eficiência, eficácia e produtividade, sujeitando, assim, as políticas públicas, inclusive as educacionais, à lógica do mercado, onde a educação é tida como um instrumento de elevação de produtividade e conseqüentemente de crescimento e enriquecimento individual.

Nesse sentido, as propostas (ou imposições) dos organismos internacionais para a reforma da educação superior nos países latinoamericanos seguem as seguintes linhas: a) aumentar a diferenciação entre as instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; b) diversificar as fontes de recursos para a educação superior pública; c) redefinir o papel do Estado na educação superior, com ênfase para a autonomia institucional e a prestação de contas; d) enfatizar políticas que priorizam objetivos qualitativos e eqüitativos (Banco Mundial, 1995, p. 29).

Essas linhas são percebidas quando analisamos documentos (Decretos, Portarias, Programas) que buscam adequar a educação para o contexto atual. A começar pelo Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172), aprovado em 10 de janeiro de 2001, cuja prioridade era elevar o patamar mínimo de escolarização, culminando na expansão e massificação do ensino superior, especialmente de IES privadas, com o incentivo de isenção de impostos e dos programas de crédito educativo por parte do Poder Público.

A política desenvolvida pelo MEC nos últimos anos, foi orientada sobretudo, pela necessidade de elevar o nível de escolaridade mínima da mão-de-obra no país e de empreender reformas no sentido de garantir sua integral adequação às novas exigências da esfera da produção e da cultura sem grandes investimentos, sendo também funcional ao processo de ajuste fiscal proposto pela nova ordem econômica mundial (Almeida, 2000, p. 161 apud Araújo, 2003, p. 89).

No que se refere à assistência, o PNE tem como objetivo em seu Artigo 3º, Item 34: “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001). Apesar de constar na legislação, o investimento para operacionalização dos programas não se efetivou. Admite o FONAPRACE (2001, p. 3):

As universidades brasileiras encontram limites para cumprir os próprios preceitos da lei e do Plano Nacional de Educação. Da mesma forma, as políticas assistenciais acabam ficando minimizadas ou esquecidas, pois não há investimento do governo em programas de assistência aos estudantes das universidades.

Araújo (2003, p. 79) avalia, então, que “as prioridades estabelecidas e as práticas no campo da assistência ao estudante estão condicionadas pela conjuntura política e econômica do país e seu rebatimento no interior da universidade”.

As condições concretas para a consolidação da política de assistência ao estudante se iniciaram com a publicação da Portaria Normativa nº 39 do MEC que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, de 12 de dezembro de 2007, no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu). Essa conquista resultou de esforços coletivos de discentes, docentes e gestores (via FONAPRACE/ANDIFES) e representou a materialização de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes da educação superior pública (VASCONCELOS, 2010).

O PNAES vem no rastro do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI – Decreto nº 6.096/2007), gerido pelo MEC, que tem como finalidade criar as condições necessárias para ampliar os recursos financeiros, para a expansão do acesso e da permanência no ensino superior, por meio da redução da taxa de evasão, ocupação das vagas ociosas e aumento de ingressos, principalmente no período noturno. No entanto, o que constatamos é o aumento do número de estudantes em salas de aula sem a elevação proporcional do número de docentes, servidores técnicos e recursos financeiros.

As IFES, conforme discurso viabilizado pelo MEC, tiveram a “opção” de aderir ou não ao REUNI<sup>6</sup>, mas o que ficou patente é que as discussões nas IFES não foram esgotadas e que a adesão decorreu da pressão feita pelo MEC que propagou os “benefícios” que elas receberiam: recursos financeiros para investimento em construções e readequação de infraestrutura, em bens e serviços, bem como para custeio e pessoal.

Se até agora falamos das dificuldades de recursos das IFES, cortes de orçamento, enfim, quando aparece um Programa que garante ampliá-los, o interesse dos gestores é imediato.

Há que se levar em consideração que:

[...] o repasse dos recursos estará vinculado à assinatura de um contrato de metas, a serem atingidas dentro de determinados prazos pelas instituições, o que incluirá, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos, criação de arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão, dentre outros mecanismos que levem à expansão do sistema de educação superior (LÉDA & MANCEBO, 2009, p. 54).

Em suma, o REUNI representa para os gestores a salvação da universidade pública federal, quanto à reestruturação, expansão, inclusão da parcela da população

---

<sup>6</sup> A Universidade Federal de Mato Grosso aderiu 100% ao REUNI.

historicamente excluída do ensino superior, assistência estudantil para o combate à retenção, evasão e repetência. Por outro lado, provoca o inchamento do sistema, uma vez que a expansão proposta afeta dimensões já prejudicadas nas universidades: a aprovação e titulação em larga escala, além dos bacharelados interdisciplinares, na contramão do aprimoramento educacional; precarização do trabalho docente; valorização do ensino, em detrimento à pesquisa e à extensão.

Segundo matéria divulgada na página virtual Unb Agência sobre a 47ª reunião Ordinária do FONAPRACE<sup>7</sup>, as ações de assistência estudantil não acompanham o ritmo de expansão das universidades federais, que seguem aumentando o número de vagas sem ampliar o apoio ao estudante de baixa renda. Os participantes da reunião destacaram a falta de profissionais capacitados para atender aos alunos e de verba para investir em ações sociais.

A Portaria Normativa nº 39/2007 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil considerando a centralidade da assistência estudantil para combater as desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, nas IFES.

O PNAES se efetiva por meio de ações vinculadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ações desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico (Artigo 2º). As ações executadas pelas IFES devem considerar suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente. Conforme o Artigo 3º, *in verbis*:

§ 1º As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Portanto, o objetivo principal da assistência é manter o estudante que vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentro da IFES, contribuindo com o desempenho acadêmico e sua formação para que ele conclua o curso de graduação dentro do período regular de integralização. São atendidos os estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, previamente, selecionados por critérios socioeconômicos, conforme os requisitos da própria instituição (Artigo 4º).

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=3280>>. Acesso em: 20 maio. 2010.

O texto do PNAES passou por algumas alterações quando foi publicado o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. A começar pela descrição da finalidade do Programa, em que foi excluída a condição de acesso. O Decreto apresenta como objetivos: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Artigo 2º)

Foi acrescentada mais uma área específica para o desenvolvimento das ações de assistência estudantil, qual seja: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (Artigo 3º, § 1º, Item X).

No Decreto foi especificado que o PNAES abrange as IFES, inclusive os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os critérios e metodologia de seleção dos estudantes ficam a cargo das IFES, todavia define no Artigo 5º que “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio...”. E, ainda, cobra o monitoramento e avaliação do PNAES nas instituições.

Quanto ao financiamento, ambas as legislações declaram que

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação [ou às instituições federais de ensino superior], devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira (BRASIL, 2007; 2010).

O MEC divulgou os números de benefícios e os recursos investidos nas IFES nos primeiros anos de implementação do PNAES, em nível nacional, conforme Tabela 1

**Tabela 1 – Número de benefícios concedidos e recursos investidos nas Instituições Federais de Ensino Superior – Brasil – 2008-2010**

Investimento/Ano	2008	2009	2010
<b>Número de benefícios (mil)</b>	196,0	408,5	600
<b>Recursos (R\$ milhões)</b>	125,3	203,8	304,0

Fonte: SESu/MEC<sup>8</sup>

Com o PNAES a assistência ao estudante nas IFES está respaldada por uma normatização própria, recebe recursos financeiros para sua execução e passa, então, a ser vislumbrada como direito, materializada numa política pública, ou seja, “um conjunto de mecanismos e procedimentos mediante os quais se elabora a agenda do que virá ser a

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/chart\\_69.php](http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/chart_69.php)>. Acesso em: 30 mar. 2011.

pauta de prioridades políticas a ser posta em prática de forma planejada e escalonada no tempo” (PEREIRA, 1996, p. 71).

A legislação nacional há tempos garante o direito à educação pública, gratuita e de qualidade e destaca como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência nas instituições de ensino, mas como tratar de igualdade de acesso e permanência se os alunos não chegam à universidade em nível de igualdade. Seja desigualdade econômica, social, cultural, educacional, enfim, que devem estruturar políticas e programas de assistência estudantil aos estudantes que dela necessitem.

### 1.3 PERFIL DOS ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

O perfil dos estudantes universitários acompanhou ao longo dos anos as mudanças socioculturais refletidas dentro das universidades. Parafraseando Finatti (2007), antigamente os universitários eram, em geral, os herdeiros do poder, pessoas com status, ou da Igreja. Na modernidade, filhos da elite econômica. Contemporaneamente, pessoas de várias classes econômicas, ávidas por titulação, capacitação, pela possibilidade de mobilidade social ou por determinação do contingente da estrutura familiar e social (FINATTI, 2007).

Como esclarece a autora:

O acesso da camada da sociedade que até então não ousava assumir tal desafio [cursar o ensino superior], vem mudando a característica das universidades. Em geral as batalhas sociais pela democratização do ensino superior e a necessidade de profissionais aptos a atender o mercado abriram as portas para esse universo (Finatti, 2007, p. 73).

Nesse sentido, escreveu Lima (2003, p. 26): “Atualmente a diversidade do alunado tem marcado as universidades, em particular as públicas, que vêm incorporando nos últimos anos um contingente significativo de alunos egressos da escola pública e de famílias de baixa renda” o que demanda maior abrangência das ações e programas de assistência estudantil.

As pesquisas do *Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras* realizadas pelo FONAPRACE, nos anos de 1996-1997, 2003-2004 e 2010, provaram a necessidade da operacionalização de programas de assistência estudantil diante da realidade de mais de 40% dos estudantes das IFES pertencerem a famílias com renda máxima de três salários mínimos, isto é, as Classes C, D e E<sup>9</sup> (as três classes somadas representam 44,3%, em 1997; 42,8%, em 2004; 43,7%, em 2011, do total de estudantes matriculados nos cursos presenciais).

---

<sup>9</sup> A classificação econômica das pesquisas foi baseada nos critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), conforme descrito em cada Relatório (FONAPRACE, 1997; 2004; 2011). “Ressalte-se que o Critério de Classificação Econômica da ABEP enfatiza sua função de

As pesquisas foram realizadas periodicamente com objetivo de buscar informações e identificar novos parâmetros para fundamentar e retroalimentar políticas, programas e projetos desenvolvidos nas Universidades Federais, sobretudo para corroborar na implantação da política de assistência estudantil, em especial na expansão dos benefícios destinados a garantir as condições de permanência e conclusão de curso dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica (FONAPRACE, 2011).

Vale destacar que as pesquisas fizeram um levantamento das características socioeconômicas e culturais dos estudantes matriculados nos cursos de graduação presenciais das universidades federais. Atentando-se às proporções, pois nem todas as universidades conseguiram alcançar 100% de participação nas três pesquisas referidas, é possível inferir uma média nacional, e até regional, diante do que os relatórios mostram.

Quanto à divisão de classes econômicas dentro das universidades, os *Perfis* identificaram a seguinte relação:

**Tabela 2 – Classes Econômicas dos estudantes das Universidades Federais – Brasil – nos anos de 1996/7, 2003/4 e 2010**

Classe econômica	Pesquisa 1996/7 (%)	Pesquisa 2003/4 (%)	Pesquisa 2010 (%)
<b>A</b>	12,6	15,6	15,3
<b>B</b>	43,1	41,5	41,1
<b>C</b>	30,5	30,9	33,6
<b>D</b>	10,5	11,1	9,6
<b>E</b>	3,3	0,8	0,5
<b>A+B</b>	55,7	57,1	56,4
<b>C+D+E</b>	44,3	42,8	43,7

Fonte: NASCIMENTO, 2011.

Para avaliarmos estes resultados precisamos fazer a correlação com as mudanças econômicas vividas pela sociedade brasileira, principalmente na última década em que houve um crescimento expressivo da Classe C. Essa alteração na sociedade como um todo provoca, automaticamente, o crescimento dessa classe econômica dentro das universidades.

**Tabela 3 – Comparação entre a distribuição da sociedade brasileira por classes econômicas e dos estudantes nas Universidades Federais – Brasil – 2009/10\***

ABEP	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	A+B	C+D+E
Sociedade Brasileira	0,50	4,00	9,10	19,30	25,60	23,20	17,10	1,10	32,90	67,00
Universidades federais	2,35	12,90	17,58	23,49	19,59	14,01	9,60	0,47	56,32	43,67

Fonte: FONAPRACE, 2011, p. 20.

\* Os dados referentes à sociedade são do ano de 2009. Os dados das universidades federais são relativos ao ano de 2010.

Diante da Tabela 3, fica explícita, proporcionalmente, a crescente exclusão das classes econômicas de menor poder aquisitivo dentro das universidades. Os estudantes de

---

estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de ‘classes sociais’ (FONAPRACE, 2011, p. 19).

graduação das universidades federais são em sua maioria (56,32%) advindos das duas mais altas classes econômicas, enquanto a outra parte (43,67%) origina-se das classes C, D e E decrescendo gradativamente.

O FONAPRACE (1997) considerou que as classes C, D e E compõe a “demanda potencial da assistência ao estudante”, pois

Os estudantes das classes C, D e E não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, ainda menos, para as despesas típicas do universitário. Para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pela insuficiência de acesso a cultura como, por exemplo, o nível baixo de escolaridade do chefe da família e até mesmo o acesso ao estudo de uma língua estrangeira (FONAPRACE, 2007, p.10).

Para tentar desmistificar a noção do senso comum de que a universidade pública federal é constituída somente pelas classes mais abastadas economicamente, os relatórios das pesquisas enfatizam que mais de 60% dos estudantes (somando a classe B2 às classes C, D e E) apresentam demanda por assistência estudantil – dependendo dos indicadores ponderados em estudos socioeconômicos – e, com isso, enaltecem que pouco mais de 10% são estudantes considerados ricos, por serem da classe econômica A.

Mesmo que a classe econômica B, e até mesmo a classe A, possa apresentar uma possível demanda para assistência estudantil – por exemplo, no uso do Restaurante Universitário e de transporte público ou ainda para ajudas de custo de viagens de campo ou para participação em eventos –, elas estão em patamar econômico diferenciado das demais classes econômicas. A renda média familiar é de 6 a 28 salários mínimos, crescentemente da classe B2 a A1 (cf. FONAPRACE, 2011, p. 19), e juntas estão em maior quantidade nas matrículas das IFES.

Quanto à comparação com a sociedade brasileira (Tabela 3) percebemos uma distorção entre a divisão das classes econômicas na sociedade e como elas estão inseridas nas universidades. Os dados reforçam a desigualdade de acesso à educação superior pública. Argumenta Finatti (2007, p. 87): “A pobreza que compõe a sociedade brasileira, que ultrapassa, inclusive, o âmbito econômico, é composta de indivíduos com plena condição e direito ao ensino superior, e se não o atingem, decerto esbarram nas experiências de políticas sociais frágeis ou inexistentes”. Como resposta a esse fato temos recentemente o processo de adoção de políticas afirmativas e de cotas raciais e sociais para acesso às universidades.

A propósito ocorreram variações quanto à declaração da raça/cor/etnia dos estudantes conforme as pesquisas (Tabela 4). Cabe informar que na primeira pesquisa não foi perguntado sobre essa identificação.

**Tabela 4 – Número de estudantes por raça/cor/etnia nas IFES – Brasil – 2003/4 e 2010**

Raça/Cor/Etnia	Pesquisa 2003/4	Pesquisa 2010	Varição
Branca	278.811	353.871	+ 75.060
Preta	27.693	57.218	+ 29.524
Indígena	9.388	6.102	- 3.285
Amarela	21.122	20.079	- 1.043
Parda	132.834	210.498	+ 77.664

Fonte: FONAPRACE, 2011.

Os estudantes de raça/cor/etnia branca são maioria (59% em 2003/4 e 54% em 2010), em especial na classe A (aproximadamente 74%). O percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou de 5,9% em 2004 para 8,7% em 2010. Por outro lado reduziram os percentuais de estudantes indígenas e de raça/cor/etnia amarela.

Quanto ao gênero, a última pesquisa revela, conforme a Tabela 5:

**Tabela 5 – Distribuição percentual dos estudantes das Universidades Federais por sexo e classe econômica – Brasil – 2010**

Classe Econômica	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
<b>Sexo</b>									
<b>Masculino</b>	58,36	51,32	48,97	48,66	44,83	40,35	39,86	40,55	46,49
<b>Feminino</b>	41,64	48,68	51,03	51,34	55,17	59,65	60,14	59,45	53,51

Fonte: FONAPRACE, 2011.

Considerando a realidade nacional, a presença feminina é cada vez maior na totalidade de estudantes: 51,44%; 53%; 53, 51%, respectivamente nos relatórios de 1997, 2004, 2011. Com base na última pesquisa (FONAPRACE, 2011), apresentada no Tabela 5, vemos que a classe A é exceção da média nacional, prevalecendo pessoas de sexo masculino.

Quanto à faixa etária houve decréscimo dos estudantes menores de 20 anos (21,41%; 23,8%; 16,8%), o inverso aconteceu com as faixas entre 20 a 25 anos (53,77%; 53,8%; 57,73%) e entre 25 a 29 anos (14,6%; 12,5%; 16,39%), quanto aos estudantes com mais de 30 anos a taxa manteve-se com pouca alteração (10,22%; 9,9%; 9,08%). No último relatório explica o Fonaprace (2011, p. 22): “A média de idade manteve-se em 23 anos, como em 2003/4. No entanto, a maior concentração de estudantes encontra-se na faixa de 21 anos de idade”.

O percentual de estudantes solteiros é expressivamente maior que das demais situações conjugais, resultando em 84,65% em 1996/7, 88,6% em 2003/4, e 86,64% em 2011. Dos que se declararam casados ou vivendo com companheiro somam-se 15,35%; 11,4%; 12,14% nos anos referidos. Na última pesquisa realizada incluíram-se como opções separado/divorciado e viúvo, resultando em 1,09% e 0,12%, respectivamente, do total de alunos participantes.

Paralelo a situação conjugal, está o decréscimo percentual do número de estudantes com filhos que passou de 12,17%, em 1996/7, para 11,5%, em 2003/4, e para 9,21% mais recentemente. A maioria dos estudantes que tem filhos pertence às classes B2, C, D e E (FONAPRACE, 2011, p. 25).

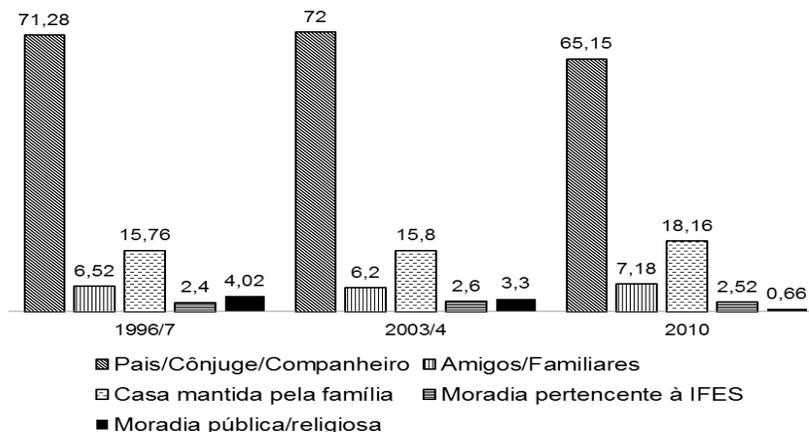
Atualmente tem entrado nas universidades mais estudantes oriundos do ensino médio cursado integralmente em escola pública (44,8%) ou que cursaram maior parte do ensino médio na escola pública (5,6%), agrupando-os totalizam 50,4% (FONAPRACE, 2011). Esta é uma realidade que vem se alterando no decorrer dos anos pesquisados, como mostra abaixo:

**Tabela 6 – Tipo de escola do ensino médio cursado majoritariamente pelo estudante das Universidades Federais – Brasil – 1996/7, 2003/4 e 2010**

Escola (Integralmente ou maior parte)	Pesquisa 1996/7 (%)	Pesquisa 2003/4 (%)	Pesquisa 2010 (%)
<b>Pública</b>	45,04	46,2	50,39
<b>Privada</b>	54,96	52,9	49,61

Fonte: FONAPRACE, 2011.

Com relação à moradia, grande parte dos estudantes mora com os pais ou cônjuge/companheiro(a). Como constatamos na Figura 1:



**Figura 1 – Situação de moradia dos estudantes das universidades federais – Brasil – 1996/7, 2003/4 e 2010 (%)**

Em média, 2,5% dos estudantes moram nas residências universitárias, destes cerca de 80% são das classes econômicas C, D e E. Dado este que explicita a importância da articulação desse programa com outros de, por exemplo, transferência de renda para assistir aos estudantes.

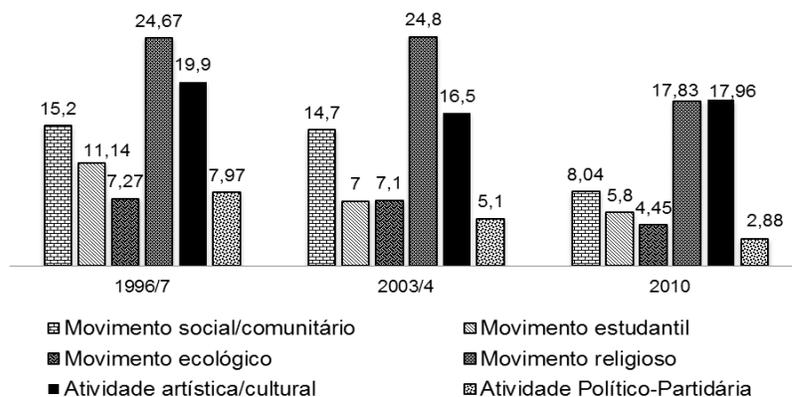
Comparando os resultados das pesquisas referentes aos estudantes que exercem atividades remuneradas não acadêmicas, seja trabalho formal ou informal, havia um percentual de 42% em 1996/7, em 2003/4 revelou-se uma queda de 7% no valor anterior, totalizando em 2010 uma taxa de 37% dos estudantes que trabalhavam. Há, aproximadamente, entre 30 a 40% de estudantes que trabalham dentre as classes

econômicas, com exceção da classe E que apresentou uma taxa de 19% (FONAPRACE, 2011).

Na última pesquisa publicada foi perguntando os motivos pela escolha da universidade federal e as cinco respostas mais pontuadas foram: 1º) *Por oferecer ensino gratuito*; 2º) *Possibilidade de realização pessoal*; 3º) *Recebimento de um diploma em nível superior*; 4º) *Aptidões pessoais*; 5º) *Pela qualidade do curso oferecido*. Depois dessas apareceram motivos relacionados com mercado de trabalho e ainda se destacaram: *Cultura geral para melhor compreensão do mundo* e *Pela possibilidade de continuar em cursos de pós-graduação*.

Podemos inferir que a universidade pública federal tem a preferência dos estudantes por oferecer ensino gratuito – independente de quem pagou para estudar anteriormente na escola privada ou para quem não tem condições de pagar – como também pelo seu grau de excelência, por desenvolver pesquisa e conhecimento, além dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A participação<sup>10</sup> em atividades extraclasse é cada vez menor, conforme vemos na Figura 2:



**Figura 2 – Participação dos estudantes universitários em atividades extraclasse – Brasil – 1996/7, 2003/4, 2010**

Observamos que o envolvimento direto dos estudantes com os movimentos de maneira geral vem diminuindo gradativamente. Destacamos a baixa participação dos estudantes no movimento estudantil que obteve índices de 11,4% em 1996/7; 7% em 2003/4; e, 5,8% em 2010.

Nota-se uma constante queda do percentual de estudantes que participam periodicamente e com frequência de movimentos estudantis, que envolvem diretórios, centros acadêmicos e a União Nacional dos Estudantes. Estes índices podem refletir as mudanças ocorridas no mundo capitalista nas

<sup>10</sup> Consideramos os dados referentes à participação de atividades extraclasse realizada periodicamente.

últimas décadas, que contribuíram para implantar uma sociedade em que não há propostas alternativas ao caminho estabelecido, que defende a presença do mercado como o ente que conseguiria equilibrar as relações humanas. Associe-se a isso o 'culto' ao consumismo e ao individualismo, que isola as pessoas e as obriga, cada vez mais, a assumirem funções que lhes garantam a própria sobrevivência, não pensando numa atuação política que propicie melhorias para a sociedade (FONAPRACE, 2011, p. 36).

A participação nas atividades artísticas/culturais teve um decréscimo do primeiro para o segundo *Perfil dos Estudantes*, mas subiu no terceiro, passando de 20% para 16,5% alcançando 18% no decorrer dos anos das pesquisas (FONAPRACE, 1997; 2004; 2011).

As três pesquisas abordaram ainda a participação dos estudantes nos programas de assistência estudantil nas universidades e o número vem aumentando a cada pesquisa. No primeiro *Perfil* a média de estudantes que integravam os programas era de 12,73% (FONAPRACE, 1997); no segundo, 13,2%; e no terceiro *Perfil* a média é de 15,03%. Os programas de maior atendimento aos estudantes, em ordem decrescente, são: alimentação, moradia, bolsa de manutenção/permanência, transporte, assistência à saúde (médica, odontológica e psicoterapia), e outros. A participação cresce linearmente da classe econômica A para a classe E.

Em suma, as pesquisas revelaram dados sobre a média dos universitários no que se refere às características pessoais, à condição socioeconômica, ao histórico acadêmico, ao acesso à cultura, lazer, entretenimento e participação social e, dentre outros, a participação dos programas de assistência estudantil. Uma vez que o objetivo principal foi contribuir com a formulação e planejamento de ações voltadas à assistência ao estudante. Conforme consta no Relatório Final do FONAPRACE (2011, p. 42):

Ainda que a pesquisa de 2010 tenha utilizado os parâmetros básicos de 2003/4, notadamente em relação à manutenção de muitas das variáveis, o contexto da execução da política de assistência estudantil no âmbito da maioria das Universidades Federais não guarda muitas semelhanças com a conjuntura de 2003/4, mesmo com a persistência de debilidades e desafios comuns a todas elas. Dentre os fatores que caracterizam o novo contexto, é possível identificar a oficialização do PNAES como programa de governo em dezembro de 2007 e sua consolidação como programa de Estado em julho de 2010, estabelecendo um marco regulatório responsável pelo surgimento de uma nova geração de políticas de assistência estudantil. Talvez seja emblemático este registro, posto que a pesquisa de 2003/4 exerceu forte influência sobre a implantação do PNAES.

Os resultados das pesquisas apontam para a necessidade de existência e ampliação das ações de assistência para o atendimento dos estudantes que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica. A ampliação vem ocorrendo com as estratégias e recursos financeiros advindos do PNAES.

## 2 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMT

O estado de Mato Grosso foi um dos últimos da federação a ter uma universidade federal. Ainda composto pelo território que hoje se divide em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a disputa entre a capital política (ao norte), Cuiabá, e a “capital econômica” (ao sul), Campo Grande, provocou manifestações da sociedade mato-grossense para a instalação da universidade numa ou noutra cidade.

O processo de expansão econômica exigia formação de mão-de-obra qualificada, logo um sistema educacional que atendesse à população para o preparo profissional. Conforme Relatório da gestão do reitor Gabriel Novis Neves (UFMT, 1977, p. 4):

[...] uma população submetida a um processo tão incisivo de mudanças, vivendo um impasse, encurralada entre a crise dos modos de viver tradicionais e a convivência com os novos padrões em difusão nos leitos viários, fios e antenas. Pouco preparada para enfrentar e assumir a responsabilidade de novos papéis decorrentes das tendências do desenvolvimento regional, a população percebe a complexidade do processo, sem contudo conseguir facilmente superar sua perplexidade.

Assim sendo, o governo do estado teve que responder à conjuntura com a implantação da universidade na região. Foram construídos dois campi: um em Cuiabá, Federal, e outro em Campo Grande, Estadual. Nas palavras de Medeiros (1984, p. 21):

A estrutura do ensino superior implantada no norte do Estado (Cuiabá) caracterizou-se pela ênfase nas Ciências Sociais, Humanas e Exatas, devido ao próprio contexto sócio-econômico desta região, caracterizado como mais precário do que o do Sul do Estado. Os cursos que exigiam gastos maiores, como os da área de Saúde, não tiveram condições de serem estruturados no início do ensino superior no Norte. Não acontecendo o mesmo em Campo Grande, onde, desde cedo, foram criados os cursos de Medicina, Veterinária, Odontologia e Farmácia.

A Lei nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970, criou a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Cuiabá. Resultante da fusão de duas instituições já existentes: o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá (ICLC), criado em 1966, com todas suas unidades criadas por leis estaduais; e a Faculdade de Direito, criada em 1952, apesar de ter ficado fechada em alguns períodos. “Em janeiro de 1972, efetivaram-se os primeiros contratos de trabalho e as primeiras designações para postos de comandos. [...] Tratava-se de transformar Instituições autônomas, distintas, soberanas e tradicionais em sub-unidades acadêmico-administrativas da nascente Universidade” (UFMT, 1977a, p. 6-7).

“Na história da fundação de nossa Universidade Federal há páginas inequívocas de tenacidade, de determinação da gente mato-grossense e principalmente da comunidade cuiabana que tanto lutou pela ideia de sua criação. Seu começo foi difícil como qualquer

começo” (UFMT, 1977a, p. 43) resume o Relatório de Atividades da primeira gestão da UFMT.

A Universidade Federal de Mato Grosso mantém, desde sua criação, estrutura técnico-administrativa para prestação de serviços relacionados à assistência estudantil que, ao longo dos anos tem servido de apoio à política de gestão estabelecida por cada Administração Superior.

As ações e os programas de atenção específica ao estudante da UFMT passaram por mudanças de nomenclatura e de concepções durante os quarenta anos da instituição. O Órgão Suplementar de Assistência ao Estudante, criado em 1970, foi substituído em 1976 pelo Departamento de Assistência aos Estudantes, e no final da década passou a ser Gerência de Assistência Estudantil subordinada à Coordenação de Assuntos Comunitários. Esta se rompeu logo no início dos anos 1980, surgindo a Coordenação de Assistência aos Estudantes, nomenclatura esta que perdurou até o ano 2000. Quando, então, foi renomeada para Coordenação de Articulação com Estudantes, assim denominada até o presente momento. As nomenclaturas servem para demarcar um reitorado diferente e, subentendendo, concepções diferentes da gestão anterior.

Para descrição dos programas, optamos por dividi-los em quatro eixos: a) Manutenção Acadêmica; b) Alimentação; c) Moradia; d) Participação. Ressaltando que as características de cada eixo complementam e/ou subsidiam os demais eixos. É importante ressaltar a existência de outros programas que, mesmo não tendo caráter assistencial e o critério socioeconômico, suprem demandas dos universitários e colaboram para sua formação: Iniciação Científica; Extensão; Monitoria; Estágio, para exemplificar.

Existem ainda serviços que, independente de estarem localizados dentro ou fora do campus, são considerados como de apoio ao estudante. Destacamos, dentre outros: a) transporte; b) biblioteca; c) laboratórios; d) espaços de cultura – museu, teatro, escola de artes, etc.; e) atenção à saúde; f) apoio ao esporte; g) cursos de idiomas; h) inclusão de indígenas; i) acessibilidade aos deficientes físicos; j) terminais eletrônicos de agências bancárias. Enfim, há uma série de equipamentos, cursos, ações e programas que atendem às mais diversas necessidades dos estudantes, bem como oportunizam condições mínimas para manutenção e vivência acadêmicas no espaço institucional.

## 2.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Nos anos iniciais de organização, estruturação e consolidação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, foi criado o Órgão Suplementar de

Assistência aos Estudantes<sup>11</sup>, vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos – VRAC, por sua vez, subordinada à Administração Superior.

O Órgão Suplementar de Assistência aos Estudantes, chefiado inicialmente por Adonias Gomes de Almeida, substituído por Paulo Campos Borges, tinha como finalidade “promover o auxílio, de forma organizada, ao corpo discente da Universidade [...] oferecendo condições para que os menos favorecidos financeiramente tenham condições de estudar” (UFMT, 1973a, p. 121). Ou ainda, “promover a ajuda aos discentes da Universidade, buscando solucionar seus problemas, dando-lhes condições de estudarem quando, financeiramente, são desfavorecidos” (UFMT, 1973b, p.33).

Nesses termos percebemos o caráter filantrópico da assistência ao estudante. Uma ajuda financeira para “solucionar seus problemas”, ou seja, para enquadrá-los numa situação de menor vulnerabilidade socioeconômica. Aliás, como se apenas o benefício possibilitasse-lhe outra situação de vida.

O Relatório das Atividades Universitárias da Vice-Reitoria Acadêmica de 1973 (UFMT, 1973c, p. 193) avaliou que o Órgão Suplementar de Assistência aos Estudantes desenvolveu “um programa de atividades objetivo, coordenado e proveitoso, visando a acudir o universitário que dele necessitara”. E acrescentou:

Assim procedeu obediente aos mais sãos princípios cristãos e patrióticos. E somente assim se chegará à formação integral do homem, dando-se-lhe oportunidade de enriquecer não apenas a inteligência com um opulento acervo de conhecimentos técnicos mas, sobretudo, oferecendo-se-lhe, com este exemplo, ensejo de aprimorar os seus sentimentos, fortalecer sua vontade para um autodomínio corajoso e permanente, mediante submissão consciente às imposições do dever, expressão da vontade de Deus, condição de engrandecimentos da personalidade, penhor de êxito na vida.

Nesse trecho carregado de religiosidade e patriotismo é possível perceber o entendimento da assistência estudantil como algo que trata do imediato, através da ajuda, da solidariedade das instituições públicas federais (Universidade e MEC) para com os alunos que precisassem desse apoio financeiro para posteriormente servir à pátria honrosamente.

O Órgão fez, em 1973, o cadastramento de todos os alunos regularmente matriculados na UFMT. “Este procedimento, além de possibilitar-nos respostas corretas e imediatas de determinadas indagações sobre qualquer universitário, enseja-nos, também, facilidades nos contatos que se fizerem necessários com os mesmos” (UFMT, 1973c, p. 197). Esse fragmento denota uma preocupação com o alunado, mas também nos remete à hostilidade do regime militar para com a categoria estudantil. Assim, era importante que a

---

<sup>11</sup> Instituído pela Resolução CD n° 38, de 30 de junho de 1972.

Universidade tivesse um controle dos seus alunos para no caso de ameaça à ordem, os responsáveis serem rapidamente encontrados.

Não poderíamos deixar de registrar a conclusão da seção de Assistência ao Estudante do Relatório mencionado: “Desejamos construir uma Instituição séria, solidamente organizada, aberta para assimilação, a promoção e a expansão do progresso, solícita às necessidades do Estado e do País, interessada no avanço tecnológico e cultural das novas gerações” (UFMT, 1973c, p. 199).

Outra característica a se ressaltar é o regionalismo que estava latente nos anos iniciais da UFMT, responsável por colaborar no desenvolvimento do estado e do interior do Brasil, além do desbravamento da Amazônia, “com o objetivo de qualificar a mão-de-obra local para nela atuar e de solidificar uma estrutura cultural, iniciando pelo reconhecimento e valorização da cultura indígena” (FREITAS, 2004, p. 122).

O Relatório da Vice-Reitoria Acadêmica de 1974 expôs que a Comissão de Bolsas divulgou o Programa de Assistência Estudantil, ou como denominou *Programa de Estágios Práticos*, junto aos alunos da UFMT e às empresas, com o objetivo de informar, promover e mostrar sua importância. Destacou que:

Sua importância vem generalizando-se de dia para dia na consciência de cada estudante e na própria comunidade, uma vez que o funcionamento do Programa visa à integração Escola-Empresa, buscando a formação de técnicos com experiência profissional a fim de amalgamar a infra-estrutura necessária ao progresso da região (UFMT, 1975, p. 121).

O mesmo Relatório apresentou brevemente o critério de seleção dos candidatos às bolsas: análise do rendimento mensal do aluno e das despesas com sua manutenção. Quando dependente, fazia-se análise dos rendimentos dos pais.

Os critérios da seleção socioeconômica foram: 1) avaliação do rendimento financeiro do estudante, através de dados preenchidos na ficha de inscrição; quando dependente, declaração de rendimento dos pais ou responsáveis; 2) entrevista direta e informal, com a técnica da observação “procurando adquirir um diagnóstico mais exato da vida do aluno” (UFMT, 1976a, p. 64.); 3) disponibilidade de horário do bolsista; 4) verificação da capacidade e interesse pela área profissional específica.

Pela primeira vez falou-se que alunos beneficiados por outro tipo de bolsa, não poderiam integrar a Bolsa de Trabalho. O entendimento até hoje recorrente nas legislações da UFMT e nacionais é que cada estudante pode pertencer a apenas um programa de bolsa, ou seja, não pode acumular qualquer outra bolsa paga por programas oficiais (cf. Decreto nº 7.416/2010).

Em 1976, foi criado o Departamento de Assistência aos Estudantes (DAE)<sup>12</sup>, composto pela Diretoria, pelo Setor de Bolsas e o Setor de Serviço Social. “O DAE, durante o ano de 1976, procurou dar exatidão às suas atividades dentro de uma metodologia objetiva e realista, em consonância com os recursos disponíveis” (UFMT, 1977b, p. 26).

Neste ano, o DAE foi responsável pelos programas de bolsas, bem como por supervisionar o funcionamento do Restaurante Universitário (RU), que começou a operar sob o sistema de arrendamento. Coube ao Setor de Serviço Social/DAE inscrever e selecionar os “comensais”, na sua maioria discentes desprovidos de recursos financeiros que obtinham desconto de 50% no preço das refeições (almoço e janta).

À época, o discurso<sup>13</sup> do reitor Gabriel Novis Neves mostrava preocupação com assistência aos estudantes, defendendo que esta deveria ser de responsabilidade da sociedade como um todo, não somente da Universidade:

O aluno é a razão de ser desta organização do Governo Federal. [...] O problema começa quando o estudante-candidato comparece para prestar o Concurso Vestibular: muitos chegam e não têm nem onde pernoitar; então, o problema social avoluma-se gravemente dentro de um contexto, onde a Universidade é apenas uma parte ativa. [...] Juntos, muito podemos fazer, e a Universidade, como fundação espera contar com entidades estatais, paraestatais, empresas e comunidade. É preciso dilatar o entendimento de Universidade, como órgão comunitário, para o qual todos, sem exceção, devem contribuir. Ela não pode viver, apenas, do saco do recurso do orçamento. Convênios, acordos, doações são necessárias. Fazemos (UFMT/ASCOM, 1978, p. 4).

O reitor conclamou a sociedade, mercado e governos para consolidação da UFMT e, obteve como resultados, o oferecimento de estágios para os estudantes nas empresas privadas e alguns órgãos do setor público, doação de equipamentos, doação do terreno onde mais tarde seria construída a Casa do Estudante Universitário (CEU), participação da comunidade nos eventos culturais e esportivos realizados.

Em 1979, considerando a necessidade de exercer de forma integrada as atividades de ensino, pesquisa e extensão criou-se a Coordenação de Assuntos Comunitários (CODEAC)<sup>14</sup>. A estrutura organizacional da CODEAC compunha-se de Coordenação, Secretaria e três Gerências: 1) Gerência de Assistência Estudantil; 2) Gerência de Programas de Extensão; e, 3) Gerência de Atividades Comunitárias. À CODEAC competia assistir, orientar e acompanhar as atividades de assistência ao estudante, de extensão e de

---

<sup>12</sup> O Departamento de Assistência aos Estudantes foi criado como órgão suplementar, subordinado à Administração Superior, através da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, aprovado pela Resolução CD nº 07, de 11 de fevereiro de 1976.

<sup>13</sup> Discurso descrito no Semanário de Notícias da UFMT, nº 08, de 29 de junho de 1978.

<sup>14</sup> A CODEAC era subordinada à Administração Superior, através da Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Foi aprovada pela Resolução CD nº 28, de 11 de junho de 1979.

atividades comunitárias, prestando conta das atividades semestralmente à Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, conforme a Resolução CD nº28/79.

Dois anos depois a CODEAC foi desmembrada em Coordenação de Assistência ao Estudante (CODAE) e Coordenação de Extensão (CODEX)<sup>15</sup>. A CODAE foi composta pela Coordenação, Gerência de Bolsas e de Monitoria, Gerência de Assuntos Comunitários e Estudantis (GACE) e pelo Serviço Social. Das atribuições da CODAE descritas na Resolução CD nº 47/81, pode-se destacar: a) assistir ao estudante em situação de carência socioeconômica; b) administrar a seleção e concessão de bolsas, crédito educativo e monitoria; c) dialogar com as instâncias de representação estudantil; d) acompanhar as atividades do Restaurante Universitário; e) contribuir com a integração do aluno novo (calouro) na vida universitária.

A GACE responsabilizava-se pela política estudantil, apoio e diálogo permanente com as entidades representativas dos universitários, da assistência religiosa e esportiva e do acompanhamento do Restaurante Universitário.

A Gerência de Bolsas e Monitoria era responsável pelos estágios extra-curriculares nas instituições conveniadas e pela lotação dos bolsistas no campus.

O Serviço Social fazia análise das condições socioeconômicas dos estudantes candidatos aos programas de bolsas, buscava integrar os alunos na comunidade universitária, apoiando seu desenvolvimento educacional.

Os trabalhos de assistência ao estudante, desenvolvidos pela CODAE, têm sido de fundamental importância na administração de alguns aspectos da vida universitária. Trata-se de um segmento da Sub-Reitoria Acadêmica que vem buscando com êxito crescente uma adequação maior de políticas, diretrizes e estratégias a serem trabalhadas junto aos nossos universitários. O relato das atividades da CODAE atesta um diuturno envolvimento com a cauda estudantil, procurando assistir ao universitário nas suas mais diversas expectativas estudantis (DORILEO, 1984, p. 125-6).

No intuito de minimizar as “necessidades existenciais” dos estudantes, a GACE gerenciou a Bolsa Alimentação; criou a Comissão Geral de Negociação com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) para dialogar com os estudantes, inclusive sobre o preço das refeições no RU; acompanhou assembleias da Comissão dos Usuários do RU; forneceu atestados aos discentes para compra de passes com desconto para uso do transporte coletivo. Por sua vez, a Gerência de Bolsas e Monitoria administrou os programas de bolsas, desde a seleção dos bolsistas ao acompanhamento das atividades desenvolvidas nas diversas instituições, inclusive na própria Universidade.

---

<sup>15</sup> A CODEAC foi transformada em CODAE e CODEX, aprovada pela Resolução CD nº 47, de 11 de maio de 1981.

O Serviço Social, além de participar da seleção socioeconômica dos bolsistas, realizando visitas domiciliares em alguns casos, fazia atendimento aos alunos que procuravam o setor.

O Relatório de 1982-1983 (DORILEO, 1984, p. 162) apontou que em 1983 o MEC/SESu retirou todo apoio financeiro destinado aos programas de Bolsa de Trabalho, por isso a CODAE precisou reorganizar as atividades planejando-as com recursos próprios da UFMT. Conseqüentemente, os alunos “semicarentes” foram excluídos da Bolsa de Trabalho, todavia receberam uma ajuda financeira no valor de Cr\$ 15.000,00 e Cr\$ 20.000,00 no 1º e no 2º semestre daquele ano, respectivamente.

Cabe dizer que a partir de 1982 foram beneficiados estudantes dos recém criados Centros Pedagógicos de Rondonópolis e Barra do Garças<sup>16</sup>, dois campi originados da necessidade de expansão da Universidade Federal pelo interior de Mato Grosso.

O final da década de 1980 sinalizou mudanças para sociedade brasileira, com o movimento de reabertura política e democrática que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse período de “processos democráticos” também teve repercussão na UFMT, a CODAE buscou a participação dos estudantes nas atividades relacionadas à assistência, por meio do ciclo de reuniões nos variados cursos no intuito de identificar a realidade vivenciada em cada um, para adequação dos programas assistenciais.

O jornal *Caminhando* (UFMT/ASCOM, 1989, p. 25) publicou uma matéria intitulada “*Codae discute suas ações previamente com estudantes*”, em que ressalta:

A partir dos novos princípios adotados pela Codae eliminou-se o caráter assistencialista do programa de bolsas e passou-se a considerá-las como complementação acadêmica. [...] Sobre os estágios complementares a coordenadora da Codae diz que está procurando dar um novo caráter a este tipo de atividade, para que não sejam apenas uma ajuda financeira, mas de suporte acadêmico.

A “nova metodologia”, como foi denominada pela CODAE, dos critérios de seleção socioeconômica substituíram as definições do MEC/DAE instituídas pela Portaria nº 893/MEC de 1976. A “nova metodologia” teve por base um estudo técnico, teórico, metodológico e comparativo para estabelecimento de critérios básicos de triagem socioeconômica aplicável aos programas de bolsas. Para a coordenadora, Thânia Monteiro de Arruda, estabelecer tais critérios “não é tarefa fácil, uma vez que por melhores que sejam, serão sempre subjetivos”.

---

<sup>16</sup> O Centro Pedagógico de Rondonópolis foi autorizado pela Resolução CD nº 10, de 27 de janeiro de 1981; e o Centro Pedagógico de Barra do Garças pela Resolução CD nº 13, também do dia 27 de janeiro de 1981.

A matéria do *Caminhando* abordou as dificuldades apontadas pela coordenadora quais sejam a estrutura orçamentária e a resistência da comunidade universitária: “a Codae ainda é vista pela comunidade docente e pela própria administração como um órgão de escudo”.

Fruto também do período, ocorreu na Universidade a Estatuante: processo de discussão e construção de um novo Estatuto para a UFMT baseado nos princípios democráticos. Nesse contexto, o reitor Augusto Frederico Müller Júnior, reuniu-se com representantes estudantis, em fevereiro de 1990, em encontro organizado pela CODAE para discutir a política estudantil para aquele ano.

O reitor abriu o encontro dizendo da importância daquele ano para a UFMT “porque a comunidade interna e representações da sociedade externa entrarão em uma ampla discussão acerca da universidade, de seu papel social, e [...] tentarão projetá-la para uma nova etapa” (UFMT/ASCOM, 1990, p. 01), por isso enfatizou a participação dos estudantes no Congresso Universitário. Após as considerações do reitor, o presidente do DCE informou que a entidade aprofundaria o debate sobre a Estatuante com o alunado e avaliou positivamente a oportunidade de discutir com a Administração Superior a política estudantil.

Não se pode negar que tenha havido diálogo entre reitoria e movimento estudantil. Isto fica explícito nos documentos analisados. Até a década de 1980 os relatórios abordavam a necessidade de ajuda aos alunos carentes, depois da “abertura democrática” começaram a aparecer termos como: cidadania, qualidade de ensino, formação acadêmica, numa tentativa de fugir do assistencialismo característico dos programas de bolsas e de transferência de renda. Podemos exemplificar com um trecho da matéria “Metodologia de trabalho da Codae é adotada por outras universidades”:

Afastando a velha *praxis* do paternalismo e do ‘favorzinho’ e defendendo a tese segundo a qual ‘não existe estudante carente, mas estudante com algum tipo de dificuldade momentânea’, a técnica Thania Monteiro de Arruda, [...] conseguiu introduzir uma nova metodologia de trabalho que se verificou realmente benéfica para os estudantes... (UFMT/ASCOM, 1992, p. 31)

O texto explica que o termo *carente* remete a aspectos psicológicos da pessoa, e, por isso, não deve ser utilizado para especificar algum tipo de dificuldade vivida pelo estudante no que se refere à moradia, alimentação, atendimento médico, etc. Cabe adiantar que a tentativa de acabar com práticas assistencialistas é recorrente até os dias atuais. Cada gestão de assistência estudantil considera que foi ela própria que acabou com a cultura do *favorzinho*, no desejo de que tenha feito a diferença.

Em meio à expansão da educação superior nos anos de 1990, a UFMT refez sua estrutura e implantou, dentre outras instâncias, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE)<sup>17</sup>, a qual foram vinculadas a CODAE e a CODEX.

Nesse novo arranjo, a estrutura administrativa da CODAE passou a ser: Coordenação, Setor de Apoio Pedagógico – SAP, Setor de Serviço Social – SES e Secretaria. Estando a CODAE com as mesmas atribuições de implementação da assistência estudantil nos campi.

O SAP desenvolveu junto com o SES a distribuição, lotação, supervisão, acompanhamento e avaliação dos bolsistas e suas atividades. A propósito, o programa central de assistência, na década de 1990, foi a Bolsa Atividade que sucedeu e extinguiu a Bolsa de Trabalho.

É importante citar que, em 1994, a UFMT (campus Cuiabá) sediou, concomitantemente, o I Encontro Nacional de Moradia Estudantil e II Encontro Nacional de Administradores de Restaurantes Universitários, cujo tema foi “Em busca de alternativas”, referência aos cortes de recursos financeiros da União com a educação superior, e em específico para área da assistência estudantil.

Desses encontros saíram documentos-propostas de encaminhamentos ao MEC contra a privatização das IFES e com relação ao descaso com os restaurantes e as moradias estudantis. A respeito dos RU escreveram:

Não se pode aceitar que o MEC, escudado no argumento de elitização das Instituições Públicas, continue penalizando os RU's e omitindo-se no processo de insolvência a que estão sendo submetidos. Não se espera que assumo sozinho o ônus, mas que participem colabore e compartilhe do esforço que as Instituições têm desenvolvido, no sentido de manter os Restaurantes em funcionamento, face à magnitude, seriedade e apelo social do Programa. (UFMT, 1995, p. 56)

Complementarmente, o documento sobre Moradia enfatizou:

Mesmo circunscrita à realidade de 3º mundo em descompasso com a sintonia da globalização de uma realidade, constituída e constituinte de uma realidade onde a maioria é carente, expropriada do saber sistematizado, a Universidade precisa enfrentar o fantasma das políticas assistencialistas, constituindo mecanismos que desenvolvam a autonomia dos sujeitos, o espírito de convivência coletiva, mesmo diante do peso individualista do neo-liberalismo, estimulando a participação, a crítica, enfrentando com lucidez a existência das desigualdades sociais (UFMT, 1995, p. 59).

Durante o evento realizou-se o levantamento da situação dos RUs das 26 (vinte e seis) universidades participantes, das quais 24 (vinte e quatro) eram federais e duas estaduais. A fonte de recursos para funcionamento dos restaurantes de 13 (treze)

---

<sup>17</sup> A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, subordinada diretamente à Reitoria, foi instituída pela Resolução CD nº 35, de 08 de março de 1991.

instituições era própria, de 09 (nove) era fonte mista da instituição e da União, 03 (três) funcionavam com recursos da União e uma das instituições tinha outra fonte de recursos.

Quanto à moradia estudantil, das 22 (vinte e duas) universidades que responderam o questionário, 17 (dezessete) tinham e duas estavam em processo de instalação das moradias; sendo que algumas tinham mais de um imóvel para abrigar os estudantes – como no caso da UFMT que tinha três (UFMT, 1995, p. 65). Em sua maioria os imóveis estavam situados dentro do campus (14) e eram próprios das IES (17). Cabe apontar que até o ano de 2010, só existia moradia e RU nos campi de Cuiabá e Rondonópolis.

Com a posse da nova reitoria, em 2000, ocorreram mais uma vez mudanças na estrutura da Universidade. A PROACE deu lugar a Pró-Reitoria de Vivência Acadêmica e Social – PROVIVAS, numa nova perspectiva de comunidade acadêmica, com o entendimento da formação integral dos estudantes dentro e fora do espaço universitário (BARROS, 2008).

Criou-se a Coordenação de Articulação com Estudantes – CARE para gerir a assistência estudantil, viabilizada por oferta de bolsas, seleção e atendimento aos bolsistas, acompanhamento dos moradores das CEU. Segundo o Balanço Social da Gestão 2000-2003, divulgado na página virtual da PROVIVAS:

A mudança do nome da unidade responsável pela política estudantil [de CODAE] para Coordenação de Articulação com os Estudantes de Graduação e Pós-Graduação – CARE – significou a adoção de um novo conceito e de uma nova prática na relação estabelecida com os estudantes na medida em que hoje está descaracterizado o foco assistencialista que marcou historicamente a atuação da coordenação.

A CARE atuou de forma articulada com a Coordenação de Extensão e com Coordenação do Espaço de Alimentação a Convivência (CEAC) no âmbito da Pró-Reitora, buscando, sobretudo, transformar o RU num espaço de vivência acadêmica, através da integração dos universitários e da possibilidade do desenvolvimento de atividades de estágio, pesquisa e extensão.

A CARE preocupou-se também em definir critérios técnicos para seleção socioeconômica dos bolsistas, o que resultou na criação de três instrumentais: o Formulário de Solicitação de Bolsas e Auxílios, Tabela de Pontuação da Seleção Socioeconômica e a Tabela de Pontuação – o primeiro é preenchido pelo estudante candidato à bolsa e os dois últimos são de uso da equipe profissional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2005-2010 apresentou a Política de Atendimento aos Discentes como parte da Gestão Institucional, afirmando:

Para que se cumpra o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante nas instituições de ensino superior, é necessário que se tome como prioridade a Assistência

Estudantil, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, operando, pois, como horizonte de universalidade da cidadania. [...] Uma política de Assistência que vise promover o acesso e a permanência de todos(as) os(as) estudantes nas Universidades, independente de sua condição física ou socioeconômica deve assegurar: igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica; formação integral, garantindo a participação em atividades científicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer; inclusão digital; acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras; acesso à saúde, moradia, alimentação, transporte e creche (UFMT, 2005, p. 61-2).

Esse é o entendimento de Assistência Estudantil presente nos documentos institucionais publicizados nos anos 2000, guiado pela concepção do FONAPRACE. Assistência estudantil como direito inscrito constitucionalmente e que deve ser garantido pelo Estado para acesso e permanência dos estudantes na educação superior até sua conclusão.

Com a implementação do PNAES e, portanto, com o repasse de recursos próprios para as ações de assistência estudantil nas IFES, em 2008, a UFMT aprovou sua Política de Assistência Estudantil<sup>18</sup>. Podemos destacar como princípios da Política: 1) a afirmação da educação superior como uma política de Estado; 2) gratuidade do ensino; 3) igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso; 4) orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania. E como objetivos: 1) promover o acesso e a permanência dos estudantes, independente de sua condição física ou socioeconômica; 2) assegurar igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica; 3) estabelecer e criar programas e projetos referentes às atividades acadêmicas, de moradia, alimentação, culturais, artísticas, de saúde e lazer.

A partir da institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil, passaram a compor a Política de Assistência Estudantil da UFMT os seguintes programas: Bolsa Permanência, Bolsa Moradia, Bolsa Evento e Auxílio Alimentação, havendo possibilidade de criação de outros programas que se fizessem necessários, o que de fato aconteceu. Coube a PROVIVAS, especificamente à CARE, gerir a Política por meio dos programas de bolsas e auxílios, sendo que, na maior parte dos benefícios, o candidato/estudante submete-se à triagem socioeconômica, por serem serviços e programas restritos e direcionados.

Em abril de 2008, uma assistente social foi nomeada para integrar a equipe da Coordenação, tendo como atribuições a seleção socioeconômica, desenvolver ações e criar estratégias e mecanismos de articulação com os estudantes, em especial com os beneficiários da bolsa Permanência e os auxílios Moradia e Alimentação.

---

<sup>18</sup> A Política de Assistência Estudantil ficou aprovada através da Resolução CONSUNI nº 09, de 21 de agosto de 2008.

Vale lembrar que outros programas de bolsas – tais como Extensão, Pesquisa, Monitoria – são desenvolvidos na instituição, porém não se enquadram nos recursos do PNAES, logo não são implementados pela CARE e não se enquadram como assistência.

Pode-se dizer que as bolsas se diferenciam pela finalidade para a qual são criadas: de cunho assistencial, que atende na perspectiva de minimizar as dificuldades do estudante dando-lhe condições de sobreviver e se manter durante o período de estudo; de cunho acadêmico, em geral, aquelas bolsas associadas ao mérito e desempenho acadêmico do estudante e que oportunizam a participação em projetos de pesquisa, extensão e monitoria. Em alguns casos podem ocorrer ambas as proposições. Historicamente, as bolsas concedidas por meio do setor de assistência ao estudante têm maior proximidade com o caráter assistencial, embora tenham em vista o bom rendimento acadêmico.

Na posse da nova gestão da reitoria no final de 2008, mais uma vez houve reestruturação das instâncias e a cultura veio a ser agregada à Pró-Reitoria que passou ser denominada de Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência – PROCEV. No entendimento de que a cultura é o ponto central de ligação da Universidade com a sociedade, através dos eventos culturais.

De acordo com a descrição do Relatório Anual 2009-2010 (UFMT, 2011, p. 50), a PROCEV “vem construindo políticas de articulação com a comunidade acadêmica com base nas ações esportivas, extensionistas, culturais, de lazer e, sobretudo, de apoio à permanência qualitativa dos estudantes”. E acrescenta: “Fruto de experiências da Provias, [...] a Procev vem ampliando o conceito de assistência estudantil, discutindo o acesso a programas assistenciais e propondo uma formação complementar, além da sala de aula, que seja significativa na história do aluno da UFMT”.

A ampliação do conceito de assistência estudantil significa maior abrangência dos usuários e superação do assistencialismo, isto é, a assistência como direito de todo estudante, independente de sua condição física ou socioeconômica, portanto, da necessidade de desenvolver ações não apenas voltadas ao amparo dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, mas promover ações que fomentem a cultura, a pesquisa, o conhecimento, a participação acadêmica.

Sintetizamos no Tabela abaixo as denominações que a seção de assistência estudantil recebeu ao longo de sua trajetória.

**Tabela 7 – Trajetória da estrutura administrativa de assistência estudantil na UFMT**

<b>ANO</b>	<b>ESTRUTURA</b>
1972	Criação do <b>Órgão Suplementar de Assistência aos Estudantes</b> , subordinado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (VRAc).
1976	Criação do <b>Departamento de Assistência aos Estudantes (DAE)</b> , como Órgão Suplementar, subordinado à VRAc.
1979	Criação da <b>Coordenação de Assuntos Comunitários (CODEAC)</b> , subordinada à Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos.
1981	A CODEAC transformou-se em <b>Coordenação de Assistência ao Estudante (CODAE)</b> e Coordenação de Extensão (CODEX), subordinadas diretamente à Administração Superior.
1991	Organização da <b>Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE)</b> , subordinada diretamente à Reitoria, onde se alocou a CODAE.
2000	A PROACE foi extinta com a estruturação da <b>Pró-Reitoria de Vivência Acadêmica e Social (PROVIVAS)</b> , subordinada à Reitoria. A CODAE deu lugar à <b>Coordenação de Articulação com Estudantes (CARE)</b> .
2008	A CARE ficou alocada na <b>Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV)</b> que suprimiu a PROVIVAS.

Fonte: Elaboração da autora a partir de documentos da Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

## 2.2 PROGRAMAS DE BOLSAS

Dividimos os programas de assistência estudantil implementados na UFMT por eixos temáticos. Iniciamos pelos programas de manutenção acadêmica, aqueles de bolsas remuneradas que objetivam apoiar a permanência dos estudantes, sobretudo os de baixa renda familiar, na Universidade. Geralmente, é exigida dos bolsistas uma contrapartida: a prestação de serviços em troca do benefício financeiro.

A UFMT desenvolve programas dessa natureza desde sua fundação, como já mencionamos. As seções de assistência estudantil, periodicamente redefinidas, foram sempre responsáveis por gerir e viabilizar a operacionalização dos programas assistenciais.

### 2.2.1 Bolsa Complementação Educacional

O primeiro dos programas desenvolvido pelo Órgão Suplementar de Assistência aos Estudantes foi a Bolsa Complementação Educacional<sup>19</sup> que consistia em estágio prático no setor público ou privado, cuja atividade fosse relacionada com a área de especialidade do bolsista, vedada a possibilidade de gerar vínculo empregatício ou funcional (Decreto nº 66.456/67, Artigo 3º). O estudante era remunerado pela instituição onde o estágio era realizado. Ficava a cargo do Órgão Suplementar articular o estágio com as empresas privadas e órgãos públicos.

<sup>19</sup> O programa Bolsa de Complementação Educacional foi regulamentado pela Portaria Ministerial do Trabalho e Previdência Social nº 1002, de 29 de setembro de 1967, que instituiu nas empresas a categoria de estagiário; bem como está de acordo com o Decreto nº 66.546, de 11 de maio de 1970, sobre o “Projeto Integração” destinado à implementação de programas de estágios práticos para estudantes do ensino superior.

Quando abertas as inscrições para este programa, no segundo semestre de 1972, foram concedidas 16 bolsas; em 1973, 20; no ano de 1976, 61; e em 1977 somavam 154 bolsistas, destes 59 estagiavam na UFMT, 57 em órgãos públicos estaduais e 38 em empresas particulares, conforme dados dos Relatórios de Atividades dos anos referidos.

A partir de 1978, foram desenvolvidos dois programas com o mesmo fim simultaneamente, Complementação Educacional e o Estágio Profissionalizante na UFMT. O último voltava-se para estudantes dos dois últimos semestres dos cursos e as atividades laborais executadas dentro do campus. Dentre os dois programas somaram-se 137 (cento e trinta e sete) benefícios entre os dois semestres letivos, sendo 67 e 70, respectivamente.

Mais contratos de bolsa Complementação Educacional foram firmados com instituições públicas e privadas: "... em 1982, foram alocados 63 alunos, em diferentes instituições e, em 1983, 162 alunos dos mais variados cursos, trabalhando de 4 a 8 horas diárias e com remuneração entre Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 101.000,00 mensais" (DORILEO, 1984, p. 156). Enquanto 166 bolsistas se beneficiaram do Estágio Profissionalizante.

O programa de estágio extracurricular remunerado, realizado sem a obrigatoriedade curricular exigida pelo curso, era organizado e articulado pela Pró-Reitoria ligada à assistência ao estudante, muitas vezes com o suporte do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), instituições especializadas em cadastramento de vagas e estagiários e da inserção destes nos convênios.

Contudo, recentemente, o Estágio<sup>20</sup> está sob a administração da Pró-Reitoria de Graduação (PROEG). O programa é dividido em Estágio Obrigatório e Estágio Não-Obrigatório, de acordo com a obrigatoriedade curricular dos cursos de graduação.

### **2.2.2 Créditos educativos**

O primeiro programa de crédito para estudante desenvolvido na UFMT foi o Fundo Rotativo<sup>21</sup> executado no primeiro semestre de 1973, concedendo empréstimo a 31 (trinta e um) universitários para prosseguimento dos estudos. Pelo que apresenta os relatórios, o uso do crédito se dava no pagamento de matrículas e anuidades que a época eram cobradas. No Relatório de Atividades Universitárias, do primeiro período de 1973 (UFMT, 1973c, p. 196-7), está escrito: "Evidente é que o plano consubstanciado na capacidade financeira do Programa em foco só poderá alcançar seu objetivo com a efetiva e tempestiva devolução do financiamento a que procedeu, por parte dos beneficiados. Caso contrário, não sobreviverá".

---

<sup>20</sup> A Resolução CONSEPE n° 117, de 11 de agosto de 2009, dispõe sobre o Regulamento Geral do Estágio da Universidade Federal de Mato Grosso.

<sup>21</sup> O programa Fundo Rotativo foi implantado pela Portaria GR n° 341, de 26 de outubro de 1972, e, através da Resolução CD n° 79/72, foi aberto crédito especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) advindos do MEC.

O Fundo, então, não alcançou seu objetivo, pois não encontramos mais nenhuma referência a eles nos documentos subsequentes.

O Relatório da Vice-Reitoria Acadêmica de 1976 apresentou a execução do Programa Crédito Educativo, cujo objetivo era “proporcionar aos universitários, carentes de recursos, empréstimos para pagamento de anuidade e para a sua manutenção, possibilitando-lhes procederem aos seus estudos com menos dificuldades” (UFMT, 1977b, p. 31). A restituição do empréstimo ocorreria a partir do primeiro ano depois da conclusão do curso e seria amortizado num mesmo período de duração do curso freqüentado pelo aluno (NEUTZLING JUNIOR, 2004).

Explica-nos Neutzling Junior (2004, p. 56) que o Programa de Crédito Educativo (CREDUC) foi implantado nas regiões norte, nordeste e centro-oeste pelo MEC no primeiro período de 1976. E já no segundo semestre foi estendido a todas as IES do país reconhecidas e autorizadas pelo MEC. E acrescenta: “Como o custo anual de um aluno em uma universidade pública federal era bem mais alto que na universidade particular, o governo federal acabou optando por ampliar o CREDUC de modo a aumentar a população universitária discente ao menor custo possível”.

No primeiro semestre de 1976, 974 (novecentos e setenta e quatro) alunos da UFMT foram contemplados com o Programa; destes, 882 (oitocentos e oitenta e dois) renovaram seus contratos no segundo período letivo. E mais 650 (seiscentos e cinqüenta) novos contratos foram firmados, totalizando 1.532 (mil quinhentos e trinta e dois) beneficiados, “significando que 45% dos discentes desta Universidade valeu-se do Crédito Educativo” (UFMT, 1977b, 32), encerrou o relato.

Não encontramos outros registros deste Programa na UFMT, nem em resoluções ou outros relatórios, o que nos mostra a descontinuidade dessas formas de assistência que espera a restituição do investimento financeiro.

### **2.2.3 Ajuda de custo e isenções**

No início do funcionamento dos cursos de graduação na Universidade havia a cobrança de diversos serviços intrainstitucionais – taxas de matrículas, anuidades, taxa de beca (para colação de grau), de emissão de diplomas. Então, desde 1972 a Divisão de Assistência aos Estudantes atendeu a solicitações de isenção de taxas de matrícula e anuidade escolar, apontou o Catálogo Geral da UFMT de 1973.

No Relatório da Vice-Reitoria Acadêmica de 1976 apareceu como atividade do DAE a realização de “estudos e pareceres diversos em processos do interesse dos alunos,

visando à isenção de taxas” (UFMT, 1977b, p. 35) no item do *Movimento Técnico-Administrativo*.

Anos depois, o relatório *Um Biênio na Reitoria (1982-1983)* expôs sob o título de *Ajuda Financeira* que uma das funções da CODAE era prestar auxílio financeiro para atender os estudantes “em suas necessidades de tratamento médico, aquisição de medicamentos, participação em congressos, encontros e seminários, além de auxiliar os estudantes na operacionalização eficaz dos eventos promovidos pelos mesmos em Cuiabá” (DORILEO, 1984, p. 158).

Esse trecho mostra que há uma mistura de vários fatores que poderiam ser alvos de um mesmo recurso, pois serviria desde um atendimento individual – a compra de medicamento – ao coletivo, como a disponibilização de verbas para realização de eventos estudantis.

Quanto à destinação dos recursos cabíveis a Ajuda Financeira, o relatório afirmou: “Ao todo, atenderam-se em 1983, 115 alunos, concedendo-lhes ajuda financeira no valor total de Cr\$ 2.596.290,00” (DORILEO, 1984, p. 159). Como já mencionamos, no ano de 1983 o MEC cortou verbas para o programa de Bolsa de Trabalho, por isso os alunos “semicarentes” foram excluídos do programa e a eles a UFMT concedeu a Ajuda Financeira no valor de Cr\$ 15.000,00 e Cr\$ 20.000,00, no 1º e 2º semestres, respectivamente.

Relatórios posteriores indicaram a contribuição da Coordenação para com os Centros Acadêmicos na realização da Semana do Calouro bem como de outros eventos acadêmicos organizados pelos mesmos.

No que se refere à isenção de taxas intrainstitucionais, a partir de 1994, a CODAE começou a conceder atestados aos alunos com insuficiência de recursos socioeconômicos integrantes do programa Bolsa Atividade em prol da isenção de pagamento de taxas de becas, diplomas, transferência interna, inscrições de cursos e eventos (UFMT, 1995, p. 122). Desde então, os bolsistas dos programas focalizados na seleção socioeconômica recebem declarações da Coordenação, hoje CARE, para se isentar do pagamento dessas taxas. Nos últimos anos, o Instituto de Linguagens determinou cotas para bolsistas fazer curso de idiomas, sem o custo das mensalidades. Posteriormente, a CARE passou a dar o material didático a esses alunos, visto que conseguiam adentrar no curso de línguas, mas não tinham condições financeiras de adquirir os livros.

Quanto aos estagiários, o Relatório da PROACE de 1995 citou a oferta da bolsa-auxílio para ajudar no orçamento do estudante quanto ao transporte e alimentação no período do estágio extracurricular. Havia também para os estagiários o seguro contra acidentes, para resguardá-los durante a realização das atividades. O seguro era feito pela empresa concedente. A partir da institucionalização da CARE, e mais especificamente em 2006, o Auxílio Alimentação se tornou um programa aberto para os estudantes em situação

de vulnerabilidade socioeconômica, não apenas aos moradores das Casas do Estudante, como veremos adiante. A bolsa-auxílio apareceu apenas no Relatório de 1995 (UFMT, 1996).

#### 2.2.4 Bolsa de Trabalho

O programa Bolsa de Trabalho foi instituído pelo Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, pelo presidente Médici, a ser executado pelos Ministérios da Educação e Cultura e do Trabalho e Previdência Social, por meio de portaria conjunta.

O programa tinha o objetivo de proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em instituições públicas ou privadas, nas quais possam “incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades”, conforme o Artigo 2º.

Prioritariamente, a Bolsa de Trabalho era distribuída a estudantes “carentes de recursos financeiros”, mediante investigação de suas declarações. O Conselho Diretor, órgão normativo e de administração do programa, podia estabelecer uma escala preferencial por área de estudos, haja vista o desenvolvimento do país (Artigo 5º).

Por fim, definia o Decreto nº 69.927/72:

Art. 9º Haverá direta e necessária relação entre a formação escolar seguida pelo estudante e as tarefas que lhe forem cometidas no órgão ou entidade onde preste serviços, para que seja considerado estagiário, sem vínculo de emprêgo.

§ 1º O trabalho do estagiário não excederá de quatro horas diárias, nem vinte horas semanais, devendo conciliar-se com o seu horário escolar.

§ 2º Em circunstâncias especiais, a estudantes comprovadamente carentes de recursos financeiros, poderá ser atribuída a “Bolsa de Trabalho” para o desempenho de tarefas não diretamente relacionadas com a sua formação escolar, mediante contrato de trabalho, entregando-se ao órgão ou entidade tomadora dos serviços o valor mensal da Bolsa, como contribuição parcial do Programa para o atendimento dos Encargos salariais e previdenciários conseqüentes; preservada, em qualquer caso, a conciliação com o horário escolar do estudante.

Sendo assim, o programa Bolsa de Trabalho na UFMT<sup>22</sup> foi executado através de convênios firmados ano a ano, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Universidade. Ao MEC cabia fornecer recursos financeiros e exercer a supervisão do programa. À UFMT, órgão executor, competia, dentre outras especificações, administrar o funcionamento do programa “colocando em ação seus recursos humanos, suas instalações e demais recursos

---

<sup>22</sup> O programa Bolsa de Trabalho, em acordo ao Decreto nº 66.546/70, foi promovido por meio de convênios entre Ministério da Educação e Cultura e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. O primeiro convênio firmado data de 09 de novembro de 1971, e anualmente se renovava. A Resolução CD nº 10, de 18 de março de 1974 é prova disso.

instrumentais de trabalho” (Cláusula III, Inciso 1, Resolução CD nº 10/74); bem como selecionar e distribuir os estudantes contemplados, prioritariamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com a Resolução CD nº 10/74, poderiam concorrer as vagas não apenas alunos da UFMT, mas também estudantes de estabelecimentos privados, sempre obedecendo aos critérios de “insuficiência de recursos financeiros”, verificada por levantamento socioeconômico; e bom aproveitamento escolar (ou rendimento acadêmico).

O Convênio estabelecia que as atividades da Bolsa de Trabalho poderiam se concretizar na própria Universidade ou em Estabelecimento de Ensino Superior Isolado. Ainda, de acordo com os relatórios da VRAC, havia bolsistas em órgãos públicos e particulares. O bolsista de trabalho prestava serviços à instituição, e servia, então, como alternativas de suporte funcional e administrativo à mesma.

Para cada bolsa, a contribuição do MEC era de até Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) e a instituição complementava o valor da bolsa, fixado pela UFMT, nunca inferior a Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros). Portanto, cada bolsista recebia mensalmente, no mínimo, Cr\$ 280,00 (duzentos e oitenta cruzeiros) e a carga horária exercida era de, no máximo, 20 (vinte) horas semanais.

Outro espaço onde o aluno poderia desenvolver as atividades era nas entidades filantrópicas. Neste caso, a participação do MEC era de até Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), podendo a entidade complementar ou não a Bolsa, dependendo da disponibilidade financeira da mesma.

Assim, como avalia Leite (2011, p. 8),

[...] o que realmente salta aos olhos é a ocultação de trabalho sob a legenda de ‘bolsa’. Uma vez que somente estudantes com uma renda familiar de até 2 Salários Mínimos podem ter acesso a estas ‘bolsas’, depreende-se que a máxima de ‘políticas pobres para os pobres’ entra com imenso vigor nas universidades públicas.

Essa indignação remete-nos à reflexão sobre a natureza da contrapartida, historicamente exigida como veremos pouco a pouco, nas bolsas assistenciais que por vezes se utilizam da prestação de serviços dos estudantes, sendo estes utilizados de acordo com os interesses dos departamentos, cursos ou das empresas.

**Tabela 8 – Número de Bolsa de Trabalho concedida por total de alunos dos cursos de graduação – UFMT – campus Cuiabá – 1972-1976**

	1972	1973	1974	1975	1976
<b>Bolsa de Trabalho</b>	226	129	*	254	258
<b>Total de estudantes</b>	480	1.914	2.240	2.878	3.382
<b>Razão (%)</b>	47	6,7	*	8,8	7,6

Fonte: Relatórios da Vice-Reitoria Acadêmica dos anos de 1972 a 1976.

\*Número não informado no Relatório de Atividades referentes ao ano.

A partir do Relatório da Área Acadêmica de 1977, foram retratados os quantitativos do programa Bolsa de Trabalho e especificação de dois novos programas dele derivados: Bolsa de Trabalho Pesquisa e Bolsa de Trabalho Esporte. No Relatório Anual de 1978 apareceu ainda uma terceira derivação: Bolsa de Trabalho Extensão. O acréscimo dessas nomenclaturas caracterizou a natureza das atividades requeridas por essas modalidades de bolsa, e mais delas saíram o que hoje conhecemos como bolsa de Iniciação Científica (iniciação à pesquisa), Bolsa Atleta e a Bolsa Extensão.

Através do Tabela 9 é possível visualizar o número de universitários beneficiados com os programas de Bolsa de Trabalho nos últimos anos mencionados.

**Tabela 9 – Demonstrativo do total de bolsas concedidas anualmente pelo programa Bolsa de Trabalho – UFMT – 1977-1978**

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978
Programa Bolsa de Trabalho	380	343
Programa Bolsa de Trabalho Pesquisa	20	80
Programa Bolsa de Trabalho Esporte	20	105
Programa Bolsa de Trabalho Extensão	-	60
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>588</b>

Fonte: Relatório da Área Acadêmica, 2º volume, 1977, p. 246; Relatório Anual de 1978, p. 43-6.

Já mencionamos que com a criação da Coordenação de Assistência ao Estudante, em 1981, duas gerências dividiram a operacionalização da assistência: a Gerência de Assuntos Comunitários e Estudantis, que acompanhava as questões referentes ao RU e ao transporte coletivo – para desconto na compra dos passes para os estudantes –, e à bolsa Alimentação; e a Gerência de Bolsas e Monitoria que gerenciava as bolsas Monitoria, Trabalho, Apoio Mútuo, Ajuda Financeira e Viagens de Estudo. Apareceram as modalidades de Bolsa de Trabalho Pesquisa, Esporte, Extensão, Arte e Profissionalizante (DORILEO, 1984).

A Bolsa de Trabalho, assim denominada, perdurou até a criação da Bolsa Atividade quando também especificaram os programas das bolsas pesquisa (Iniciação Científica), extensão e estágio.

### 2.2.5 Bolsa Monitoria

A função de Monitoria foi criada em 1973<sup>23</sup> e destinava-se aos alunos dos quatro últimos semestres dos cursos de graduação da UFMT que tivessem rendimento escolar geral satisfatório e que demonstrassem capacidade para desempenho de atividades técnico-didáticas da disciplina na qual exerceria as funções de monitor, cujas requisições eram: ministrar quatro horas-aula por semana como auxiliar do professor e dedicar oito horas em

<sup>23</sup> A função de Monitoria e a admissão de monitores foi admitida na Resolução CD n° 71, de 21 de novembro de 1973.

outras atividades técnicas e didáticas ligadas ao ensino da disciplina e em pesquisa, totalizando uma carga horária de 12 (doze) horas semanais. De acordo com a Resolução CD n° 71/73: “O exercício da função de Monitor é considerado título relevante para posterior ingresso na carreira do magistério superior”.

A seleção era feita pelo departamento de cada curso, que elaborava o Plano Geral de Monitoria e instituíam seus próprios critérios de seleção, submetidos à aprovação do Conselho de Ensino e pesquisa, e, posteriormente, repassados à Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE).

Os recursos para remuneração dos monitores advinham do MEC bem como de verbas próprias da Universidade. O monitoramento, via relatórios mensais, era realizado pela COPERTIDE vinculada à Vice-Reitoria Acadêmica.

Após anos de experiência do programa, fizeram-se necessárias modificações condensadas e aprovadas na Resolução CONSEPE n° 16/87. Nesta, o aluno não é mais obrigado a estar nos quatro últimos semestres, mas já ter cursado a disciplina e obtido média final igual ou superior a 7,5. A dedicação deveria ser de, no mínimo, seis e, no máximo, 12 horas semanais, distribuídas entre o acompanhamento do professor em sala de aula e atividades técnico-didáticas (coordenar grupos de estudo, orientar os estudantes quanto à resolução das dificuldades), relacionadas ao ensino e em acordo com o Plano de Trabalho apresentado ao Departamento do curso. “Dentre as competências do monitor não se inclui a responsabilidade de ministrar aulas em substituição do professor” (Artigo 8°, § Único), como antes era obrigatório.

Nesta última Resolução, a Coordenação de Assistência ao Estudante, vinculada à VRAC, responsabilizava-se pela operacionalização do programa de Monitoria, concernentes à organização administrativa, preparo de pagamento e emissão de atestados.

Por estar administrativamente relacionada à CODAE, a criação da Bolsa Atividade provocou a incorporação da Monitoria, como veremos adiante. Nos anos 2000, a Monitoria passou a ser de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação.

### **2.2.6 Bolsa de Apoio Mútuo**

O programa de bolsa de Apoio Mútuo apareceu nos Relatório de Atividades de 1982-1983 e de 1985, a cargo da Gerência de Bolsas e Monitoria/CODAE. O primeiro documento mencionou as finalidades do programa:

- assistir o aluno carente de recursos financeiros, proporcionando-lhe condições de custear suas despesas de alimentação, estudo e moradia, através da contra-prestação de serviços no campus universitário, e,

- oferecer aprendizagem complementar, possibilitando a prática do ensino acadêmico, preferencialmente, em sua área de conhecimento (DORILEO, 1984, p. 157).

A implantação desse programa ocorreu no primeiro semestre letivo de 1983, remunerando os bolsistas em Cr\$ 25.000,00, e no segundo semestre em Cr\$ 37.500,00, que contemplou 662 alunos.

Conforme expôs o referido Relatório (DORILEO, 1984, p. 157):

A participação do aluno foi vista em 03 níveis de comprometimentos:

- a) integrando-se na estrutura de gerenciamento administrativo da UFMT;
- b) beneficiando-se da UFMT não só com a participação acadêmica, e
- c) criando e gerando a produção social de seu tempo.

Se observarmos, as intenções do Apoio Mútuo eram muito semelhantes às da bolsa de Trabalho e é curioso notar que aquele surge no mesmo ano em que o MEC corta gastos desse último. A propósito, “Foi empregado na execução deste programa [Apoio Mútuo] o montante de Cr\$ 81.267.575,00” (1984, p. 157), enquanto que o Bolsa de Trabalho foi executado com “Cr\$ 14.918.735,00, sendo Cr\$ 5.120.000,00 repassados pelo MEC/SESu da reserva de verba de 1982 e Cr\$ 9.798.735 da participação da UFMT” (DORILEO, 1984, p. 158).

### **2.2.7 Bolsa Atividade**

A Bolsa Atividade<sup>24</sup> veio em substituição à Bolsa de Trabalho. A Bolsa Atividade remunerava o estudante em situação de “insuficiência socioeconômica” em troca de sua prestação de serviços. O programa visava o “desenvolvimento acadêmico, cultural e técnico, com oportunidade de aprendizagem de diversos tipos de trabalho” (UFMT, 1993c). Os quatro campi da UFMT foram beneficiados com este programa.

A CODAE responsável por administrar o programa controlava a distribuição das bolsas por ordem de prioridade classificada na seleção socioeconômica, apesar de que o Relatório de Atividades da PROACE de 1994 expõe que a Bolsa Atividade atende “[...] aos alunos não só de menor poder aquisitivo mas aos que são indicados por professores para participarem em atividades de pesquisa sem passar pelo processo de seleção” (UFMT, 1995, p. 87). Cabia à CODAE também o acompanhamento e avaliação da Bolsa Atividade junto aos setores onde o aluno desenvolvia suas atividades.

Mediante o exposto na Resolução CONSUNI n° 03/93, os recursos financeiros para manutenção da Bolsa Atividade eram oriundos de convênios com instituições e, sobretudo, do orçamento geral da UFMT alocados na PROACE/CODAE. Isso significa que o MEC não

<sup>24</sup> A Bolsa Atividade foi normatizada pela Resolução CONSUNI n° 03, de 05 de maio de 1993.

era mantenedor direto desse programa assistencial, como foi da Bolsa de Trabalho em que enviava recursos especificamente para sua execução. Mas, a Bolsa Atividade dependia diretamente da concepção e das estratégias da gestão institucional para sua operacionalização.

Vale lembrar que na década de 1990 os direitos sociais foram reduzidos e houve cortes no orçamento, especialmente, dos gastos sociais, tais como a educação. Com isso, cada universidade pública precisou se arranjar para oferecer assistência aos estudantes.

Dividia-se em duas categorias o público-bolsista: a) alunos que desenvolviam atividades de extensão, culturais e esportivas; b) alunos que desenvolviam atividades administrativas na UFMT ou em instituições públicas que tinham convênio com a Universidade.

É interessante ressaltar a concepção da Bolsa Atividade:

A oportunidade de um treinamento profissional, mesmo quando as tarefas incumbidas aos bolsistas não estejam em sincronia com sua formação acadêmica, *desperta-os para a responsabilidade profissional com uma satisfação íntima de que a remuneração recebida para sua subsistência não advém de atitude paternalista* mas é resultado de seu esforço pessoal (UFMT, 1995, p. 87, grifo nosso).

A Bolsa Atividade, da mesma maneira que a Bolsa de Trabalho, incorporava diversas modalidades: Monitoria, Extensão, Cultura e Administração e as atividades eram desenvolvidas em 12 (doze) horas semanais.

A inscrição e seleção dos estudantes para a Bolsa Atividade-Monitoria, como já dissemos, eram feitas nos departamentos dos cursos observando-se o rendimento acadêmico do aluno, a facilidade de desenvolver atividades técnico-didáticas e se expressar com as outras pessoas. O controle administrativo – assinatura de termos de compromisso, análise de relatórios, folha de pagamento – ficava a cargo do Setor de Apoio Pedagógico/CODAE.

Na avaliação do Programa Bolsa Atividade, um dos pontos considerados necessários era o desmembramento da Bolsa Monitoria da Bolsa Atividade, visto que a Resolução CONSEPE n° 16/87<sup>25</sup> estava ultrapassada diante da nova estrutura da UFMT (UFMT, 1995, p. 110-1). Fato este que aconteceu posteriormente, normatizado em 2010 por meio da Resolução CONSEPE n° 43, de 24 de maio.

O Relatório de Atividades da PROACE de 1995 apresentou a dificuldade de novos ingressantes da Bolsa Atividade devido a não ampliação do número de vagas, em consequência da falta de recursos financeiros. Por esse motivo também o valor da bolsa não teria aumentado no último ano. Dessa forma,

---

<sup>25</sup> A Resolução CONSEPE n° 16, de 29 de junho de 1987, normatiza a Monitoria na UFMT.

Na busca de alternativas para o problema de vagas, após estudo e avaliação, a equipe da CODAE propõe que, a partir de 96, sejam levados em consideração novos critérios de seleção de bolsistas: o nível de coeficiente de rendimento acadêmico, a carência de recursos, a permanência no programa por um período máximo de 02 anos e o interesse no campo de estágio, critérios estes que se considera suprir de forma mais justa a seleção de bolsistas (UFMT, 1996, p. 128).

A rotatividade da permanência no programa (02 anos) foi justificada como oportunidade para novos ingressos, bem como eliminar "... o comodismo por parte de alguns discentes que, após ingressarem, deixam de corresponder aos objetivos do programa" (UFMT, 1996, p. 129). Mas se fez a ressalva: "poderão ocorrer casos em que a permanência de alunos após dois anos será uma necessidade para a continuidade de seu curso, casos estes que serão estudados com bastante profundidade".

A Bolsa Atividade perdurou até 2004, quando ficou aprovada a Resolução CONSUNI nº 10, de 14 de setembro, e nela, ainda que implicitamente, a substituição pela Bolsa Permanência. Tal Resolução definiu a Política de Bolsas Estudantis da UFMT, conforme já descrevemos anteriormente.

### **2.2.8 Bolsa Permanência**

O programa Bolsa Permanência<sup>26</sup> revogou o Bolsa Atividade e trouxe uma perspectiva diferenciada quanto à natureza das atividades desenvolvidas pelos bolsistas, não permitindo a realização de atividades administrativas, mas "unicamente acadêmica, cultural, técnica e artística no âmbito da UFMT, de modo a apoiar a sua permanência na Universidade, oportunizando experiências em diversas áreas do conhecimento" (artigo 2º alterado, cf. Resolução CONSUNI nº 11/05).

Nesse sentido, a contrapartida tem o intuito de colaborar acadêmica e pessoalmente com o estudante, é o que os participantes do FONAPRACE chamam de contrapartida do bem. Pois, nessa nova perspectiva há preocupação em apoiar a permanência do estudante na Universidade e propicia ao mesmo tempo em que ele desenvolva atividades que colaborem no acréscimo de conhecimento, tais como: participar em grupos de pesquisa, laboratórios, projetos de extensão, programas culturais (incluindo Coral, Escola de Artes, etc.). Enfim, que o bolsista não fique a mercê de serviços de secretaria, ao contrário, colabore na produção científica.

Nas normas para recebimento da Bolsa Permanência definiram-se os critérios de seleção e se excluiu a possibilidade de indicação de professor ou outrem como ocorria na Bolsa Atividade.

---

<sup>26</sup> A Bolsa Permanência está normatizada pelas Resoluções CONSUNI nº 05, de 04 de maio de 2005; e nº 11, de 09 de junho de 2005.

Os procedimentos para operacionalização do programa Bolsa Permanência – inscrição dos estudantes, seleção socioeconômica, assinatura do Termo de Compromisso, Relatório de Frequência mensal atestando o cumprimento das 12 (doze) horas semanais, Renovação da bolsa e Folha de Pagamento – são realizados pela Coordenação de Articulação com Estudantes num primeiro período vinculada à PROVIVAS e, depois de 2008, à PROCEV. Cabe à Coordenação Financeira, da Pró-Reitoria Administrativa (PROAD), garantir a regularidade dos pagamentos das bolsas.

Na Resolução CONSUNI nº 05/05, em seu Artigo 8º, foi descrito que

A duração da bolsa será de, no máximo, 02 (dois) semestres letivos (oito meses), restritos aos períodos de aulas. Bolsistas que desenvolvam atividades não diretamente ligadas à academia e, mesmo assim em caráter excepcional, poderão exceder aos (oito) meses previstos, porém não ultrapassando a 11 (onze) meses de concessão.

Este Artigo exprime aquela sugestão feita no Relatório de Atividades da PROACE de 1995, já mencionada, sobre a limitação do período de concessão e recebimento da bolsa. Muito embora se possa observar na prática que essa delimitação é desconsiderada, e os estudantes podem renovar sua Bolsa, desde que cumpridos os critérios de aproveitamento do curso de graduação, no prazo estipulado pela CARE.

A propósito, o desempenho acadêmico exigido, segundo o § 4º do Artigo 8º da Resolução referenciada, é: a) aprovação de 85% do total de disciplinas cursadas por semestre/ano letivo; b) matrícula semestral/anual em número de disciplinas que permita o término do curso dentro do período previsto; c) ausência de reprovação por falta, salvo em casos de força maior, devidamente justificadas e aprovadas pela CARE.

Todavia, essas obrigações também são flexíveis, visto que alguns cursos, sobretudo das Ciências Exatas, têm alto índice de reprovação por média nas disciplinas. Assim, a CARE, por meio das profissionais de Serviço Social e Pedagogia analisam o histórico do aluno, depois agendam uma entrevista para que ele possa explicar suas condições. Avaliada a situação, a renovação é deferida ou indeferida dependendo do caso.

Consideramos válida essa iniciativa de flexibilização do desligamento do aluno por não atingir os 85% de aproveitamento nas disciplinas, pois, de maneira geral, esses estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica não tiveram acesso a uma educação escolar de boa qualidade, por isso as dificuldades em disciplinas e alguns conteúdos são inevitáveis. Então, puni-lo mais uma vez inviabilizando condições para sua permanência na educação superior é impossibilitar a inclusão social e, quiçá, a formação acadêmica desse estudante numa Universidade pública com reconhecido nível de excelência.

Ao mesmo tempo, o acompanhamento do histórico escolar do estudante faz parte da avaliação do programa como forma de constatar se o apoio institucional por meio da bolsa surte os efeitos esperados: a permanência e a conclusão do curso no período mínimo de integralização.

A avaliação periódica bem como outros critérios e condições para concessão da bolsa Permanência foram regulamentadas através do Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. No Decreto reafirmou-se a impossibilidade de acúmulo de bolsas pagas por programas oficiais. É por isso que na UFMT definiram-se as nomenclaturas de *bolsas* e *auxílios*, sendo estes passíveis de acúmulo; isto é, ao estudante é permitido integrar apenas um programa de bolsa e receber quaisquer outros tipos de auxílio – Alimentação, Evento, Moradia.

No Decreto nº 7.416/10 especificou-se no Artigo 2º que “As bolsas de permanência e de extensão serão pagas mensalmente e adotarão como referência os valores das bolsas correspondentes pagas pelas agências de fomento à pesquisa”, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Naquele momento a bolsa de Iniciação Científica/CNPq era R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), logo, a bolsa Permanência deveria também estar fixada neste valor. Assim sendo, as bolsas ficaram equivalentes em março de 2011.

## 2.3 ALIMENTAÇÃO

### 2.3.1 Restaurante Universitário

O Restaurante Universitário (RU) começou a funcionar sob o sistema de arrendamento<sup>27</sup>, em 1976, no Parque Aquático do campus Cuiabá, supervisionado pelo DAE. Cabia ao Serviço Social/DAE inscrever e selecionar os comensais que obtinham 50% de desconto no preço das refeições, a Bolsa Alimentação.

No primeiro ano, os comensais estavam divididos nas classes A e B. À classe A pertenciam “os alunos mais carentes de recursos” (UFMT, 1977b, p. 28). E na classe B estavam docentes, servidores e alunos “que não preencheram os requisitos da seleção para serem enquadrados na classe A”. Fizeram uso do Restaurante 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) comensais, sendo 90% pertencentes à classe A.

Quanto ao fornecimento das refeições, explicou o Relatório mencionado (UFMT, 1977b, p. 28): “O atendimento diário aos comensais obedece ao sistema de bandejas, que são distribuídas mediante a apresentação de um carnê devidamente quitado”. De abril a

---

<sup>27</sup> O arrendamento do Restaurante Universitário foi regulado pela Portaria GR nº. 81/75.

dezembro de 1976, foram servidas 21.081 refeições, entre almoço e jantar, aos 457 comensais. O RU atendeu também delegações de municípios de Mato Grosso e de outros estados que vieram participar do III Jogos Olímpicos de Cuiabá.

Seguindo os mesmos critérios, o Relatório da Área Acadêmica de 1977 apontou que o RU serviu 99.825 refeições a 1.725 comensais (UFMT, 1978, p. 247). Expôs também que foi implementado o programa de Bolsas de Alimentação, que beneficiou 144 estudantes (UFMT, 1978, p. 246), contudo não descreveu como foi operacionalizado este programa.

No ano de 1980, criou-se a Divisão de Restaurante Universitário<sup>28</sup>, subordinada diretamente à Sub-Reitoria para Assuntos Administrativos, que junto à Gerência de Assistência Estudantil/CODEAC, tinha como objetivo “compatibilizar as funções do Restaurante à política de assistência ao estudante”, conforme Artigo 6º da Resolução 56/80.

Durante o reitorado de Eduardo De Lamônica Freire (1984-1988) definiu-se pela primeira vez, por meio do CONSUNI, a política de preços para o RU diferenciada dentre as categorias de usuários. “Este planejamento da política administrativa do RU fixou o valor da refeição cobrada a estudantes não carentes ao nível do preço de custo da produção e determinou incremento da oferta de bolsas-refeições a estudantes carentes a custo zero”, publicou o *Participação Universitária* (UFMT/ASCOM, 1988, p. 20). Neste, registrou-se também o número de refeições servidas no RU: 1.600/dia e 370 mil/ano, incluindo almoço e jantar.

Na década de 1990, o controle para acesso ao RU passou a ser por ticket, não mais pelo carnê. Assim sendo, os bolsistas retiravam seus tickets com o Setor de Serviço Social/CODAE e os demais estudantes adquiriam o seu na entrada do Restaurante.

De acordo com uma notícia publicada no dia 19 de fevereiro de 1990, o reitor Frederico Müller informou em reunião com os estudantes que o preço da refeição no RU precisava passar por adequações orçamentárias, já que, naquele período, estava custando uma taxa simbólica de Cr\$ 0,02 por refeição, devido ao estoque de gêneros alimentícios forçosamente provocado pela paralisação da Universidade no ano anterior e ao congelamento de preços.

Dois meses depois a reunião do Conselho Universitário contou com a presença da comissão encarregada de realizar estudos de utilização do RU que juntos definiram a tabela de preços para os usuários do Restaurante:

Para os estudantes não carentes, o preço da refeição foi fixado em Cr\$ 35,00, possível pelo subsidiamento de 50% do valor previsto [...]. Para os servidores de baixa renda, ficou estabelecido o valor de Cr\$ 50,00 e, para os técnico-administrativos e docentes, em Cr\$ 69,00. Quanto ao preço para visitantes, ficou fixado em Cr\$ 300,00 (UFMT/ASCOM, 1990).

---

<sup>28</sup> A Divisão de Restaurante Universitário foi oficializada pela Resolução CD n°. 56, de 08 de maio de 1980.

O alto custo da refeição para visitantes baseava-se nos preços de mercado do ramo alimentício. Quanto aos estudantes com Bolsa Alimentação, previamente selecionados pelo SES/CODAE, a UFMT subsidiaria 100% das refeições.

É importante mencionar que o RU sempre foi espaço de encontro dos estudantes, assumindo, inclusive, papel social e político, pois concentra grande parte da comunidade universitária.

Nesse sentido, na entrada dos anos 2000, a PROVIVAS ansiou em transformá-lo em espaço de alimentação, convivência e de construção de conhecimento. Para tanto foi criada a Coordenação do Espaço de Alimentação e Convivência, dentro da Pró-Reitoria, para oferecer refeições à comunidade universitária e aos visitantes, para fazer do RU campo de estágios curriculares e participar em pesquisas científicas.

*O Balanço Social de Gestão 2000-2003* (UFMT, 2004) avaliou que

O decréscimo significativo do Tabela de pessoal e a falta de recursos orçamentários para a Coordenação do Espaço de Alimentação e Convivência não inviabilizaram a qualidade dos serviços prestados aos usuários do Restaurante Universitário. Através de um esforço coletivo da equipe e comprometimento da administração da UFMT, buscou-se trabalhar sistematicamente na perspectiva de humanizar o ambiente do RU, para um melhor atendimento.

Para tanto, melhoraram a ambiência por meio de reformas do espaço físico – nas instalações, mobiliário, banheiros, climatização; manutenção do preço do “bandejão” (denominação popular que faz referência ao utensílio no qual é servido a refeição) a R\$ 1,00 para os estudantes da UFMT, “apesar do seu custo ser superior a esse valor” e redução do preço para os servidores, de R\$ 2,50 para R\$ 2,00; e pela ampliação da possibilidade de desenvolvimento de atividades de estágio, pesquisa e extensão.

A respeito do preço das refeições, encontramos três documentos que mostram a diferenciação entre os valores pagos por cada categoria de usuário do Restaurante, vide Tabela:

**Tabela 10 – Preço por categoria de usuário nas refeições do Restaurante Universitário**

Categoria de Usuário	Preço por refeição		
	1993 (Cr\$)	1999 (R\$)	2005 (R\$)
Discente de graduação	5.000,00	0,50	1,00
Discente de pós-graduação <i>Lato sensu</i>	11.000,00	1,50	2,50
Discente de pós-graduação <i>Stricto sensu</i>	15.000,00	1,50	1,00
Técnico NA	8.000,00	0,80	2,00
Técnico NI	11.000,00	1,00	2,00
Técnico NS	15.000,00	1,50	2,00
Docente	15.000,00	1,50	2,00
Programa Especial com vínculo	11.000,00	1,00	2,00
Programa Especial sem vínculo	35.000,00	4,00	2,80
Visitante	35.000,00	4,00	2,80

Fonte: Resolução CONSUNI n. 001/93; Anuário da UFMT-1996; Resolução CONSUNI n. 14/05

A maior parte dos documentos institucionais aponta que o preço por refeição pago pelos estudantes de graduação, a grande massa de usuários, é inferior ao custo de cada *bandejão* servido e, embora as demais categorias paguem um valor superior ao custo da refeição, não cobrem as despesas gastas pela Universidade. O Anuário da UFMT-1996 (UFMT, 1997, p. 125) mostrou que o custo médio da refeição era R\$ 0,90 e o valor cobrado dos mais de mil estudantes atendidos diariamente era R\$ 0,50.

Podemos inferir que o Restaurante Universitário foi e ainda é o programa de assistência aos estudantes mais abrangente, além do que atende qualquer universitário que dele queira se utilizar. Mesmo não sendo diretamente vinculado às coordenações de assistência, tem a centralidade no atendimento dos estudantes da UFMT. Estima-se uma média de 1.500 (mil e quinhentas) refeições diárias, sendo 1.100 (mil e cem) no almoço e 400 (quatrocentas) no jantar, campus Cuiabá.

Com vistas a implantar o Restaurante Universitário no campus Rondonópolis, em 2006 houve “a destinação dos recursos necessários para a construção bem como a elaboração do projeto arquitetônico construído coletivamente entre a equipe da PROVIVAS, PROPLAN e comunidade universitária” (UFMT, 2007). Embora a entrega e inauguração do RU em Rondonópolis tenham se concretizado em 2010.

### **2.3.2 Auxílio Alimentação**

Quando do início do funcionamento do Restaurante Universitário, em 1976, o Setor de Serviço Social/DAE ficou responsável por inscrever e selecionar os comensais, isto é, os discentes “mais carentes de recursos”, que obtinham o desconto de 50% no preço das refeições – almoço e jantar. O Setor de Serviço Social classificava os comensais nas classes A e B de acordo com o preenchimento dos requisitos da seleção socioeconômica, como já citamos.

Portanto, o Restaurante servia aos discentes e servidores que passavam pela seleção e quitavam seus carnês para apresentação na entrada. Esporadicamente, alunos de outras instituições que participavam de eventos na UFMT também faziam suas refeições no RU.

Em 1976, do RU serviu refeição a 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) comensais, sendo mais de 90% estudantes. No ano seguinte foram concedidas 144 (cento e quarenta e quatro) Bolsas Alimentação, conforme apontou o Relatório da Área Acadêmica de 1977 (UFMT, 1978, p. 246), apesar de que não foi apenas esse total de pessoas atendidas pelo RU, de acordo com dados demonstrativos do movimento do RU exposto no mesmo Relatório.

Na década de 1980, a Gerência de Assuntos Comunitários/CODAE fazia o controle, junto aos estudantes, do preço das refeições, das atividades administrativas e disciplinares dentro do RU, bem como fazia seleção de bolsistas de Alimentação e para a Bolsa Trabalho Alimentação. Entre os anos 1982 e 83, beneficiaram-se 595 (quinhentos e noventa e cinco) alunos com a Bolsa Alimentação, segundo dados do Relatório referente a esse período (DORILEO, 1984, p. 153).

Já em meados de 90, os alunos que podiam se beneficiar da Bolsa Alimentação eram os bolsistas Atividade. O Setor de Serviço Social/CODAE controlava mensalmente a entrega dos tickets, considerando o calendário escolar, o dia do recebimento dos tickets e a necessidade individual de utilização do Restaurante; por isso,

No cômputo geral, os bolsistas receberam número de tickets diferenciados, considerando-se que nem todos utilizaram o RU diariamente; uns, pela exigência do curso em período integral, outros, com número de aulas semanais reduzido e alguns, por desenvolverem outras atividades, optaram por almoçar em seus lares (UFMT, 1995, p. 111).

Então, os beneficiários da Bolsa Alimentação eram os alunos já envolvidos em outros programas de bolsas, tais como Bolsa Atividade, Bolsa Ensino (Monitoria) e Bolsa CNPq (Iniciação Científica/pesquisa).

Segundo o Relatório referente a 1994, o mês de abril foi o que teve mais procura porque foi quando a CODAE divulgou o resultado da Bolsa Atividade, logo os estudantes incluídos neste solicitaram a Bolsa Alimentação, “ocorrendo uma evasão nos meses subsequentes na solicitação, pelo excesso individual de tickets em consequência da greve dos servidores, que ocorreu do dia 19/04/94 a 02/06/94, com fechamento do RU” (UFMT, 1995, p. 114). O mesmo ocorreu no ano posterior com a deflagração de mais uma greve, em maio.

O mesmo Relatório afirmou que “Há uma diferença no número de bolsistas cadastrados em 94/1 e 94/2 [...], por considerar a variável na entrega de tickets entre os integrantes e a inclusão de monitores, bolsistas do CNPq e os indicados *por coordenadores*” (UFMT, 1995, p. 114, *grifo nosso*). Este trecho demonstra a falta do cumprimento de critérios para seleção socioeconômica, não que estejamos aqui ressaltando e validando esse tipo de seletividade, porém para garantir a permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica é preciso critérios e seu cumprimento igual para todo e qualquer estudante que se candidata ao recebimento de algum benefício.

Nos anos 2000 mudaram o sistema do recebimento do benefício, ao invés dos tickets, os estudantes passaram a receber o valor em espécie correspondente às duas refeições diárias no RU, o que possibilitou a ampliação do benefício para os outros campi

mesmo que esses não tivessem a estrutura do Restaurante Universitário e, por isso, os bolsistas recebiam valor maior que o repassado aos de Cuiabá.

O Auxílio Alimentação<sup>29</sup> foi devidamente regulamentado em 2007. Estabeleceu-se a nomenclatura Auxílio para ser compatível com o recebimento de algum programa de bolsa, uma vez que o estudante não pode vincular-se a mais de uma bolsa, mas tem a possibilidade de acumular os auxílios.

De acordo com a Resolução CONSUNI 04/07 em seu Artigo 7º, tem prioridade para obtenção do Auxílio Alimentação: 1) moradores da Casa do Estudante Universitário; 2) estudantes matriculados em cursos de período integral; e, 3) estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em geral.

A única contrapartida exigida no programa Auxílio Alimentação é o bom desempenho acadêmico, isto é, conseguir aprovação em 85% do número médio de créditos dentre as disciplinas do currículo do curso, por semestre/ano letivo. Apesar de que, assim como ocorre na Bolsa Permanência, quando o rendimento não é alcançado, o aluno é convocado a comparecer na CARE e se justificar. A pedagoga e a assistente social avaliam o caso e decidem se renovam ou cancelam o Auxílio.

A Resolução CONSUNI n° 06/07 acrescentou que “Em período de greve, férias, paralisações e outras situações de força maior, que impliquem no fechamento do Restaurante Universitário, o valor referenciado do Auxílio Alimentação será o do custo gênero da refeição servida no RU à época” (Artigo 4º, Parágrafo 2º). A inclusão desse item foi de suma importância para os estudantes, especialmente para os que, em período de férias ou greve, ficam na cidade do campus executando suas atividades na Universidade.

## 2.4 MORADIA ESTUDANTIL

### 2.4.1 A luta por moradia

Encontramos registros<sup>30</sup> por escrito feito pelos universitários, no início dos anos de 1980, que contam como começou a luta por moradia no campus da UFMT, em Cuiabá: o movimento pró-CEU. Um grupo de estudantes de variados cursos ocupou e acampou no saguão do Instituto de Ciências Exatas e da Terra (ICET) em 80. Dois anos depois, liderados por estudantes de Agronomia, outro grupo invadiu uma sala inutilizada do Centro de Ciências Agrárias (CCA), fundando a Casa Provisória do Estudante Universitário

---

<sup>29</sup> As Resoluções CONSUNI n.º 04, de 18 de abril de 2007; e a n.º 06 de 31 de maio de 2007 regularizam o Auxílio Alimentação.

<sup>30</sup> Arquivo pessoal de um dos militantes do Movimento Estudantil da UFMT na década de 1980-90.

(CAPEU). Nesses espaços habitavam acadêmicos e acadêmicas, em sua maioria oriundos de outras cidades, que não tinham condições financeiras de manter uma residência.

Após várias tentativas de despejo, a Administração Superior da UFMT alugou uma casa no bairro ao lado da UFMT, Boa Esperança, em 1984, transferindo para lá os estudantes acampados. Mas, a CAPEU esteve sempre superlotada e não existindo um programa assistencial que solucionasse o problema de moradia, os estudantes ocuparam uma casa localizada dentro do campus (espaço conhecido hoje como Casarão) no ano seguinte.

Ao terceiro dia do mês de novembro de 1986, na CAPEU, os estudantes moradores reunidos fundaram a Casa do Estudante Universitário (CEU), elegendo a primeira diretoria composta por presidente, Nelson Mores dos Santos; vice-presidente, Aécio Martins de Siqueira; secretário, Valnei José de Melo; e, tesoureiro, Adalberto Andrade de Camargo. Desta reunião lavrou-se a Ata de Fundação da Casa do Estudante Universitário de Mato Grosso, registrada em cartório junto ao estatuto no ano posterior. O presidente era responsável por convocar a assembleia geral dos moradores para definirem as ações de luta, a admissão de novos moradores e resolver questões rotineiras das Casas.

A demanda por moradia era crescente, assim como era a pressão dos estudantes por solução a essa demanda, então a reitoria alugou, em 1987, mais uma casa com capacidade para nove pessoas, localizada no Jardim Petrópolis, onde denominaram CEUP (Casa do Estudante Universitário Provisória). Nesse período 33 estudantes habitavam as casas, sendo 11 na CAPEU, 16 na CEU e 06 na CEUP.

Ao final da gestão do reitor Eduardo De Lamônica Freire foi publicado o *Participação Universitária* (agosto de 1988) com vistas a avaliar o período. De acordo com esta publicação, no ano de 1984, o então candidato a reitor apresentou como um de seus compromissos o de apoiar a construção da CEU, através de projeto interinstitucional. E, já no ano seguinte, como reitor eleito, recebeu a doação de um terreno de 10.000 m<sup>2</sup> no Jardim Itália, conforme a Lei n° 2.285, de 1° de julho de 1985<sup>31</sup>.

Através de diversas manifestações e ocupação de espaços ociosos dentro do campus, o movimento estudantil conseguiu pressionar a Administração Superior para a construção de imóvel próprio e específico para moradia estudantil, a CEU-UFMT. Tanto que se criou, em 1987, a Comissão Pró-Casa do Estudante Universitário<sup>32</sup> encarregada de elaborar o projeto da Casa.

---

<sup>31</sup> Contrariando a informação do jornal *Participação Universitária*, a Resolução CD n° 09/88 autoriza a aceitação da doação de um terreno de 18.102,44m<sup>2</sup>, no Jardim Itália, por parte da Prefeitura Municipal de Cuiabá, conforme escritura matriculada dia 11 de dezembro de 1987.

<sup>32</sup> A Comissão Pró-Casa do Estudante Universitário foi aprovada pela Portaria GR n° 21, de 12 de janeiro de 1987.

A Comissão foi composta pela assistente social da CODAE, um representante da Secretaria de Planejamento e dois representantes do DCE e o presidente da CEU, Nelson Moraes dos Santos. O Artigo 3º da Portaria GR nº 21/87 ressaltava que a Comissão dispunha de todo apoio institucional da UFMT para elaborar o projeto, o qual “deverá espelhar as reais aspirações da classe estudantil”.

Consideramos importante descrever aqui como ficou definido o projeto da CEU elaborado pela Comissão, segundo consta no jornal *Participação Universitária* (UFMT/ASCOM, 1988, p. 12), para comparar com o que os estudantes diziam e o que se concretizou quando da construção:

O projeto, que se divide em oito módulos, prevê a construção de um edifício de quatro pavimentos, com 5.700 m<sup>2</sup> de área construída. O pavimento térreo terá sala de visita, sala de jogos, sala dos departamentos, sala de reunião e refeitório. Os três andares superiores serão destinados a alojamentos feminino e masculino, com capacidade para 96 pessoas. Isto é, cada andar terá 8 quartos, cada qual com quatro camas.

Além do prédio principal, o projeto também previa duas varandas, anfiteatro, quadra de esportes e um quarto para hóspedes.

Para ajudar na construção, a UFMT abriu uma poupança em janeiro de 1988 com Cr\$ 5.000.000,00. No mesmo ano, a Resolução CD nº 09 autorizava a aceitação de um terreno doado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá no bairro Jardim Itália, próximo à Universidade, destinado à construção da CEU e estabelecia o prazo de quatro anos para o término da obra, a contar de 11 de dezembro de 1987: data da escritura de doação. Isso significa que no primeiro período de 1992 já deveria ter estudantes morando na nova CEU.

Foi no mesmo ano em que ocorria a elaboração do projeto que a primeira diretoria da CEU completava um ano de existência e, a beira das eleições de uma nova gestão, aquela lançou o *Construir* para servir de informativo interno da CEU-MT, no qual se lia:

Com o projeto da CEU pronto e acabado o movimento estudantil (DCE, CEU e CAs) tem uma grande e difícil batalha a continuar. Nesses 7 anos de luta, a Administração nunca sequer pensou em construir a CEU.

Não será com peleguismo e conchavos nos gabinetes refrigerados do mesmo reitor que por várias vezes tentou nos expulsar das casas calorentas conquistadas nas lutas, que veremos a CEU construída. E tão pouco será esmolando verbas nos órgãos públicos e materiais nas casas de construção que a CEU se efetivará.

É única a receita para a conquista das nossas reivindicações: MOBILIZAÇÃO. [...] Portanto vamos participar, vamos descruzar os braços e com os punhos cerrados vamos lutar contra a elitização e exigir nosso legítimo direito de ter um ensino público, gratuito, democrático e de boa qualidade (UFMT/CEU, 1987, p. 01-2).

E para completar, contrariaram o que era divulgado pela Administração Superior ao afirmar para os estudantes:

Existe o firme interesse da administração (leia-se Reitor e seus puxa-sacos) em fazer demagogia (ano que vem tem eleição) dizendo querer ver construída a CEU e dá todo apoio [...] jogando nas nossas costas o trabalho e o dever de construir a CEU ('vocês são os interessados', argumentam) e colocando os méritos da construção para eles (UFMT/CEU, 1987, p. 02).

É válido mostrar a contradição dos discursos do movimento estudantil e da instituição, pois sabemos que as conquistas, tal como a construção da moradia estudantil, é fruto do confronto de interesses dos atores envolvidos. Como vemos, os estudantes reivindicavam que a UFMT depositava neles a responsabilidade de angariar recursos e materiais para construção da CEU, enquanto a Universidade divulgava que fazia articulação necessária para receber doações de empresas privadas, instituições públicas e comunidade em geral, já que o MEC não dispunha de verbas para a construção da moradia.

Serve de exemplo, a doação do terreno feita pela Prefeitura de Cuiabá e também o caso do prefeito de Jaciara que contribuiu para construção da Casa do Estudante com cem mil tijolos, tal ato foi comemorado pelo reitor Augusto Frederico Müller Júnior, quem convocou toda comunidade universitária para presenciar a assinatura do termo de doação. No evento o então presidente da CEU, Manoel Francisco Advíncula, relembrou as ocupações e manifestações estudantis ocorridas nos últimos dez anos e ressaltou: “A moradia estudantil sempre foi uma necessidade no processo educacional numa sociedade em que a desigualdade social constitui sério problema, isso deveria ser uma das preocupações principais do Governo” (UFMT/ASCOM, 1990c, p. 04).

Nesse momento havia uma Comissão Especial designada a coordenar as atividades necessárias ao prosseguimento do projeto de construção da CEU, sobretudo para conseguir auxílios financeiros e de materiais de construção de empresas públicas e privadas para ser utilizados na obra.

Na entrada dos anos de 1990 o reitor Frederico Müller e a coordenadora de Assistência aos Estudantes, Thânia Monteiro Arruda, discutiram com representantes de CA e DCE os rumos dos programas de assistência para aquele ano (UFMT/ASCOM, 1990a). Na reunião, o reitor explicou que a Casa do Estudante não seria financiada com recursos do Tesouro Nacional, pois era um compromisso de sua administração e conclamou “a viabilização da obra tem que passar por seu elevado custo e para isso deve haver participação da comunidade estudantil”. A ideia era que em conjunto – estudantes e vice-reitoria – realizasse eventos culturais no intuito de angariar recursos financeiros destinados à construção. Embora os representantes estudantis alegassem que isso não bastaria, seria preciso viabilizar outras fontes de recursos, sobretudo do governo federal, por meio do Ministério da Educação, que tem a obrigação de garantir condições básicas de vida aos estudantes.

Thânia Arruda anunciou que a obra finalmente começaria em maio de 1991 em reunião com representantes do DCE, CA e CEU, dia em que os estudantes conheceram a estrutura da recém-criada PROACE. Na ocasião foi explicitado o novo projeto para a CEU: seriam onze casas com capacidade para 252 pessoas – oito prédios de dois pavimentos abrigariam 216 leitos e três com um pavimento, cada qual comportaria 12 estudantes. Além de uma quadra esportiva e uma pista de ciclismo.

Para complementar os recursos inicialmente deixado pelo reitor De Lamônica, a UFMT articulava apoio com as instituições, destas algumas prefeituras municipais, tais como de Jaciara, Poconé, Rondonópolis, Sinop, Sorriso e São José dos Quatro Marcos, estariam dispostas a colaborar com a construção da CEU, uma vez que muitos jovens se deslocam das cidades do interior para estudar na capital, informou o *Caminhando*, em 08 de maio de 1991.

Finalmente a CEU foi inaugurada no dia 10 de maio de 1993 numa breve cerimônia que contou com a presença dos estudantes, da coordenadora de Assistência aos Estudantes, Eliane Maria Miranda Kock, do pró-reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis, Edgar de Oliveira, e de outros pró-reitores e da reitora Luzia Guimarães.

A CEU entregue tinha capacidade para abrigar 36 pessoas dentre os dois módulos finalizados. Um deles foi constituído por apenas um pavimento com quatro quartos, cozinha e banheiro coletivo; o outro tinha dois pavimentos, sendo composto pelo dobro de cômodos. Em cada quarto havia três camas, armário e banquetas para estudo. Ficou definido, naquele momento, que o primeiro bloco seria a casa feminina e o segundo masculina, portanto caberiam 12 pessoas do sexo feminino e 24 masculino. A moradia estudantil continha ainda uma área de serviço comum aos dois módulos e uma guarita na qual ficaria guarda diuturnamente (UFMT/ASCOM, 1993, p. 25).

No dia 11 de maio, os 36 estudantes selecionados assinaram o termo de compromisso com a CODAE e ocuparam a CEU. Inicialmente o bloco que só tinha térreo se tornou uma casa mista, onde dividiam seis moças e seis rapazes. Cabe lembrar que, conforme o projeto, faltava ainda a construção e entrega de nove blocos onde habitariam mais 216 estudantes. Porém, isso nunca veio a se concretizar.

Alguns anos depois a CEU do Jardim Itália ficou inteiramente para estudantes do sexo masculino. A Casa, localizada no bairro Boa Esperança, foi destinada às estudantes do sexo feminino, além de outra casa dentro do campus que as hospedavam, abrigando 13 alunas.

A PROACE, por meio da CODAE, junto ao DCE e CA organizaram o I Seminário sobre Moradia Estudantil ao final de 1992. Participaram os representantes das Casas de Estudante (Feminina e Masculina), a coordenação e a assistente social da CODAE. Deste Seminário saiu a proposta do Regimento Geral da Moradia Estudantil.

No intuito de regulamentar e oficializar o vínculo institucional das CEU-UFMT, o Regimento foi aprovado pelo CONSUNI, em reunião realizada em 29 de abril de 1993, publicado através da Resolução CONSUNI nº 02/93.

#### 2.4.2 CEU

O primeiro Regimento Geral da Moradia Estudantil expressava que a Casa do Estudante marcava a “efetivação e alargamento da cidadania universitária, assim sendo, a moradia estudantil, posta hoje, é a configuração de um processo democrático forjado no calor da luta pelo ensino público e de boa qualidade” (UFMT, 1993b, p. 2). O público alvo da Moradia era, em ordem de prioridade, os estudantes de graduação e os de pós-graduação *stricto sensu* regularmente matriculados e comprovadamente de baixa renda.

Os objetivos expostos eram:

Art. 2º- Contribuir com a democratização da educação, permitindo o ensino universitário mais acessível às camadas menos favorecidas da sociedade...

Art. 3º- Incentivar os aspectos sócio-político-educativos no ambiente universitário, evitando assim, o caráter assistencialista, paternalista e clientelista.

Art. 4º- Ser um canal de extensão universitária, no sentido de integrar a Universidade com a sociedade.

Constituiu-se o Conselho de Moradia para administrar e supervisionar desde a seleção dos candidatos, perpassando às normas, disciplinas de convivência, apoio e serviços necessários na residência, até a saída de cada morador. Faziam parte do Conselho a coordenação da CODAE, no cargo de presidente, a assistente social, dois estudantes moradores e um membro do CONSUNI.

Os candidatos à Moradia precisavam se inscrever na CODAE, no período delimitado, geralmente no início dos semestres letivos, com apresentação de comprovante de matrícula, de renda familiar e do atestado de residência, pois a Moradia Estudantil sempre visou o atendimento de estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica e, principalmente, que não tenha familiares residentes no município ou adjacências do campus.

O estudante admitido devia obedecer as normas do Regimento, bem como respeitar as normas internas de organização da CEU, uma vez que os moradores tinham autonomia de organizar a administração e direção interna das moradias. O período de acolhimento do estudante na Moradia coincide com o período mínimo de integralização do curso, podendo ser excluído da Casa, após avaliação e deliberação do Conselho de Moradia, se ultrapassasse dois semestres do prazo, conforme o Inciso IV, Art. 22. E mais, o Parágrafo

Único do mesmo Artigo completa: “o morador que mudar de curso deverá obedecer o tempo de permanência de acordo com o curso anterior”.

O Regimento Geral da Moradia Estudantil da UFMT foi aprovado também pelo Conselho Diretor através da Resolução CD nº 22/94. Onze anos depois o Regimento foi alterado e publicado por meio da Resolução CONSUNI nº 06 em 04 de maio de 2005.

No novo Regimento os objetivos da Moradia expressos no Artigo 2º foram:

- I. Contribuir com a democratização da educação, permitindo a Educação Superior mais acessível às camadas menos favorecidas da sociedade...
- II. Assegurar alojamentos diferenciados a estudantes de ambos os sexos...
- III. Estimular e oportunizar aos universitários, na convivência grupal, o fortalecimento do espírito cooperativo e solidário, a compreensão dos seus direitos e deveres no ambiente comunitário;
- IV. Incentivar os aspectos sócio-educativos no ambiente universitário, evitando assim, o caráter assistencialista, paternalista e clientelista;
- V. Ser um canal de Extensão Universitária, no sentido de integrar a Universidade com a sociedade.

Na composição do Conselho Moradia permaneceu como presidente o coordenador da CARE ou seu representante, uma assistente social da CARE, um representante do CONSUNI e dois moradores, sendo um do sexo feminino e outro do masculino; e foi acrescentado um representante da administração do campus e um representante dos discentes, indicado pelo DCE. Cabe apontar que na publicação desse novo Regimento o campus Rondonópolis também já havia CEU feminina e masculina, e cada um dos campi tinha seu Conselho de Moradia.

Acrescentou-se também a necessidade de renovar o pedido de permanência na Moradia Estudantil anualmente e assinatura de um novo Termo de Ocupação. Exigiu-se, assim como nos programas de bolsas, o bom desempenho acadêmico, num total mínimo de 85% de aprovação dos créditos do período letivo.

Tanto no Regimento de 1993 (Art. 21) quanto no de 2005 (Art. 17) há previsão de hospedar estudantes universitários em trânsito, por no máximo dez dias, desde que sua estada seja autorizada pela Coordenação e assinado o Termo de Compromisso.

O Relatório da PROACE-1995 (UFMT, 1996, p. 115) descreveu que a CEU mantida dentro do campus passou por reformas naquele ano para melhorar o convívio das moradoras. E que “Os moradores se organizaram e começaram a promover eventos para a manutenção da CEU, com a compra de fogão, geladeira, vídeo, etc.”. Outra reforma estrutural nesse espaço ocorreu em 2001. E em 2009, após repetidos problemas pela falta de segurança do local, as meninas se alojaram numa casa alugada no bairro Boa Esperança.

Em Cuiabá, mesmo com a existência do prédio construído para abrigar a CEU masculina, e o espaço ocupado para este fim dentro do campus, a UFMT sempre teve que

alugar outros imóveis para abrigar mais estudantes dentro do programa de Moradia Estudantil.

Em sua maioria, os estudantes que moram na CEU integram algum programa de bolsa, sendo hoje a Permanência a que mais os ampara, bem como recebem o Auxílio Alimentação. Não se beneficiam desses três programas aqueles que por ventura são bolsistas de outro programa (Iniciação Científica, Extensão, etc.), ou aqueles que foram desligados por não obedecer todos os critérios exigidos, sob avaliação da CARE.

### **2.4.3 Auxílio Moradia**

Diante das dificuldades de manutenção de imóveis e serviços – tais como pagamento de energia e água, entrega de água mineral, reparos, poda de árvores, dentre outros – de um lado, e do aumento do número de estudantes oriundos de outros lugares do país ocasionado com a mudança do sistema de ingresso nas IFES, a UFMT para lidar com a demanda crescente por moradia criou o Auxílio Moradia<sup>33</sup>. Este consiste no pagamento/transferência de recurso financeiro para o aluno que deve utilizá-lo exclusivamente com moradia, apresentando no final de cada semestre, junto à renovação, o comprovante de pagamento de aluguel.

O Auxílio Moradia, conforme Art. 8º. Está condicionado a não existência de vagas na Casa do Estudante, por isso em Cuiabá e Rondonópolis é concedido após preenchimento das vagas nas CEU. Nos outros campi – Barra do Garças e Sinop – criou a possibilidade de prestar assistência aos estudantes no quesito habitacional, dantes desprotegido devido a inexistência de CEU.

A seleção dos estudantes tem as mesmas características dos demais benefícios geridos pela CARE/PROCEV, sobretudo os requisitos exigidos para a Moradia Estudantil. Isto é, estar regularmente matriculado em primeiro curso de graduação ou de pós-graduação *Stricto Sensu* da UFMT, estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica e não possuir domicílio/familiares em Cuiabá ou Várzea Grande para o campus Cuiabá, em Rondonópolis ou Sinop para os respectivos campi e em Barra do Garças, Pontal do Araguaia ou Aragarças (GO) para o campus de Barra do Garças ou de sua unidade em Pontal do Araguaia (Art. 5º da Portaria GR nº 631/10).

Este programa também exige a condicionalidade do bom desempenho acadêmico como os demais já descritos.

É interessante apontar que a moradia estudantil é a primeira ação exposta nos dois documentos do PNAES, e na sequência está a alimentação, pois são ações imprescindíveis

---

<sup>33</sup> O Auxílio Moradia foi aprovado pela Portaria GR nº 631, de 16 de agosto de 2010.

para a existência do estudante, tanto para sua sobrevivência humana, quanto para sua condição de estudo, de pensar e se preparar.

## 2.5 ATENÇÃO À SAÚDE

A atenção à saúde também é uma das ações mencionadas pelo PNAES. Na UFMT sempre houve uma articulação entre o setor de assistência ao estudante com o de saúde para o atendimento dos estudantes. Tanto que o Serviço Médico criado pela Universidade, em 1972, tinha como um de seus objetivos prestar assistência médica aos universitários e servidores da referida instituição, por meio de exames clínicos aos aprovados no vestibular<sup>34</sup>, atendimento ambulatorial, fornecimento de atestado médico e atestado de sanidade física e mental, bem como encaminhar os estudantes e servidores, quando necessário, a serviços especializados.

Aliás, o Serviço Médico tinha também como finalidades: a) prestar assistência médica aos universitários mato-grossenses nos Jogos Universitários Brasileiros; b) controlar, periodicamente, através de exames dermatológicos, os usuários do Parque Aquático; c) assistir os estudantes na Prática obrigatória de Educação Física; d) colaborar na assistência médica prestada aos índios junto à Missão Anchieta (UFMT, 1973c).

O Relatório de Atividades da VRAC do primeiro período de 1973 (UFMT, 1973c, p. 265) expôs: “não faz muitos anos o nosso Ministério tinha este binômio: Educação e Saúde”. Complementou: “Em termos de preparação do homem, estas duas palavras são mesmo inseparáveis. Pois uma completa a outra. Podemos modificar-lhes as posições e a situação é sempre a mesma: uma é pré-requisito da outra”. Mesmo após a separação dos Ministérios persistiu a necessidade de haver programa que contemplasse a saúde na educação, por um lado, para atender estudantes e servidores, e, por outro, para servir de campo de estudo e estágio para os cursos da área de Saúde, o que ocorreu posteriormente.

É válido destacar os trechos do Relatório de Gestão da primeira década de funcionamento da UFMT, carregado do discurso desenvolvimentista e humanista da época, como vemos em:

O Serviço Médico da UFMT é consciente de que onde os homens são mais sadios e possuem mais sabedoria o trabalho se torna mais eficiente e mais rentável, oferecendo mais largas possibilidades para o progresso e para o desenvolvimento, constituindo estes fatores nas fontes garantidoras do engrandecimento econômico de um país.  
E é esta a missão da Universidade. (UFMT, 1973c, p. 266).

---

<sup>34</sup> Naquele período, para que o aluno pudesse se matricular no curso era preciso passar pelo Setor Médico e fazer exames clínicos para, então, obter o atestado de sanidade física e mental, um dos documentos exigidos na matrícula.

Sendo assim, a Universidade procurou dar atenção à saúde da comunidade universitária e, com a articulação do DAE, voltou-se ao atendimento dos alunos, na medida do possível.

A Coordenação de Assistência e Benefícios ao Servidor (CABES) foi criada para prestar serviços à comunidade acadêmica, como atendimento de emergência, encaminhamento para serviços especializados, realiza campanhas dentro da instituição: doação de sangue, vacinação, prevenção de DST, da dengue, dentre outras. Ela está subordinada à Pró-Reitoria Administrativa.

Em 1994, a CABES implantou o Plano Básico de Saúde, o que possibilitou a ampliação do número de atendimento médico aos estudantes através do Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM) e o Centro de Saúde-Escola (CSE). Para algumas especialidades não existentes nesses locais, procurou-se a parceria através do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Universidade de Cuiabá (UNIC) por meio do Hospital Geral Universitário (HGU).

O trecho do Relatório de Atividades da PROACE de 1995 (UFMT, 1996, p. 152) confirma a necessidade de articulação da UFMT com os serviços de saúde:

Um dos objetivos do Setor de Serviço Social [da CABES] é o atendimento na área da saúde, quanto ao encaminhamento e acompanhamento nas áreas clínicas, odontológica e laboratorial. Os problemas apresentados pelos alunos, muitas vezes com atendimento de filhos e/ou familiares, vêm de exigir soluções imediatas, cuja viabilização requer envolvimento com vários segmentos ligados às Instituições da UFMT e da comunidade, na mobilização de recursos.

Além dos atendimentos emergenciais aos estudantes, ocorridos esporadicamente, a CABES colabora semestralmente com a Coordenação de Articulação com Estudantes na realização dos exames clínicos necessários a entrada dos estudantes selecionados para a Moradia Estudantil. Bem como no tratamento psicológico dos bolsistas encaminhados pela assistente social ao serviço.

## 2.6 TRANSPORTE

Ano a ano o número de estudantes da UFMT aumentava, com isso crescia a utilização do transporte coletivo, o que gerava para os usuários gasto com as passagens, logo dificuldades financeiras, sobretudo a quem já vivia em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Em 1976, diante das dificuldades expostas pelos estudantes, a chefe do Setor de Serviço Social/DAE, Nairdes Campos Damasceno, entrou em contato com o prefeito de Cuiabá, Manoel Antônio Rodrigues, e com o diretor da empresa concessionária do

transporte coletivo no intuito de conseguir desconto nas passagens de ônibus para os estudantes da UFMT que utilizavam esse serviço. Nesses contatos, a assistente social do DAE propunha que o desconto fosse de 50%, independente de o aluno ser morador na zona urbana ou suburbana da capital, bem como para os universitários que habitavam nas cidades circunvizinhas (UFMT, 1977b, p. 32).

Depois das negociações, o DAE recebeu um comunicado procedente da Prefeitura informando da decisão do Conselho Interministerial de Preços: o desconto solicitado foi concedido, porém havia diferenciação segundo o local de moradia. Os alunos que usassem as linhas intermunicipais teriam 50% de desconto na tarifa e os da zona urbana o desconto seria de 30%. Desta feita, o DAE deveria emitir atestados comprobatórios de matrícula dos alunos interessados, resultando no encaminhamento de 318 atestados em 1976.

No 'campus' da Universidade Federal de Mato Grosso, criou-se um consenso da necessidade de melhoria dos serviços de transportes coletivos para a população que estuda e trabalha na Instituição. Em decorrência da alta taxa de crescimento vegetativo anual do corpo discente, docente e administrativo, o serviço de transporte coletivo insere como exigência, para manutenção da assiduidade e pontualidade das pessoas que possuem compromisso neste estabelecimento de ensino superior (UFMT, 1977b, p. 33).

Esse trecho integra a justificativa do Estudo sobre o Fluxo Viário de Estudantes da UFMT (1978), estudo este desenvolvido pelo Setor de Serviço Social do DAE e orientado pela Coordenação de Apoio à Pesquisa e Extensão (CODAPE). O objetivo da pesquisa foi verificar o fluxo viário dos acadêmicos da UFMT, com vistas a implantar uma linha de ônibus com destino à cidade universitária, uma vez que havia linhas de ônibus que passavam próximo à Universidade e não por dentro dela, dificultando o acesso a determinados prédios mais afastados da avenida.

O relatório do Estudo possibilitou a interlocução e a formalização de compromissos com a direção da empresa de transporte coletivo local para o atendimento dos anseios e necessidades da comunidade universitária com a implantação da linha de ônibus dentro do campus.

Não desconsideramos aqui a presença e a pressão dos estudantes para obtenção desses resultados satisfatórios, tanto que em 17 de dezembro de 2001 foi sancionada a Lei nº 4.141, a Lei do Passe Livre Estudantil, através da qual ficou aprovada a circulação gratuita dos estudantes de qualquer nível de ensino, tanto da rede pública como privada, no sistema de transporte coletivo da capital, conforme critérios estabelecidos, tais como residir em Cuiabá e a mais de dois quilômetros do estabelecimento de ensino, como também comprovar os dias de atividades letivas.

Também se inclui nesta área, o transporte disponibilizado pela UFMT para as aulas de campo e para a participação em eventos fora da cidade do campus. Através de recursos

da assistência estudantil, a CARE faz a seleção das viagens solicitadas pelos estudantes, e colabora com o transporte, por meio do veículo, combustível e a diária de motorista, segundo os valores planejados e permitidos.

## 2.7 PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

### 2.7.1 Participação em eventos

O primeiro registro de participação dos estudantes em atividades acadêmicas fora do campus que encontramos foi a participação em viagens de prática de campo (ou aula de campo), de estudos e de congresso durante os anos de 1982 e 1983 (DORILEO, 1984, p. 160), através dos dados referente ao Seguro de Vida Coletivo a 140 (cento e quarenta), necessário para a saída do campus. O Seguro engloba assistência médica e indenização nas intempéries que porventura viessem a ocorrer aos participantes das viagens.

No Relatório de Atividades da PROACE de 1994 foram descritas as viagens realizadas pelos estudantes com a colaboração da Pró-Reitoria, seja pelo atendimento com ônibus, seja pelo atendimento com passagens distribuídas por cotas entre os Centros Acadêmicos solicitantes.

Em 2006, a PROVIVAS definiu como Bolsa Evento o apoio aos estudantes e às organizações estudantis, por meio de ajuda de custo, por ocasião de apresentação de trabalhos científicos ou participação em congressos nacionais e regionais. Neste ano, conforme Relatório, houve aumento de 25% do valor orçamentário para a Bolsa Evento.

Esse suporte tem representado um estímulo importante do ponto de vista acadêmico e da formação profissional dos estudantes. O que se tem observado é um forte crescimento da demanda ano a ano e isso pode significar que o investimento feito pela Universidade retorna em maior produção (UFMT, 2007a).

No ano seguinte foi regulamentado o Auxílio Evento<sup>35</sup> como um suporte aos estudantes de graduação e pós-graduação para apresentarem trabalhos em eventos científicos no Brasil, bem como para participar em eventos político-estudantis, artísticos ou esportivos. O valor disponibilizado é o referente ao custo da passagem terrestre de ida e volta à cidade sede do evento.

---

<sup>35</sup> A Resolução CONSEPE n.º 51, de 14 de maio de 2007 regulamenta o Auxílio Evento.

**Tabela 11 – Número de alunos beneficiados com Auxílio Evento por alunos da graduação e pós-graduação – UFMT – 2005-2010**

Ano	Total de alunos matriculados na graduação e na pós-graduação	Número de alunos Beneficiados	Razão entre o nº de alunos beneficiados e o total de alunos da graduação e pós-graduação (%)
2007	16.473	835	5,06
2008	21.181	1.070	5,05
2009	18.405	1.333	7,24
2010	22.923	1.524	6,64

Fonte: CARE/PROVIVAS-PROCEV – Prestação de Contas/Exercício Anual

O Tabela 11 mostra que foi crescente o número de auxílios oferecidos pela UFMT durante o período, assim como teve aumento do número de estudantes de pós-graduação e de graduandos com bolsas de pesquisa, o que implica maior demanda por Auxílio Evento, uma vez que esses acadêmicos participam mais de encontros científicos para apresentação de seus trabalhos.

Portanto, proporcionalmente o número de auxílios disponibilizados deveria ser superior ao que foi oferecido nesses anos.

#### 2.7.1.1 Realização de Eventos

Desde a década de 1980 a Coordenação de Assistência ao Estudante apóia a realização da Semana do Calouro, no intuito de promover a interação dos novos discentes na vida universitária. Além da recepção aos calouros, por vezes os estudantes organizam encontros seja com fins políticos, acadêmicos, artísticos ou esportivos e recorrem ao apoio e suporte institucional. Por isso, considerando a necessidade de regular a utilização do espaço físico do campus para festa, evento e alojamento, o CONSUNI aprovou a Resolução nº 10/2008. Nela foram expostas as condições da UFMT, campus Cuiabá, para realização dos eventos das entidades de classe, sobretudo da estudantil.

Ficou assegurada, no Art. 1º, a realização de um evento estudantil nacional por ano (incluindo transporte e alojamento), cujo projeto deve ser encaminhado à Administração Superior para apreciação, com antecedência mínima de seis meses da data proposta. E mais, assegurou a construção de um espaço adequado à concretização dos eventos, cuja elaboração do projeto seria acompanhada pelo DCE, conforme Art. 2º.

A Resolução mencionada ainda normatiza sobre os espaços externos da UFMT, como as quadras e estacionamentos, que podem ser utilizados para realização de festas, mediante autorização da Prefeitura do Campus e atendendo às normas institucionais. Para finalizar, regulamentou a realização de eventos locais e/ou regionais nos Institutos e Faculdades ficando a cargo das respectivas congregações deliberarem sobre a liberação dos mesmos.

### 2.7.2 Cursos de idiomas

O Instituto de Linguagens estabeleceu, nos anos 2000, uma cota nos cursos de idiomas oferecidos para inserção dos estudantes bolsistas sem que estes paguem pelas mensalidades. Ainda como suporte, desde 2009, os bolsistas matriculados nesses cursos são beneficiados com o material didático pago através dos recursos da assistência estudantil.

### 2.7.3 Inclusão digital

A inclusão digital integra o conjunto de ações de assistência estudantil previstas pelo PNAES. De 2009 a 2010, a CARE/PROCEV junto ao Instituto de Computação (IC) organizaram cursos de computação, tais como: iniciante, internet, Portal de Periódicos.

## 2.8 POLÍTICA DE BOLSAS ESTUDANTIS

Em 2004, o CONSUNI aprovou a Política de Bolsas Estudantis da UFMT<sup>36</sup>, cuja finalidade consistia em “incentivar os estudantes a produzir conhecimento e trabalho no seio da Universidade e auxiliar financeiramente a sua permanência na Instituição”, conforme descrito na Resolução CONSUNI nº 10/04, Art. 1º.

As bolsas integrantes à Política eram: Bolsa Pesquisa, Bolsa Extensão, Bolsa Evento, Bolsa Permanência, Bolsa Aula de Campo e Bolsa Monitoria. Sendo a Bolsa Pesquisa de responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPEq); a Bolsa Aula de Campo e Monitoria a cargo da Pró-Reitoria de Graduação (PROEG); e as demais da Pró-Reitoria de Vivência Acadêmica e Social.

Ficou garantido pela mesma Resolução que o número de oferta de bolsas não seria inferior que 605 (seiscentos e cinco), quantitativo de 2004. Quanto ao valor das bolsas seguiria o valor de referência utilizado pelo PIBIC-CNPq, portanto as bolsas cuja carga horária fosse de 20 horas, a remuneração era a mesma que a dos bolsistas de Iniciação Científica, e as de 12 horas teria proporção equivalente. Exceto os valores das bolsas Aula de Campo e Evento que seguem a dotação orçamentária liberada anualmente, segundo o Art. 4º (Resolução CONSUNI nº 10/04).

A Resolução CONSUNI nº 05, de 05 de maio de 2010, alterou o Artigo 2º da Resolução CONSUNI nº 10/04, acrescentando à Política de Bolsas Estudantis: Programas de Tutoria, Mobilidade Acadêmica, de Apoio à Inclusão e Bolsa Moradia. Sendo apenas a

---

<sup>36</sup> A Política de Bolsas Estudantis foi aprovada pela Resolução CONSUNI nº 10, de 14 de setembro de 2004.

última de responsabilidade da CARE/PROCEV. As demais são operacionalizadas pela PROEG.

## 2.9 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Em 2005, o Plano de Desenvolvimento Institucional: 2005-2010 (PDI) publicou as estratégias da Gestão Institucional, dentro desta previu-se a Política de Atendimento aos Discentes. Nela, a assistência estudantil é considerada, como já citamos, direito de todo estudante de ter condições de permanecer na Universidade, independente de sua condição física ou financeira.

Para tanto, mencionou a importância das residências estudantis e restaurantes universitários, bem como a necessidade de um programa de bolsas de apoio estudantil, isto é, “ajuda financeira a ser repassada ao estudante com o objetivo de atender às necessidades básicas do aluno de baixa renda”, explica o PDI (2005, p. 62), para viabilizar a permanência na Universidade e a conclusão do curso no tempo previsto.

Os objetivos da Política de Assistência Estudantil apontados no PDI 2005-2010 (UFMT, 2005, p. 63) foram:

1. Promover o acesso e a permanência de todos os estudantes no Ensino Superior, independentemente de sua condição física ou socioeconômica;
2. Assegurar a todos os estudantes igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica;
3. Propiciar ao estudante a formação integral, estimulando a participação em atividades científicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer;
4. Garantir e ampliar os direitos sociais relativos ao acesso e a permanência dos estudantes de baixa renda na graduação através de programas de Assistência Estudantil;
5. Estabelecer e criar programas e projetos referentes às atividades acadêmicas, de moradia, de alimentação, culturais, artísticas, de saúde e de lazer;
6. Criar e ampliar programas de bolsas de apoio acadêmico;
7. Possibilitar um espaço de discussão das políticas acadêmicas e pedagógicas da Universidade;
8. Incentivar a realização de eventos estudantis e acadêmicos e a participação dos estudantes em eventos realizados em outras instituições.

No mesmo ano, a PROVIVAS organizou um encontro do Fórum de Assistência Estudantil na UFMT, do qual foi designada uma comissão<sup>37</sup>, coordenada pela PROVIVAS, para constituir nova reunião do Fórum que propusesse a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso a ser encaminhada para o pleno para deliberação.

Após o Relatório Final do Fórum de Assistência Estudantil realizado pela Comissão Especial designada pelo CONSUNI, considerando que a assistência estudantil configura a

---

<sup>37</sup> A Comissão pró-organização do Fórum da Política de Assistência Estudantil foi disposta na Resolução CONSUNI nº 10, de 09 de junho de 2005.

materialização de um direito social inerente aos discentes foi aprovada a Política de Assistência Estudantil da UFMT através da Resolução CONSUNI nº 09, em 21 de agosto de 2008. Lembrando que nesse ano começou a ser implementado o PNAES, por meio da Portaria Normativa do MEC nº 39/2007, com a definição e distribuição de recursos financeiros nas IFES.

A Política de Assistência Estudantil da Universidade está de acordo com os seguintes princípios, expostos na Resolução referida (Art. 3º):

1. Afirmação da educação superior como uma política de Estado;
2. Gratuidade do ensino;
3. Igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso;
4. Formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
5. Garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
6. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
7. Orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
8. Defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos;
9. Pluralismo de idéias e reconhecimento da liberdade como valor ético central.

Os objetivos da Política de Assistência Estudantil são os mesmos descritos no PDI 2005-2010, já citados acima. E para efetivação dos objetivos a UFMT buscará: I. desenvolver ações que garantam aos estudantes a igualdade no acesso, na permanência e na conclusão do curso; II. estabelecer e ampliar programas e projetos já existentes, sobretudo os de acessibilidade, orientação e mobilidade; III. apoiar e incentivar ações de cultura, esporte e lazer que propiciem a formação de cidadãos e desenvolvam na comunidade estudantil uma consciência ética, social, política e profissional.

Os programas prioritários especificados na Política são: Bolsa Permanência, Bolsa Moradia, Auxílio Evento e Auxílio Alimentação, com abertura para criação de novos programas quando se configurarem necessários e de acordo com o orçamento anual voltado à assistência ao estudante. A Política endossou as resoluções que diziam respeito a cada programa<sup>38</sup> já desenvolvido.

Considera-se, pois, a assistência estudantil como o direito de todo estudante de ter condições de permanecer na Universidade, independente de sua condição física ou financeira, e ser tratado com igualdade, respeitando-se as diferenças, e possibilitando, assim, uma formação universitária ampla, através da produção de conhecimento, melhoria

---

<sup>38</sup> É necessário esclarecer que as denominações Bolsa e Auxílio são utilizadas diferentemente, pois dentro da instituição não é possível acumular mais de um tipo de Bolsa. Enquanto os auxílios são passíveis de conciliação.

do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. Embora a maior parte dos programas seja voltada para a seletividade socioeconômica na ânsia de minimizar a condição de vulnerabilidade dos estudantes oriundos das classes populares.

### 3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMT NA PERSPECTIVA DOS GESTORES

A assistência ao estudante da Universidade Federal de Mato Grosso sempre fizeram parte do cotidiano da instituição, conforme já descrevemos. No intuito de complementarmos as informações obtidas na documentação pesquisada, realizamos entrevistas com servidores técnicos e docentes que já ocuparam o cargo de pró-reitor e coordenador do setor responsável pela assistência estudantil.

Para apresentarmos o resultado das entrevistas e reconstruirmos a história da assistência estudantil na UFMT, optamos por expor as falas dos sujeitos na ordem cronológica. Lembrando que não conseguimos entrevistar representantes de todas as gestões devido a algumas dificuldades, por isso apresentamos aqui os cenários e os desafios da assistência estudantil no período de 1988 a 2010.

#### 3.1 A CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A concepção assistência estudantil nem sempre esteve definida em normativa ou resolução, mesmo por que, como já mencionamos, por muitos anos as ações voltadas a amparar o estudante universitário eram pontuais e isoladas, não se configuravam como uma política consolidada. Sendo assim, cada universidade agia ou reagia de acordo com os mandos do MEC, suas possibilidades, suas necessidades locais, os interesses da reitoria, pressionada pela comunidade acadêmica, sobretudo pelos discentes e docentes.

Na UFMT, os Relatórios de Atividades publicados nas primeiras gestões, descritos anteriormente, divulgavam que a assistência estudantil tinha como finalidade promover a ajuda ou auxílio aos estudantes desfavorecidos financeiramente, por vezes ainda diziam os estudantes carentes, para solucionar seus problemas. Esse discurso remete a uma concepção assistencialista de “ajudar os pobres”, prestar serviço ao merecedor da ajuda, como se este fosse o problema social a ser solucionado.

Do final dos anos 1980 em diante, o discurso que se fez, e faz, é justamente de superar o assistencialismo caracterizando a assistência estudantil como colaboradora no processo de formação. Assim sendo, ela concede benefícios, mas que esses benefícios sejam para além da ajuda financeira, uma forma de investimento na formação e capacitação do estudante. Afirmou Costa (2010, p. 183) “Há uma preocupação por parte dos envolvidos com a política de assistência estudantil de que essa tenha por objetivo promover a qualidade do ensino permitindo que os graduandos possam ingressar e concluir seus cursos de graduação”.

Tal fato pode ser verificado a partir da gestão do reitor Frederico Müller (1988-1992), quando a Coordenação de Assistência ao Estudante estava preocupada em eliminar o

caráter assistencialista das bolsas oferecidas aos estudantes, investindo em bolsa de apoio acadêmico voltada para o ensino, não se limitando à transferência de renda imediatista. Nas palavras da coordenadora Thânia Arruda<sup>39</sup>:

*As bolsas que a gente investia não era a bolsa permanência, nem tinha esse nome, nem existia essa bolsa, a gente trabalhava com a monitoria, porque tava trabalhando a formação acadêmica do estudante, então a bolsa mais valorizada era a monitoria e em seguida vinha a iniciação científica e extensão. Nós não tínhamos a bolsa permanência, nunca trabalhamos com esse conceito. Como não trabalhava com esse conceito, a gente também não tinha a questão do serviço social atuando como triagem [...] porque não é a assistência que vai mudar a vida do estudante, então a gente trabalhou não em cima disso, em cima de que, esse estudante que ta aqui se ele investir na sua formação acadêmica ele com certeza vai ser um profissional que vai disputar mercado em outras condições tal, então a gente começou a diminuir tudo que estava relacionado a essa assistência da troca e fazer de uma forma até forçada que esses estudantes participassem da monitoria, da iniciação científica e da extensão que eram as três bolsas que a gente trabalhava na época.*

A ênfase na formação acadêmica, em detrimento do caráter assistencialista, é percebida também na fala da coordenadora seguinte, Eliane Miranda<sup>40</sup>, da gestão da reitora Luzia Guimarães (1992-1996), relacionando a concepção de assistência estudantil com a nomenclatura da Bolsa:

*O entendimento de assistência estudantil nessa gestão era de fazer uma política voltada à assistência ao estudante, mas relacionada com a atividade acadêmica para que não fosse prejudicial para ele, porque ele tinha sua necessidade, mas também tinha que estudar. Então a política da administração foi essa por isso que criou-se essa Pró-Reitoria [referindo-se a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROACE] foi especificamente de assistência estudantil, então que era pra poder até angariar mais recursos, porque antes não tinha esse recurso, não tinha pró-reitoria. Então esse que foi o entendimento e daí que nós começamos [...] uma reestruturação toda com o recurso que tinha e se criou a modalidade de Bolsa Atividade que antes era chamada de Bolsa Trabalho e pra tirar esse nome, essa nomenclatura Bolsa Trabalho, falar que ele ta trabalhando, que ele é servidor, transformou em Bolsa Atividade, e essa Bolsa Atividade é relacionada com a sua área de conhecimento.*

É importante apontar que a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis não era específica de assistência estudantil, pois se tratava igualmente da Extensão. Contudo ainda que não fosse específica, a criação da PROACE permitiu articulação mais direta, tanto da assistência como da Extensão, com os recursos financeiros e toda gestão administrativa. Como afirmou, posteriormente, a mesma coordenadora ao dizer que a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis foi criada para assumir as demandas estudantis e de extensão, situar-se mais próxima dos estudantes, “era pra poder até angariar mais recursos, porque antes não tinha esse recurso, não tinha pró-reitoria”.

<sup>39</sup> Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2011.

<sup>40</sup> Entrevista concedida no dia 21 de dezembro de 2011.

Na gestão do reitor Paulo Speller (2000-2008), a Coordenação de Articulação com Estudantes suprimiu a CODAE, pois conforme Marilda Matsubara<sup>41</sup>, pró-reitora de vivência acadêmica e social (2000-2008), a mudança do nome da Coordenação aconteceu por quê:

*A CARE é articulação com os estudantes, porque [a assistência estudantil] não é uma coisa que você vai dar para os estudantes, é uma coisa do direito deles. E essa coordenação tem essa responsabilidade de fazer articulação com estudantes de forma que esse direito que eles têm sejam garantidos. Nós somos aliados dos estudantes, então nós, como instituição, temos que ter um lócus de articulação com eles. Muitas vezes eles não querem, mas é o nosso papel fazer essa articulação e abrir todas as perspectivas que ele possa ter e usufruir dentro da instituição.*

Nesse sentido, afirmou a coordenadora da época, Nina Rosa Soares<sup>42</sup>, sobre o entendimento da equipe: “A gente entendia assistência estudantil como um investimento nos estudantes. Uma forma de ajudá-los a manter-se na universidade e formar, a entrar, ficar e sair com qualidade”.

Da mesma maneira qualificou a coordenadora de articulação com estudantes da gestão sucessora, Adriana Lucinda de Oliveira<sup>43</sup> (coordenadora entre 2009-2010), da reitora Maria Lúcia Cavalli Neder (2008-2012),

*[...] passamos a adotar uma concepção ampliada de assistência estudantil, tendo como premissa a permanência qualificada dos estudantes, com vistas a diplomação, possibilitando espaços de formação acadêmica, política, esportiva e cultural a todos os estudantes, com destaque para os economicamente vulneráveis.*

A expressão “concepção ampliada” de assistência estudantil vem sendo utilizada mais recentemente nas discussões, sobretudo no FONAPRACE, para se referir à amplitude dos programas de assistência que devem perpassar várias dimensões da formação acadêmica: permanência, ensino, cultura, esporte, assuntos de juventude. Portanto, para além da assistência promovida pelos programas de transferência de renda, para que o aluno se alimente, esteja alojado, e se mantenha nas atividades acadêmicas, é preciso oferecer atividades culturais, educativas, esportivas, artísticas complementares à sua formação. Nas palavras do pró-reitor de cultura, extensão e vivência Fabrício Carvalho (gestão 2008-2012), a assistência estudantil ampliada é a que “*transversaliza com o esporte, com a cultura, com a vivência universitária*”.

Esse novo discurso foi concretizado a partir das possibilidades materializadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil que deu base legal para a articulação de áreas

<sup>41</sup> Entrevista concedida no dia 20 de dezembro de 2011.

<sup>42</sup> Entrevista concedida no dia 19 de dezembro de 2011.

<sup>43</sup> A docente Adriana Lucinda de Oliveira já não pertencia mais ao Tabela de docentes da UFMT na ocasião do estudo, residindo em outro estado da federação, por este motivo encaminhamos o roteiro de entrevista por meio eletrônico, sendo respondido e nos remetido também por via eletrônica.

estratégicas que envolvem a vida universitária e financiamento para a execução e operacionalização das atividades.

### 3.2 RELAÇÃO COM A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Todas as gestões que passaram pela Administração Superior da UFMT tiveram que pensar, planejar, operacionalizar e avaliar ações e programas voltados aos discentes. Os relatórios de gestão anteriormente apresentados comprovam este fato. Sendo assim, questionamos os gestores entrevistados sobre a relação do setor de assistência, coordenação e pró-reitoria, com os demais segmentos do reitorado. Os oito foram unânimes em dizer que o setor de assistência estudantil tinha bom entrosamento com as demais instâncias da Administração Superior, bem como autonomia em suas decisões e apoio do reitorado.

Mesmo por que, podemos analisar, se o MEC na década de 1970 tinha constituído o Departamento de Assistência Estudantil (DAE) e a Universidade Federal de Mato Grosso, iniciando suas atividades no mesmo período, também tinha um Órgão Suplementar de Assistência aos Estudantes, está nítido que a Administração Superior esteve envolvida com as questões estudantis nesse aspecto desde o princípio. Então, todas as gestões foram obrigadas a planejar as atribuições, encargos e profissionais para atender a demanda desse setor.

Tal fato foi declarado pelo pró-reitor de assuntos comunitários e estudantis Edgar Francisco de Oliveira<sup>44</sup> (gestão 1992-1996):

*Normalmente a nossa articulação era feita em reuniões na reitoria. [...] vamos supor falar de planejamento é uma questão que envolve toda Universidade, todas as pró-reitorias, então nós fazíamos a reunião pra discutir o planejamento e a reitora dava as coordenadas de como deveria ser os principais compromissos, os principais eixos com os quais a Universidade estaria trabalhando dentro de sua política, que quando começou a gestão [...] foi feito o seminário de planejamento e administração onde se traçou as metas e as políticas e as estratégias, a princípio a médio prazo durante a gestão...*

Todos os entrevistados admitiram haver entre o setor de assistência estudantil e as demais instâncias da Administração Superior bom diálogo, uma vez que o reitorado é uma equipe que precisa trabalhar articulado, sendo que cada área deve desenvolver suas competências. O que vale destacar é a tentativa de diferenciação de uma gestão para outra estabelecida pela mudança de denominação dos serviços e das instâncias, conforme constatamos durante a trajetória.

Nos anos 2000, a PROACE deu lugar à PROVIVAS, conforme Marilda Matsubara:

<sup>44</sup> Entrevista concedida no dia 12 de janeiro de 2012.

*... a gente mudou o nome, seria Pró-Reitoria de Vivência Acadêmica e Social, porque você tem uma dimensão acadêmica e social. Envolve assistência aos estudantes, do ponto de vista da sua moradia, do ponto de vista do convívio da Universidade através das bolsas, do Restaurante Universitário e acadêmica também pelos projetos de extensão que articula com a sociedade, então é um espaço de vivência acadêmica e social nos dois momentos conjugados. A gente pensou em mudar o nome por que Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários era um nome que do ponto de vista nacional já estava muito gasto e na nossa perspectiva era uma disfunção daquilo que era a extensão, a Universidade não é pra servir, fazer coisas pra sociedade; ela tem que fazer parte da sociedade e, assim, na verdade, nós queríamos mudança de mentalidade [...]. A gente queria mudar um pouco essa lógica e a gente achou que com o mesmo nome não conseguiria fazer e queríamos imprimir uma nova lógica, um novo conceito de vivência e parece que pegou, porque oito anos ainda bem que foi um tempo que conseguiu dar essa reviravolta e hoje, inclusive, incluiu mais coisa na vivência que é o esporte, a cultura que foi, aliás, uma indicação nossa.*

Quanto à última gestão (2008-2012), na qual se criou a PROCEV, argumentou o pró-reitor Fabrício Carvalho<sup>45</sup>:

*A PROCEV ela vem do encontro de uma pró-reitoria já estruturada, a PROVIVAS, que fez um trabalho fundamental e histórico que é a organização normativa dos programas, colocar claramente o que era, quanto deveria ser, como é que seria distribuído, então a PROVIVAS faz esse trabalho com a professora Marilda, organiza, só que é muito focado na assistência estudantil e na extensão. Nesse período, antes de 2008, a Cultura e o Esporte existiam fortemente, mas se relacionavam muito pouco com a comunidade interna; tinha um trabalho extensionista muito forte, porém não estavam ligadas à Coordenação de Extensão. Então tinha a assistência estudantil e a extensão pragmática num sistema, numa pró-reitoria, tinha uma Coordenação de Cultura ligada à Vice-Reitoria, e uma Supervisão de Esportes ligada à Faculdade de Educação Física. No programa de governo da reitora Maria Lúcia Cavalli, ela propõe justamente que essas áreas, de formação do aluno não sala de aula, se relacionem, trabalhem em rede, e aí nasce a PROCEV. O conhecimento da PROVIVAS com o conhecimento da Cultura e do Esporte [...]. Agora você misturar isso tudo num grande caldeirão deu um trabalho muito grande. Fazer a própria comunidade, o próprio corpo técnico da pró-reitoria entender que a partir daquele momento a Cultura e o Esporte seriam tratados em mesmo nível de igualdade que a Permanência, o RU, foi complicado no início...*

Este é um ponto convergente percebido nos documentos e nas entrevistas realizadas: a necessidade de demarcar, diferenciar e exaltar a gestão a qual pertenceu. E ainda, enfatizar que durante sua gestão a assistência estudantil não se reduziu ao assistencialismo, mas buscou apoiar o estudante promovendo uma formação complementar ao ensino da sala de aula.

No que se refere à relação da gestão com o movimento estudantil, todos os entrevistados admitiram ter estabelecido boa interlocução com os representantes discentes, apesar de terem vivido conflito de opiniões e interesses.

<sup>45</sup> Entrevista concedida no dia 23 de dezembro de 2011.

Para ilustrar utilizamos as falas dos entrevistados:

*... nós já assumimos a coordenação com uma grande pressão dos estudantes, tanto que a gente assumiu num dia, na madrugada desse dia da posse teve a invasão [de um espaço ocupado para servir de Casa do Estudante] [...] Então a gente já assumiu com esse problema, mas o que aconteceu durante o processo? A gente trabalhava numa postura de estar sempre próximo do estudante e muito com uma proposta de estar convivendo com eles. Então não tinha muito essa coisa do gabinete. A gente fazia as reuniões lá nos Departamentos, nos espaços dos Centros Acadêmicos... Então foi criando uma proximidade. E, a partir do momento que eles viram que a gente não estava querendo impor barreira, que a gente queria fortalecer o movimento estudantil, pra que tivesse dignidade, ter a bandeira de lutas deles... Eles participaram muito diretamente conosco (Thânia Arruda).*

*Era uma época de muita revolução mesmo de aluno do movimento estudantil [...] Tinha a questão das tendências político-partidárias e era difícil, mas a gente tinha facilidade de comunicação com eles, mesmo lá na Casa do Estudante quantas exigências eles queriam, nós chegamos a ficar presos na Casa do Estudante uma vez que eles queriam mais recurso pra Casa e num tinha como... Nós queríamos também a participação deles na construção da Casa também, não era só a Universidade fazer a parte dela, eles também tinham que fazer parte e tomar parte do processo, mas tinha alguns que não tinha essa percepção... Ele achava que era direito dele, do governo dá pra ele educação, moradia etc. (Eliane Miranda).*

*Eu diria que a Universidade nunca está suficientemente preparada para atender toda a demanda estudantil. [...] Eu acho que o relacionamento durante o nosso período não foi tumultuado. Houve movimentos, como sempre há, localizados, de descontentamento, até porque os alunos são mais sensíveis a alguns problemas que há na Universidade e termina, então, que ele se envolve mesmo e na defesa de determinadas teses, determinadas questões, mas nós nunca tivemos problema sério com os estudantes (Edgar de Oliveira).*

*A relação com o movimento estudantil é uma coisa meio difícil em alguns momentos, mais fácil em outros. Passaram várias diretorias do DCE, com algumas a gente teve um bom relacionamento, outras não queriam nem conversar com a gente, mas não tinha grandes atritos não. Coisas comuns do movimento estudantil (Nina Soares).*

A coordenadora Nina Rosa Soares contou, para complementar sobre a dificuldade da relação com os estudantes, a tentativa de instituir um fórum para dialogar com os estudantes e com a sociedade na parte da extensão:

*... a ideia da professora Marilda era ter dois fóruns, um fórum da sociedade que traria as reivindicações para as questões da extensão e vivência e um fórum de estudantes. A gente chegou inclusive a criar esse fórum, acho que trabalhamos durante um ano e depois ele não foi para frente porque os próprios alunos entenderam, a época, que fazer assistência estudantil era uma questão da gestão e que os alunos tinham que só usufruir disso, eles não tinham que nos ajudar a construir. E a ideia não era essa, era assim que uma vez por mês a gente reunisse esse fórum e trouxesse questões pra discutir [...] a ideia era que se ouvissem as reivindicações. Nós fizemos um, chegamos a discutir Casa do Estudante, depois discutimos RU, acho que assistência à saúde, alguma coisa assim e depois foi ficando pouquinho e tal e acabou não reunindo mais. Mas várias vezes a gente reuniu, ouviu,*

*muita coisa nós colocamos... tudo o que a gente fazia, a gente tentava trazer os estudantes, nem sempre tivemos êxito. Mas tentar, nós tentamos!*

A gestão seguinte reiniciou o Fórum com os estudantes dos campi para tratar do Programa Unidade, no qual a PROCEV apresentava as dimensões de atuação e os programas desenvolvidos pelas coordenações de extensão, cultura, vivência e esporte. Conforme Adriana Lucinda:

*A relação com o movimento estudantil ocorreu através da tentativa de criar o Fórum de Assistência Estudantil, que ocorreu através de reuniões nos quatro campi da UFMT, sendo que no campus Cuiabá foi realizado um total de dez reuniões, tendo como critério a proximidade geográfica das faculdades e institutos. A criação do Fórum teve como objetivo ampliar o debate acerca da assistência estudantil junto aos/as estudantes, expandindo a discussão para além da ideia de que assistência estudantil é 'para estudante pobre'. Era preciso recuperar a concepção do que significa estar em uma Universidade pública, o direito à educação, o direito à permanência e a diplomação com qualidade. Na perspectiva de construir também com os estudantes o compromisso e responsabilidade de usufruir de recursos públicos. Esse processo foi encabeçado pelos quatro coordenadores da PROCEV. Fomos os quatro em todas as reuniões e apresentamos a PROCEV. O fato de fazermos isso juntos deu a assistência estudantil a materialidade de que não se resume em acesso a bolsa permanência. Falamos de acesso a cultura, esporte, lazer e é claro de todos os recursos proveniente do PNAES para a assistência estudantil, o que possibilitou a garantia da transparência e o esclarecimento sobre a aplicação orçamentária desses recursos. Enfatizamos a possibilidade de acesso a recursos para a participação em eventos, sem o crivo socioeconômico. Sendo essa mais uma frente da política de assistência estudantil.*

A assistência estudantil, pela sua histórica função de minimizar as desigualdades socioeconômicas, sempre esteve voltada prioritariamente para os estudantes em condição de vulnerabilidade. Todavia, é importante também dar suporte aos estudantes independente de sua condição econômica, como acontece no Restaurante Universitário, que tem acesso irrestrito, aliás é aberto à comunidade externa; e a participação em eventos acadêmicos e científicos, realização de cursos de idioma, línguas, inclusão digital, apoio aos portadores de necessidades especiais, enfim outras dimensões que podem ser abarcadas pela assistência aos universitários que não sejam focalizadas no caráter socioeconômico.

### 3.3 NORMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Questionamos às coordenadoras entrevistadas como se fazia a seleção de bolsistas para os programas assistenciais. Com exceção da Thânia Arruda, as demais explicaram que a equipe de Serviço Social da Pró-Reitoria realizava o estudo socioeconômico – baseado no formulário de inscrição e na documentação comprobatória anexada – e classificava os

candidatos às bolsas com os casos mais agravados de vulnerabilidade para integrar os programas.

Durante a coordenação de Thânia Arruda ocorria da seguinte maneira:

*A gente não tinha a questão do serviço social atuando como triagem, nós abolimos o sistema de triagem [...]. Abolimos essa coisa desse critério que acaba sendo constrangedor, de pegar o aluno que tem uma necessidade, fazer esse aluno passar por uma série de entrevistas, trazer um monte de documento, ficar questionando isso, questionando aquilo pra depois dar uma assistência miserável [...]. Com o pensamento novo dessa proposta de trabalhar assistência de outra forma, criamos um sistema de avaliação, onde realmente o estudante não precisava vir comprovar nada. Ele vinha e se cadastrava para receber as condições internas pra poder estudar e pra ter todo aquele aparato ele tinha que estar com as notas muito boas, ele tinha que ter uma avaliação do conselho lá do curso, que era um aluno que participava, quer dizer isso puxava pra academia [...]. Então a gente não tinha muito essa questão de ficar comprovando as coisas, porque automaticamente se ele viesse com essa intenção outra ele num aguentava ficar, porque ele tava um mês, no segundo mês ele tinha que compensar no rendimento acadêmico...*

A coordenadora Nina Rosa enfatizou a sua gestão como responsável por consolidar o processo de seleção democrática, porque foi quando houve a normatização dos programas:

*Quando nós entramos não tinha nenhum instrumento [para seleção], não tinha nada. Mas nós construímos um instrumento de avaliação e depois nós passamos a participar do Fórum Nacional de Pró-Reitores. O Fórum pra nós foi muito importante, porque nós éramos meio sozinhos aqui, e nas reuniões a gente troca experiências, vê como é, como os outros fazem, inclusive esse instrumento a gente foi aprimorando com isso vendo como as outras universidades faziam. Mas nós construímos a assistência estudantil da forma que a gente entendia que era assistência estudantil [...]. Tanto que a maioria das resoluções de assistência estudantil hoje é do nosso tempo. Foram feitas por nós e encaminhadas aos Órgãos Colegiados, CONSUNI e CONSEPE. [...] A gente regulamentou! Não é que os programas não existissem, eles existiam, a forma como as pessoas eram selecionadas é que não era normatizado e esse trabalho nós fizemos. Nos primeiros quatro anos [2000-2004] a gente fez isso e nos outros quatro anos nós tentamos implementar.*

A gestão posterior continuou utilizando as regulamentações da Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação, Auxílio Evento, Moradia Estudantil para implementar esses programas, desde a seleção dos estudantes, a concessão do benefício e o desligamento do bolsista. E, em 2010, criou o Auxílio Moradia no intuito de suprir a falta de vagas na Casa do Estudante Universitário.

Quanto aos recursos financeiros disponíveis para assistência estudantil na maior parte do período estudado eram advindos do fundo do Recurso Próprio da UFMT. Com o advento do PNAES a Universidade passa a ter outra fonte orçamentária, como explica o pró-reitor Fabrício Carvalho:

*Nós hoje trabalhamos com duas fontes orçamentárias pra assistência estudantil plena e para a extensão outras duas fontes orçamentárias. Na assistência estudantil tem o Plano Nacional de Assistência Estudantil – o PNAES – regulamentado pelo Decreto 7.234 em que, mediante um cálculo, o Ministério da Educação e o do Planejamento quantificam os recursos para as Universidades Federais. Esse cálculo é baseado em cima duma regra muito simples que é o número de alunos equivalentes da graduação multiplicado pelo nível percentual de adesão ao Sistema Unificado de Seleção – o SiSu/Enem – sobre o IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] da região. Então, em tese: regiões mais pobres, IDH mais baixo, a conta fica maior, mais dinheiro; as cidades mais ricas, regiões mais ricas, IDH mais alto, a conta, como é inversamente proporcional, o número abaixa. Então é um cálculo muito simples e o FONAPRACE começa a trabalhar outra sistematização, a trabalhar uma outra matriz orçamentária, entendendo que esse recurso disponibilizado ainda não é suficiente para a assistência estudantil plena. Mas que é uma base teórica em construção, então isso é o Plano Nacional é uma fonte orçamentária. A outra fonte orçamentária é a ‘Fonte 100’, é o que a gente chama de fonte própria da Universidade. A maioria das universidades trabalha apenas com recursos do Plano Nacional, nós aqui na UFMT trabalhamos além do Plano Nacional com recurso externo ao Plano que é da própria renda que complementa algumas ações importantes e estratégicas e demonstra que a Universidade não fica tão somente no Plano Nacional.*

A pró-reitora anterior, Marilda Matsubara, mencionou:

*Entramos em 2000 com uma dívida de uns oito milhões, era muito dinheiro. [...] Então praticamente os dois primeiros anos foi assim: ou paga a dívida ou aumenta ela pro próximo que vier; então a gente assumiu pagar as dívidas e com isso faltou tudo! Assim, as bolsas eram miseráveis R\$ 75 reais, dinheiro não tinha, era só dinheiro próprio mesmo. Então foram oito anos muito difíceis do ponto de vista do financiamento da assistência estudantil. Mas o que a gente conseguiu segurar mesmo foi a manutenção a um real do Restaurante Universitário, essa foi a prioridade! Que ninguém ficasse sem alimentação a esse preço subsidiado, saía do orçamento da Universidade que não tinha nenhum recurso subsidiado do MEC ou de qualquer outra instância federal pra manutenção do Restaurante Universitário. Então isso foi sustentado apenas com recurso próprio da Universidade que é vindo da onde? Das bolsas da pesquisa, 5% da bolsa pesquisa, bolsa extensão que vão compor a receita da assistência estudantil. Nós trabalhamos oito anos praticamente sem dinheiro. Então as viagens não podiam ser subsidiadas 100% para os estudantes, a gente dava uma passagem e eles entravam com outros recursos, senão num ia. Mesmo assim a gente conseguiu fazer bastante coisa, agora tem outra realidade; hoje tem um dinheiro mais seguro, mais correto [...] quer dizer, aos poucos, pagando a dívida e acertando as coisas pra depois começar trabalhar, mas ainda muito sem recurso, os recursos foram bem mais recentes, em 2008 praticamente.*

O pró-reitor que a precedeu, Kenji Kido<sup>46</sup> (1996-2000), também explicitou a dificuldade orçamentária para realização das ações:

*Nós estávamos, a época, em uma situação muito apertada dos recursos financeiros que vinha do Governo Federal. Não havia muitas possibilidades em investimentos [...]. Incomodava-me muito essas questões, porque entre as duas coordenações [Extensão e Assistência Estudantil] que tinham como*

<sup>46</sup> Entrevista concedida no dia 15 de dezembro de 2011.

*conduzir o processo: tinha o lado estudantil que era sempre uma ebulição e do lado de cá era uma necessidade sempre de injeção na assistência que ela ia aos cursos pra poder dar o aporte ou o suporte pra fazer as ações que a gente pretendia.*

Portanto, até o final de 2007, a assistência ao estudante dependia exclusivamente da Fonte de Recurso Próprio da Universidade em acordo com o planejamento definido anualmente para o exercício do ano seguinte. A partir de 2008 os recursos do PNAES passaram a subsidiar maior parte do investimento nos programas, conforme a fala de Fabrício Carvalho.

Todos os entrevistados disseram que dentre os programas assistenciais desenvolvidos o prioritário sempre foi o Restaurante Universitário, por oferecer alimentação a baixo custo aos estudantes. Na sequência vêm as bolsas remuneradas, a CEU, a participação em eventos.

O principal programa que tem sido desenvolvido há anos que exige outros critérios para seleção, mas não o socioeconômico, é o Auxílio Evento. Na coordenação de Thânia Arruda o auxílio era distribuído por meio das entidades estudantis:

*O auxílio evento como que a gente fazia? Pegava o valor total dos recursos que vinham, tirava o percentual de 20 ou 30%, sentava com todos os centros acadêmicos e DCE, como se fizesse um mini CEB<sup>47</sup> e dividia entre eles igualzinho, porque era outra forma também de fortalecer o movimento estudantil, [...] a gente criou esses critérios para que todos os centros acadêmicos e o DCE ficassem mais fortes. Era como se tivesse uma continha pra cada um deles que administravam o ano inteiro. Então fora daquilo ali não tinha atendimento. O estudante tinha que através do centro acadêmico conhecer todo esse meandro da participação de classe. Ele tinha que estar frequentando a aula, ele tinha que estar convivendo com o pessoal que participava do centro acadêmico para ele ter a chance de participar fora daqui para apresentar um trabalho, ir a um evento e tal.*

Posteriormente, as outras gestões da CODAE e da CARE definiram para concessão do auxílio à participação em eventos fora do campus critérios como: apresentação de trabalho pelo aluno e se já foi beneficiado alguma vez, conforme a disponibilidade de recursos. Recentemente regulamentado pela Resolução CONSEPE nº 51/2007.

### 3.4 AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Todas as gestões assistiram aos estudantes porque sempre houve recomendações do MEC para tal, pressão do movimento estudantil, bem como a própria necessidade de amparo aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, já que a desigualdade social é um fator intrínseco à sociedade brasileira.

---

<sup>47</sup> Conselho de Entidades de Base.

Mas, é necessário refletir se a assistência ao estudante tem sido praticada no sentido da transferência de renda pura, ou se há preocupação em colaborar numa dimensão mais ampla, de contribuir com a formação acadêmica, com o conhecimento do aluno, de envolvê-lo em atividades culturais, artísticas, científicas e até mesmo políticas.

A coordenadora Thânia Arruda criticou o processo de “bolsificação” dos dias atuais ao afirmar que o presidente Lula incentivou o assistencialismo em diversas áreas:

*... a assistência começou de novo a ser extremamente valorizada em detrimento de uma formação mais cidadã, mais ampla, com participação efetiva dentro de todas as discussões internas que é um ponto que eu fico acompanhando, porque eu continuo ligada à Pró-Reitoria, e essa transformação toda [referindo-se ao PNAES] é uma coisa que eu reluto pra aceitar, porque eu acho que a gente não contribui, apesar do discurso falar isso, na prática é diferente, é a questão do Bolsa Família e tantas outras coisas, então ficou um ‘estudante mendicante’...*

Lembrando que na gestão em que ela esteve a frente da CODAE (1988-1992) foi implantado uma nova metodologia de seleção dos estudantes para as bolsas, com ênfase nas bolsas de monitoria, pesquisa e extensão. Então, para ela, o grande investimento na Bolsa Permanência, CEU, vai de encontro ao que a Universidade deveria fazer que é investir pesadamente na formação acadêmica – ensino, pesquisa e extensão –, mesmo por que antes dela coordenar a assistência estudantil, Thânia tinha trabalhado com a Extensão, que tem outro foco dentro da Universidade, conforme a mesma:

*... eu tinha toda essa formação extensionista que foi onde eu me especializei e a gente começou a trabalhar vários projetos diretamente ligados à reitoria na área da extensão, e o professor Frederico Muller era o nosso sub-reitor de Planejamento, e, como a gente precisava planejar as ações extensionistas, eu tinha uma relação muito grande lá na sub-reitoria. Quando ele saiu vitorioso na eleição pra reitor que ele me convidou, mas com a visão... porque eu nunca fui de ficar muito parada, eu gosto desse trabalho de articulação, de fazer acontecer, de ir atrás pra ver se dá certo, e ele conheceu esse lado. E quando ele foi montar a equipe dele, ele achou que a Coordenação Estudantil precisava de alguém que saísse da coisa burocrática de assistência e criasse outras opções e foi em cima disso, dessa proposta que ele me convidou.*

*[...]*

*Eu me surpreendi no final das contas por essa construção, por exemplo, eu num cheguei pronta pra assumir a Coordenação, eu nem ansiava por isso, eu nem sabia, foi uma surpresa e eu fui dando os passos e aprendendo e me fortalecendo [...]. As coisas foram acontecendo num crescente, a gente foi administrando, foi aprendendo junto, foi fazendo e foi legal trabalhar com o estudante.*

A coordenadora Eliane Miranda declarou que foi um desafio assumir o cargo de coordenadora da CODAE:

*Foi, assim, uma experiência muito boa pra mim, enquanto profissional, trabalhar nessa área que era uma área que eu nunca tinha atuado. Devido a minha formação, até pelo meu conhecimento da Universidade, pelo tempo*

na Universidade, foi um desafio pra mim também. Houve várias conquistas que nós conseguimos na época da administração como realizar o sonho do estudante que era a Casa do Estudante. [...] Foi um marco pra nós na administração da professora Luzia que foi e também é um avanço dentro da política de assistência estudantil. Também se criou a pró-reitoria específica [PROACE], porque até então quando era Coordenação de Assistência o recurso era escasso demais, porque se tirava de outra pró-reitoria pra distribuir pra cinco ou seis coordenações e, então, foi um avanço também pra dentro da política de assistência estudantil que hoje está cada vez mais ampliando. Porque até na época da professora Luzia a gente dizia assim que conquista você não tira, você amplia. Então nós tivemos esse trabalho de estar cada vez mais ampliando e os estudantes eram bastante participativos, eles davam sugestões pra nós de seminários, pra própria administração, os Fóruns que aconteceram; nós participávamos de todos os eventos deles também [...] num tinha dificuldade de relacionamento...

O pró-reitor da época Edgar Francisco de Oliveira:

*Eu diria que uma das expectativas nossas na área estudantil era justamente de conhecer de forma mais próxima a demanda estudantil, de tentar, na medida do possível, se não equacionar, procurar atender ao máximo as principais deficiências que a instituição tinha em termos de cobertura aos alunos que tivessem necessidades. Então daí o motivo pelo qual se reforçou o programa de bolsas... Manteve-se a bolsa alimentação, e conseguimos durante todo o período manter a assistência estudantil. No que toca a moradia só num foi possível ampliar, talvez, porque o projeto foi muito arrojado e terminou ficando caro, mas possivelmente se tivessem feito um projeto um pouco mais 'popular' talvez pudesse ter atendido até maior número de alunos. [...] Então, no geral, acho que, a expectativa no aspecto estudantil foi de boa realização, porque a gente conseguiu gerar uma calma e acho que a calma é um pouco já reflexo do atendimento que deve ter melhorado, porque quando o atendimento está muito ruim começa o alvoroço, começa o descontentamento aflorar e se o administrador não tem sensibilidade, não consegue atender, isso aí eclode em greves e tal.*

O pró-reitor seguinte, Kenji Kido, avaliou:

*Eu venho da Faculdade de Educação Física, e lá eu fazia ação dessa natureza para a comunidade e em função disso que eu fui guindado a essa posição [de Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis]... Atender as pessoas não foi um problema, aprender a política de atendimento foi uma grande aprendizagem, acho que foi a grande aprendizagem que eu tive lá. Relacionar com pessoas, com política assistencial e com política partidária também.*

*E o lado de assistência estudantil eu penso que foi a grande fragilidade da minha gestão, a gente não pode atender segundo a demanda grande, sempre se pensando na academia, na universidade e na área da assistência comunitária nós propusemos e houve um atendimento das próprias faculdades, então houve certo atendimento, não havia tanta reclamação, porque as grandes demandas são sempre recursos: passagens, diárias... E quando se faz o orçamento já se sabe o quantitativo; então isso diminui a própria busca dessas passagens, não há um movimento organizado pra se fazer essa exigência, enquanto do lado estudantil tem. Então fazendo esse balanço final de que o atendimento foi muito menor à demanda dos estudantes do que do lado do professorado com relação à assistência comunitária [extensão]. É uma visão clara que eu tenho e é seguramente também o entendimento que a academia tem em relação a minha gestão.*

O professor Kenji Kido deixou muito claro em sua fala durante a entrevista que foi convidado a ser pró-reitor porque desenvolvia ações de extensão (área denominada também de assuntos comunitários) via Faculdade de Educação Física. Afirmou: *“Eu fui pra lá por causa da extensão comunitária, essa foi a minha grande tarefa ou a minha vocação e a área estudantil foi feita uma indicação, o reitor indicou [o coordenador para] a área estudantil e eu entrei com a área de assistência comunitária”*. Por esse motivo, o então pró-reitor admitiu, em sua avaliação, que a ênfase de sua gestão foi os projetos de extensão.

Concordamos que o incentivo e o investimento na área de Extensão é muito importante para a Universidade e para a sociedade que participa e usufrui dos serviços prestados. No entanto, o foco do nosso estudo é a assistência ao estudante.

Quanto à gestão em que estiveram, Nina Rosa Soares e Marilda Matsubara, respectivamente coordenadora de articulação com estudantes e pró-reitora de vivência acadêmica e social, dos anos 2000 a 2008, avaliaram:

*Aqui na Universidade faço pesquisa na área de Saúde Coletiva desde que entrei, então pra mim foi um desafio, um aprendizado. Eu aprendi fazendo [...]. Nós conseguimos fazer um trabalho que eu acho que foi muito importante. Pelo menos nessa coisa da forma. [...] Foi tentando discutir uma assistência estudantil com o caráter de investimento no aluno, de melhorar a qualidade do ensino e não meramente: “Ah! Eu preciso de dinheiro.” Nem todo mundo entende isso dentro do próprio reitorado, algumas pessoas a gente teve que convencer. [...] Mas isso foi um desafio, essa discussão a gente fazia fora e dentro da universidade, com os próprios estudantes. Eu acho que, assim, se fazer uma avaliação geral acho que a gente avançou bastante. A demanda cresceu e cresceu porque acreditou no trabalho, não é porque na Universidade os alunos ficaram mais pobres, é porque eles começaram a acreditar que pelo menos aqui eles teriam uma forma mais transparente de seleção e tal. Foi um trabalho que eu gostei muito de fazer e eu acho que nós não fizemos 100%, porque ninguém faz, mas a gente avançou. Nós não retrocedemos. Essa é a minha avaliação! (Nina Soares)*

*Eu acho que a maior conquista foi imprimir uma nova mentalidade, uma nova concepção do trabalho: límpido, transparente, sério e comprometido com a verdade, com aquilo que era de direito, com aquilo que as resoluções previam. Nós normatizamos toda a assistência estudantil que não tinha uma norma. Então isso deu um arcabouço legal pra gente trabalhar com maior tranquilidade. Foi a nossa maior vitória! Porque a gente num tinha nenhum dinheiro, mas tinha pelo menos regras, porque dentro das regras você vai estabelecer aquilo que é possível, mas para todos; [...] isso foi importante, porque hoje, se tem dinheiro, tendo critério mais pessoas vão poder ser atendidas do ponto de vista do apoio acadêmico. (Marilda Matsubara)*

Sendo assim, o que se avaliou na gestão seguinte, realmente, foi essa possibilidade de recursos advindos do PNAES, como definiu a professora Adriana Lucinda em sua experiência como coordenadora de articulação com estudantes:

*Muitos foram os desafios: desde a gestão do recurso do PNAES, as negociações com os estudantes que estavam ‘historicamente’ na Casa do Estudante, a ampliação do acesso a assistência estudantil, o investimento*

*na socialização de informações (um dos frutos foi a elaboração do folder da PROCEV), a reduzida equipe, entre outros. Mas muitas também foram as conquistas, com destaque para o trabalho conjunto das quatro coordenações [Vivência, Extensão, Esporte e Cultura], o respeito, confiança e autonomia construídas na relação com o Pró-Reitor e o início do debate e materialização da concepção ampliada de Assistência Estudantil.*

Avaliação esta complementada com a fala do pró-reitor da mesma gestão Fabrício Carvalho:

*Eu, pró-reitor de assistência estudantil, fui obrigado a aprender o que era isso. E bati muito a cabeça [...] tentando colocar em prática, talvez um pouco da experiência da cultura, o programa e depois... botá-lo em funcionamento pra depois avaliar, e não construir coletivamente antes pra depois desenvolvê-lo. Então, foram dias um pouco complicados, mas que eu me debrucei sobre isso. Hoje eu sou um gestor mediano que fez um trabalho juntamente com a equipe e que valorizou a assistência estudantil plena. Nós peitamos essa luta, nós construímos esse diálogo e esse discurso de que a assistência estudantil poderia ser mais ampla sem deixar de cuidar da base... e esse discurso ganhou força no Brasil [...]*

*Tenho uma equipe solidária que me faz forte e deu essa consistência importante à PROCEV hoje. Tenho o respeito dos alunos que é muito importante, tenho o respeito enquanto gestão, o respeito enquanto pessoa. Em função do diálogo que a gente construiu com todos os alunos dos campi... E essas perspectivas são muito importantes, porque a assistência estudantil, a gente brinca entre a gente que, ela deve sempre estar ligada no efeito catraca: ela não deve diminuir nunca! Quando acontecer alguma coisa, entra a catraca e não deixa a roldana voltar pra trás, trava aquilo. Então a assistência estudantil na Universidade Federal é muito rápida, muito moderna, é consistente na transferência de renda.*

*[...] Então eu acho que a gente está avançando muito fortemente. Ampliando as Casas de Estudante, construímos o centro de vivência, vamos começar a construir os novos Restaurantes Universitários de Barra do Garças e de Sinop, ampliando o Restaurante de Cuiabá, levando a Orquestra pra todos os campi, levando o Coro, levando o cinema, levando literatura, vamos levar agora artes plásticas, nesse conceito maior de assistência estudantil. Os jogos intercursos em todos os campi, os jogos intercampi onde todo mundo compete com todo mundo, a participação dos nossos estudantes economicamente vulneráveis ou não nos Jogos Universitários Brasileiros. O apoio pedagógico ao ensino de línguas, ou seja, eu acho que a gente está num bom caminho de avanço. Há muito o que se fazer? Claro! Muito o que se avançar.*

*[...]Eu me considero satisfeito, mas não parado, avançando cada vez mais em prol de uma Universidade solidária, concreta, correta, socialmente justa, atendendo aqueles que precisam, diminuindo o índice de evasão e repetência e construindo uma educação superior forte, porque sem dúvida nenhuma a assistência estudantil é uma linha de atuação, um trabalho que vai contribuir pra que esse tripé ensino, pesquisa e extensão seja cada vez mais sólido.*

Percebemos que o pensamento de que a assistência estudantil deve sempre aumentar quanti e qualitativamente, o tal “efeito catraca”, é uma preocupação em todas as gestões, pelo menos na fala dos representantes aqui entrevistados.

A constatação de que é cada vez maior a necessidade de se discutir e ampliar a assistência estudantil na Universidade, por ser ela um meio de promover a permanência dos estudantes na educação superior, também permeia o estudo de Costa (2010, p. 183-4):

A análise das políticas e ações de assistência ao estudante revela que cada vez mais a assistência assume a função de minimizar as desigualdades sociais na educação superior, de modo a oferecer as mesmas condições de permanência para os alunos de baixa renda e para aqueles oriundos de famílias mais abastadas. A assistência estudantil atua como um atenuante para equilibrar as desigualdades, visto que os alunos de baixa renda necessitam de uma ajuda diferenciada para acessar bens culturais, adquirir livros, materiais, arcar com os custos de transporte, alimentação e moradia.

Assim, a existência, operacionalização e manutenção da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso, como em quaisquer outras das IFES, é fundamental para que haja a democratização da educação e a formação dos brasileiros, tanto acadêmica como de cidadania. Esse é o constante desafio da assistência estudantil e da Política de Educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção de reconstruir a trajetória da assistência estudantil na UFMT foi um processo gratificante e repleto de surpresas. Na busca de informações, através dos documentos e das entrevistas, fizemos descobertas e nos inteiramos de nuances que desconhecíamos e que nos impulsionaram.

Um dos aspectos que inicialmente chamou nossa atenção foi a mudança de nomenclatura e a localização na estrutura da UFMT dos órgãos responsáveis pela assistência estudantil. Começou por Órgão Suplementar de Assistência aos Estudantes, mudou para Departamento de Assistência aos Estudantes, depois se tornou Gerência de Bolsas e Monitoria vinculada à Coordenação de Assuntos Comunitários. Vale ressaltar que esses setores sempre estiveram subordinados à Vice-Reitoria ou à Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Essas mudanças ocorreram durante a primeira década de funcionamento da UFMT, na gestão do reitor Gabriel Novis Neves.

Em 1981, o setor responsável foi denominado Coordenação de Assistência ao Estudante (CODAE) e ficou submetido à reitoria. Dez anos depois se criou a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), tornando a Coordenação de Assistência ao Estudante um órgão integrante dessa Pró-Reitoria. Nos anos 2000, na gestão do reitor Paulo Speller a CODAE foi transformada em Coordenação de Articulação com Estudantes (CARE) e a PROACE em Pró-Reitoria de Vivência Acadêmica e Social (PROVIVAS), perdurando até 2008 quando, na gestão da reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, passa a ser denominada Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV), permanecendo a CARE integrante da PROCEV responsável direta pela assistência estudantil.

Apesar das mudanças de denominações do setor, percebemos muito mais a preocupação conceitual e de discurso da assistência estudantil do que uma mudança estrutural dos programas e da política, pois continua a focalização e a seletividade nos programas de bolsas. Visto, por exemplo, a impossibilidade de acúmulo da Bolsa Permanência (mais recente) que visa minimizar as dificuldades financeiras com a Bolsa Pesquisa, que é uma bolsa de mérito acadêmico, cujo objetivo é inserir o estudante em projetos de pesquisas, formando pesquisadores. Gerando, assim, a divisão dos estudantes pobres necessitados de assistência *versus* os estudantes capacitados que tem o mérito de integrar projetos de pesquisa.

A partir das normativas, dos objetivos, beneficiários e das perspectivas de atuação, segundo os registros documentais e as falas dos gestores que entrevistamos, pudemos constatar que cada gestão buscou se diferenciar da antecedente, seja apontando uma nova concepção de assistência, seja buscando se aproximar mais dos estudantes por meio do diálogo e da organização de encontros, seja definindo regras para a seleção dos

participantes dos programas, seja mostrando através dos números o aumento da concessão de bolsas e auxílios. Enfim, todas elas buscaram “superar o passado”.

A evolução da assistência estudantil considerando os objetivos e o público a ser atendido também merece destaque. Daí termos dado uma atenção especial ao entendimento e a forma como a assistência estudantil foi implementada em cada gestão. Antes da gestão empossada em 1988, constatamos que a prática recorrente era de cunho assistencialista, voltada ao entendimento da assistência como ajuda institucional prestada ao aluno carente para amenizar seus problemas. Após a Constituição de 1988, a concepção da educação como direito traz uma nova dimensão para a assistência, entendendo o estudante como cidadão portador de direitos que precisa de suporte acadêmico para desenvolver sua formação acadêmica e pessoal.

Diferenciação esta demonstrada através dos seguintes trechos:

A Divisão de Assistência, Órgão Suplementar, tem, entre outras, a finalidade de promover a ajuda aos discentes da Universidade, buscando solucionar seus problemas, dando-lhes condições de estudarem quando, financeiramente, são desfavorecidos (UFMT, 1973b, p.33).

A partir dos novos princípios adotados pela Codae eliminou-se o caráter assistencialista do programa de bolsas e passou-se a considerá-las como complementação acadêmica. [...] Sobre os estágios complementares a coordenadora da Codae diz que está procurando dar um novo caráter a este tipo de atividade, para que não sejam apenas uma ajuda financeira, mas de suporte acadêmico (UFMT/ASCOM, 1989, p. 25).

Afastando a velha *praxis* do paternalismo e do ‘favorzinho’ e defendendo a tese segundo a qual ‘não existe estudante carente, mas estudante com algum tipo de dificuldade momentânea’, [...a CODAE] conseguiu introduzir uma nova metodologia de trabalho que se verificou realmente benéfica para os estudantes (UFMT/ASCOM, 1992, p. 31).

Com a instituição do PNAES, em 2008, percebemos a preocupação ainda maior de enfatizar a assistência estudantil como possibilidade de inserção do estudante em várias dimensões de sua formação:

[...] a Procev vem ampliando o conceito de assistência estudantil, discutindo o acesso a programas assistenciais e propondo uma formação complementar, além da sala de aula, que seja significativa na história do aluno da UFMT (UFMT, 2011, p. 50).

Cada gestão de reitoria teve que planejar e desenvolver os programas que nessa trajetória compuseram a política de assistência estudantil da UFMT, fruto do processo histórico de execução dos programas assistenciais, discussão com a comunidade universitária e dentro do FONAPRACE, luta do movimento estudantil, conquista dos direitos sociais, enfim, um cenário de fundo que propiciou a visibilidade da assistência como essencial para o acesso e, principalmente, permanência dos estudantes na educação superior.

Um dos pontos cruciais para o sucesso da administração como um todo, bem como da gestão da assistência estudantil, é a disponibilidade de recursos financeiros. Logo, se há verba para o desenvolvimento dos programas e projetos, maiores as possibilidades de administrar, selecionar o que será ou não realizado, quanto será investido. Fato que se verificou no decorrer da trajetória aqui descrita. A ausência de recursos faz com que os programas se restrinjam aos programas mais prioritários, como alimentação e moradia, e reduzam o quantitativo das bolsas oferecidas e concretização de outros programas. Com o PNAES a assistência estudantil ganha dimensão maior devido ao repasse de recursos específicos para operacionalização da política de assistência ao estudante nas IFES.

Outro aspecto a ser considerado é ter uma equipe de profissionais capacitados para operacionalização, acompanhamento e avaliação dos programas e dos assistidos, como assistente social, psicólogo e pedagogo, importantes para colaborar nos aspectos acadêmicos. Durante o período estudado existiu equipe profissional responsável pela seleção, atendimento, acompanhamento e desligamento dos estudantes assistidos, apesar de em alguns períodos a equipe aparecer desfalcada de algum dos profissionais citados.

Destacamos os programas universais, que são aqueles que atendem indistintamente a comunidade estudantil, sem focar nos estudantes socioeconomicamente vulneráveis. O Restaurante Universitário subsidia refeição para todos os universitários, cobrando R\$ 1,00 por bandeirão. A participação em eventos que incentiva a divulgação da produção acadêmica da UFMT, a busca pelo conhecimento, qualificação e contato com outros pesquisadores e instituições. Há também os eventos realizados nos campi da UFMT que oportunizam maior acesso da comunidade universitária, seja em eventos acadêmicos, culturais ou artísticos, e também proporcionam o intercâmbio com os visitantes.

Enfim, constatamos que desde a fundação da UFMT as questões referentes às necessidades dos estudantes – tais como suporte financeiro, alimentação, moradia, saúde, apoio pedagógico, participação em evento – sempre foram alvo de ações e programas voltados ao atendimento dos universitários, sobretudo os socioeconomicamente vulneráveis.

Reconstruir o percurso da assistência estudantil foi uma tarefa árdua, pois os registros estavam dispersos em arquivos de vários setores da instituição cabendo a nós buscá-los e sistematizar as informações. O resultado é o que ora apresentamos. Sabemos que o assunto não foi aqui esgotado, mesmo porque além de ser histórico, está em maior destaque nos dias atuais, inclusive nas pautas de reivindicação do movimento estudantil e do movimento docente.

Nesse sentido, é oportuno registrarmos nossa preocupação quanto às alterações profundas que estão acontecendo nas universidades federais com o novo sistema de acesso/entrada, baseado no Exame Nacional do Ensino Médio e não mais no vestibular, iniciado em 2010. E com a implantação da política de cotas na maioria das IFES, a partir de

2012, resguardando 50% das vagas para alunos de escolas públicas e os outros 50% para alunos de escolas privadas. Essas mudanças favorecem o acesso dos estudantes de famílias de baixa renda, logo implicam em crescimento dos usuários da assistência estudantil para conseguirem permanecer e concluir o curso de graduação. O que se constitui em mais um desafio para as universidades públicas, o que por certo inclui a Universidade Federal de Mato Grosso.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. *História da Educação*. – 2 ed. – São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, J. O. *O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana*. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050428113719.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2008.

BARRETO, M. R. N. Educação como pilar para o desenvolvimento: políticas públicas para assistência estudantil. In: *Tempo* – Revista Científica da FAMEC, Camaçari, v. 5, n. 1, p. 65-68, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.famec.edu.br/revista2008.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

BARROS, A. C. *A Contribuição da Assistência Estudantil para a Formação Acadêmica dos Estudantes das CEU's da UFMT*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

BITTAR, M et. al. Ensino noturno e expansão do acesso de estudantes-trabalhadores à educação superior. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. – (Coleção Inep 70 anos; v. 2). Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

CASTRO, A. T. B. Tendências e contradições do Sistema Educacional Brasileiro no contexto do Mercosul: os desafios das cotas no ensino público superior. In: *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2008, Ano VIII, n. 15., p. 89-102.

COSTA, S. G. *A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. A universidade pública sob nova perspectiva. In: *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2003, n.24, pp. 5-15. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CURY, C. R. J. Educação no Brasil: 10 anos pós-LDB. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. – p. 17-38 – (Coleção Inep 70 anos; v. 2). Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

DAHMER, L. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e serviço social. In: *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2008, Ano VIII, n. 15., p. 35-52.

DORILEO, B. P. *Um biênio na reitoria (1982-1983)*. Cuiabá: Gráfica UFMT, maio, 1984.

FINATTI, B. E. *Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Londrina/UEL*. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 03 set. 2011.

FREITAS, R. N. T. B. *Veredas da memória: a conquista do ensino superior em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

GROPPO, L. A. A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos de 1960. In: GROPPPO, L. A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. (org.) *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. v. 1. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. (p. 92-114).

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. In: *Revista Educação & Realidade*. v. 34, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

LEITE, J. L. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? In: *Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas*. 2011. São Luís: UFMA, 2011.

LEWGOY, A. B.; MACIEL, A. L. S. Reflexões acerca do ensino à distância na formação em serviço social. In: *Revista Temporalis*. Brasília, ABEPSS, 2008, Ano VIII, n. 15., p. 67-87.

LIMA, C. P. N. A arte da participação e a participação pela arte: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPE. *Serviço Social em Revista*. v. 5, n 1. Jul/Dez de 2002. Disponível em: <<http://ssrevista.uel.br>> Acesso em: 05 set. 2009

\_\_\_\_\_. Aspectos atuais da assistência estudantil. IN: FONTE, E. M. M. (org.) *Limites e Possibilidades da Assistência Estudantil no Espaço Universitário: análises de sua operacionalização*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

MEDEIROS, M. S. L. *A história do ensino de serviço social em Cuiabá, de 1970 a 1982*. Dissertação. Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1984.

NASCIMENTO, V. *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras*. (Resumo). Disponível em: <<http://www.fonaprace.andifes.org.br/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

NEUTZLING JUNIOR, J. *Análise do Programa de Crédito Educativo Federal – O caso da UCPEL: Histórico e Perspectivas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS, 2004. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1161/1/tese.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F.; AMARAL, N. C.; MOEHLECKE, S.; CATANI, A. M. *Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. – (Série Documental. Textos para Discussão). Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

PEREIRA, P. A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos – crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

SANFELICE, J. L. A UNE e a ditadura civil-militar de 1964. In: GROPPPO, L. A.; Z Aidan Filho, M.; Machado, O. L. (org.) *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. v. 1. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. (p. 67-79).

SEVERINO, A. J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. In: *Revista Educar*, Curitiba, n. 31, p. 73–89. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. – 5. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Temas básicos de pesquisa-ação).

VALLE, M. R. 1968: Quando o diálogo é a violência. In: GROPPPO, L. A.; Z Aidan Filho, M.; Machado, O. L. (org.) *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. v. 1. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. (p. 80-91).

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. In: *Revista da Católica*. Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <[catolicaonline.com.br/revistadacatolica](http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica)>. Acesso em:

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, v.11, n.32, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

## Documentos oficiais

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. *Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES*, s/d. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2009.

BRASIL. *Constituição Federal*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 5.540*, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 66.967*, de 27 de julho de 1970. Dispõe sobre a organização do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1970-07-27;66967>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 69.927*, de 13 de janeiro de 1972. Institui, em caráter nacional, o Programa “Bolsa de Trabalho”. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília, 1972. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.096*, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. *Portaria normativa nº 39*, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.234*, de 19 de julho de 2010. Estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Decreto n° 7.416*, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei n° 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Relatório de Avaliação do Plano Plurianual (2008-2011)*. Exercício 2011. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. *Perfil socioeconômico e cultural do estudante de graduação das IFES brasileiras*. (Relatório Final de Pesquisa). Brasília: FONAPRACE, 1997. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/perfil\\_introducao.html](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/perfil_introducao.html)> Acesso em: 15 ago. 2009

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais*. 2001. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>> Acesso em: 13 nov. 2009

\_\_\_\_\_. *Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior: Relatório Final da Pesquisa*. Brasília: FONAPRACE, 2004. Disponível em: <[http://www.unb.br/adminitracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace\\_com\\_linhas.pdf](http://www.unb.br/adminitracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace_com_linhas.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais*. Belém, FONAPRACE: 2007.

\_\_\_\_\_. *Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras: Relatório Final da Pesquisa*. Brasília: FONAPRACE, 2011. Disponível em: <[www.fonaprace.andifes.org.br](http://www.fonaprace.andifes.org.br)>. Acesso em: 07 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT. *Resolução CD n° 38*, de 30 de junho de 1972. Dispõe sobre os Órgãos Suplementares na Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 1972.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Vice-Reitoria Acadêmica-1972*, 2º período. Cuiabá: UFMT, 1973a.

\_\_\_\_\_. *Catálogo geral*, n. 1. Cuiabá: UFMT, 1973b.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Vice-Reitoria Acadêmica-1973*, 1º período. Cuiabá: UFMT, 1973c.

\_\_\_\_\_. *Resolução CD nº 10*, de 18 de março de 1974. Dispõe sobre a aprovação do Convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso destinado à execução do Programa Bolsa de Trabalho. Cuiabá: UFMT, 1974.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Vice-Reitoria Acadêmica-1974*. Cuiabá: UFMT, 1975.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Vice-Reitoria Acadêmica-1975*, v. 2. Cuiabá: UFMT, 1976a.

\_\_\_\_\_. *Resolução CD nº 07*, de 11 de fevereiro de 1976. Dispõe sobre a criação do Departamento de Assistência aos Estudantes. Cuiabá: UFMT, 1976b.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de maio/1971 a maio/1977*. Cuiabá: UFMT, 1977a.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Vice-Reitoria Acadêmica-1976*, v. 2. Cuiabá: UFMT, 1977b.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Área Acadêmica-1977*, v. 2. Cuiabá: UFMT, 1978.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual-1978*. Cuiabá: UFMT, 1979a.

\_\_\_\_\_. *Resolução CD nº 28*, de 11 de junho de 1979. Dispõe sobre a criação da Coordenação de Assuntos Comunitários. Cuiabá: UFMT, 1979b.

\_\_\_\_\_. *Resolução CD nº 56*, de 08 de maio de 1980. Dispõe sobre a criação da Divisão de Restaurante Universitário. Cuiabá: UFMT, 1980.

\_\_\_\_\_. *Resolução CD nº 47*, de 11 de maio de 1981. Dispõe sobre a criação da Coordenação de Assistência ao Estudante e a Coordenação de Extensão, por transformação da Coordenação de Assuntos Comunitários. Cuiabá: UFMT, 1981.

\_\_\_\_\_. *Catálogo geral-1985*, 1º período. Cuiabá: UFMT, 1985.

\_\_\_\_\_. *Portaria GR nº 21*, de 12 de janeiro de 1987. Dispõe sobre a criação da Comissão Pró-Casa do Estudante Universitário. Cuiabá: UFMT, 1987.

\_\_\_\_\_. *Resolução CD nº 09*, de 29 de janeiro de 1988. Autoriza a aceitação da doação de terreno situado no loteamento Jardim Itália por parte da Prefeitura Municipal de Cuiabá. Cuiabá: UFMT, 1988.

\_\_\_\_\_. *Resolução CD nº 35*, de 08 de março de 1991. Dispõe sobre a aprovação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Cuiabá: UFMT, 1991.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 01*, de 16 de abril de 1993. Aprova a política de manutenção, avaliação e fiscalização do Restaurante Universitário. Cuiabá: UFMT, 1993a.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 02*, de 29 de abril de 1993. Aprova o Regimento Geral da Moradia Estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 1993b.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 03*, de 05 de maio de 1993. Aprova as normas de execução do Programa de Bolsa Atividade. Cuiabá: UFMT, 1993c.

\_\_\_\_\_. *Relatório gerencial PROACE-1993*. Cuiabá: UFMT, 1994.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades PROACE-1994*. Cuiabá: UFMT, 1995.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades PROACE-1995*. Cuiabá: UFMT, 1996.

\_\_\_\_\_. *Anuário UFMT-1996*. Cuiabá: Gráfica UFMT, 1997.

\_\_\_\_\_. *Anuário UFMT-1999*. Cuiabá: Gráfica UFMT, 2000.

\_\_\_\_\_. *Gestão UFMT- 1996-2000*. Cuiabá: Reitoria (UFMT), 2001.

\_\_\_\_\_. *Balanco social: Gestão 2000-2003*. Disponível em: <[http://www.ufmt.br/institucional/reitoria/balanco\\_social/html/articulac\\_comun\\_universit\\_sociedade.htm](http://www.ufmt.br/institucional/reitoria/balanco_social/html/articulac_comun_universit_sociedade.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 10*, de 14 de setembro de 2004. Aprova a Política de Bolsas Estudantis na UFMT. Cuiabá: UFMT, 2004.

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2005-2010*. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 05*, de 04 de maio de 2005. Dispõe sobre aprovação das normas para execução do Programa Bolsa Permanência. Cuiabá: UFMT, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 06*, de 04 de maio de 2005. Dispõe sobre aprovação do Regimento Geral da Moradia Estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 10*, de 09 de junho de 2005. Dispõe sobre a realização do Fórum de Política Estudantil. Cuiabá: UFMT, 2005c.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 11*, de 09 de junho de 2005. Dispõe sobre alteração na Resolução Consuni n.º 05, de 04 de maio de 2005 que aprovou as normas para execução do Programa Bolsa Permanência. Cuiabá: UFMT, 2005d.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 14*, de 29 de junho de 2005. Dispõe sobre alteração da Resolução Consuni n.º 02, de 24 de janeiro de 2002, que trata do preço da refeição do Restaurante Universitário. Cuiabá: UFMT, 2005e.

\_\_\_\_\_. *Prestação de contas PROVIVAS-2006*. Cuiabá: UFMT, 2007a. Disponível em: <[http://www.ufmt.br/institucional/proreitoria/proplan/prestacao\\_contas\\_2006/relatorio\\_2006/PROVIVAS\\_2006a.htm](http://www.ufmt.br/institucional/proreitoria/proplan/prestacao_contas_2006/relatorio_2006/PROVIVAS_2006a.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 04*, de 18 de abril de 2007. Dispõe sobre a execução do programa de auxílio alimentação aos estudantes da UFMT. Cuiabá: UFMT, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSEPE nº 51*, de 14 de maio de 2007. Dispõe sobre a concessão de auxílio aos discentes da UFMT para apresentação de trabalhos em eventos científicos, artísticos, culturais e participação em eventos político-estudantis, no Brasil. In: *Resolução CONSEPE*. Cuiabá, 2007. Cuiabá: UFMT, 2007c.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 09*, de 21 de agosto de 2008. Aprova a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 10*, de 21 de agosto de 2008. Dispõe sobre a regulamentação do uso do espaço físico para o alojamento e realização de festas em eventos estudantis, científicos, culturais, esportivos, artísticos, religiosos, políticos e os promovidos pelas entidades de classe no âmbito da UFMT. Cuiabá: UFMT, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual: 2008-2009*, Cuiabá: UFMT, 2010a. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2011

\_\_\_\_\_. *UFMT: 2000-2008 – Avanços e consolidação*. Cuiabá: UFMT, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Relatório de avaliação institucional-2009*. Cuiabá: UFMT, 2010c.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSUNI nº 05*, de 05 de maio de 2010. Dispõe sobre alteração na Resolução Consuni n.º 10, de 14 de setembro de 2004, referente à Política de Bolsas Estudantis na UFMT. Cuiabá: UFMT, 2010d.

\_\_\_\_\_. *Portaria GR nº 631*, de 16 de agosto de 2010. Aprova as normas para execução do Auxílio Moradia na UFMT. Cuiabá: UFMT, 2010e.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual: 2009-2010*. Cuiabá: UFMT, 2011. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

### **Jornais e notícias institucionais**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT. Assessoria de Comunicação – ASCOM. Reitor fala sobre planos, professor e aluno. *Notícias da FUFMT*, Semanário n. 08, Cuiabá, 29 jun. 1978, p. 02-06.

\_\_\_\_\_. Movimento Casa do Estudante Universitário – CEU. *Construir*, Ano 1, n. 01. Cuiabá, dez. 1987.

\_\_\_\_\_. Casa do Estudante Universitário. *Participação Universitária*, Cuiabá, ago. 1988, n. 1, p. 12.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação – ASCOM. Codae discute suas ações previamente com estudantes. *Caminhando*, Cuiabá, 20 out. 1989. p. 25.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação – ASCOM. Reitorado discute política estudantil com DCE e Cas. *Boletim de Notícias*, n.17, Cuiabá, 19 fev. 1990a, p. 01-05.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação – ASCOM. CONSUNI discute política de utilização do Restaurante Universitário. *Boletim Especial*, Cuiabá, 11 abr. 1990b.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação – ASCOM. Casa do Estudante Universitário recebe primeiros tijolos. *Caminhando*, Cuiabá, 08 ago. 1990c, p. 04.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação – ASCOM. UFMT começa em maio construção de Casas Estudantis. *Caminhando*, Cuiabá, 08 maio 1991, Ano 3, n. 4, p. 4.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação – ASCOM. Metodologia de trabalho da Codae é adotada por outras universidades. *Caminhando Especial*, Cuiabá, out. 1992, p. 31-32.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação – ASCOM. Casa do Estudante Universitário inaugurada pela reitoria. *Caminhando*, Cuiabá, ago. 1993, p. 25.

## APÊNDICES

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENADOR

### DADOS BÁSICOS

Nome

Período em que esteve na coordenação de assistência ao estudante

Denominação da coordenação (ou órgão)

### ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

- entendimento
- relação da Administração Superior
- relação do setor com o movimento estudantil

### PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

- seleção dos/as estudantes
- tipos de bolsa
- ações
- os/as profissionais envolvidos/as na execução dos programas
- dificuldades

### RECURSOS DISPONIBILIZADOS

- fontes
- utilização/distribuição
- prioridades

### AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA GESTÃO

- expectativas
- desafios
- concretizações/realizações

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRÓ-REITOR

### DADOS BÁSICOS

Nome

Período em que esteve na coordenação de assistência ao estudante

Denominação da coordenação (ou órgão)

### ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

- entendimento
- relação da Administração Superior
- relação do setor com movimento estudantil

### RECURSOS DISPONIBILIZADOS

- fontes
- utilização/distribuição
- prioridades

### AValiação da assistência estudantil na gestão

- expectativas
- desafios
- concretizações/realizações